

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Dissertação



**A Bacia do Prata: Argentina e Uruguai face ao processo integracionista do
Mercosul (2003-2015)**

Nairana Karkow Bones

Pelotas
2021

Nairana Karkow Bones

**A Bacia do Prata: Argentina e Uruguai face ao processo integracionista do
Mercosul (2003-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Charles Pereira Pennaforte

Pelotas

2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B712b Bones, Nairana Karkow

A Bacia do Prata : Argentina e Uruguai face ao
processo integracionista do Mercosul (2003-2015) /
Nairana Karkow Bones ; Charles Pereira Pennaforte,
orientador. — Pelotas, 2021.

101 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas, 2021.

1. Integração regional. 2. História do Mercosul. 3.
Inserção internacional. 4. Kirchnerismo. 5. Frente ampla
uruguaia. I. Pennaforte, Charles Pereira, orient. II. Título.

CDD : 337.18

Nairana Karkow Bones

A Bacia do Prata: Argentina e Uruguai face ao processo integracionista do Mercosul
(2003-2015)

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 09 de julho de 2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - Universidade Federal de Pelotas (orientador)

Prof. Dr. Edgar Gandra - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr^a. Maria de Fátima Bento Ribeiro - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Ricardo Luigi - Universidade Federal Fluminense

**Dedico este trabalho aos meus pais, à minha irmã
e ao meu querido e eterno afilhado, Antônio
Eduardo Furlan dos Santos.**

Agradecimentos

A pandemia do COVID-19 é considerada uma grande tragédia humanitária e sanitária, várias mudanças aconteceram em um curto espaço de tempo; o que tornou os anos de 2020 e 2021 incertos, de novos desafios e adaptações. O emocional e o psicológico de boa parte da população, assim como os meus, ficaram desestabilizados, e isso afetou de sobremaneira a pesquisa e a escrita da dissertação. Para tanto, a realização deste trabalho não seria possível sem o auxílio, o apoio e a confiança de diversas pessoas.

Primeiramente, deixo aqui o meu agradecimento ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH - UFPel), juntamente aos queridos professores do curso de mestrado, pela dedicação e pelo comprometimento demonstrado nas qualidades das aulas. E, principalmente, por facilitarem a minha adaptação a este curso que tanto admiro.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Dr. Charles Pennaforte, pelo auxílio, pela troca de conhecimento, pela permanente disponibilidade, pelas orientações e pelos apontamentos, e, sobretudo, pela confiança demonstrada.

Aos professores membros da minha banca de defesa, Dr. Edgar Gandra, Dr^a. Maria de Fátima Bento Ribeiro e o Dr. Ricardo Luigi, por terem contribuído e analisado a minha dissertação de maneira que a ajudasse a lapidar e a enriquecer.

À minha turma de mestrado pela troca de vivência, e, é claro, pelas confraternizações e acolhimento. Especialmente à Mari, pela amizade, pelas experiências e ansiedades compartilhadas de problemas comuns, fazendo com que todos os obstáculos se tornassem mais fáceis de contornar.

Ao Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul pelos projetos, discussões e conhecimentos compartilhados ao longo dos anos, principalmente à Kássia e ao Caio por todo apoio e comprometimento na realização dos trabalhos.

Deixo aqui também meu sincero agradecimento aos meus amigos, com quem divido momentos importantes e especiais da minha vida, e a todos os que participaram e contribuíram diretamente ou indiretamente para o desenvolvimento da minha pesquisa de alguma maneira.

Por último e mais importante, agradeço imensamente a minha família, em especial aos meus pais, Jânio e Marlise, que me concedem todo suporte emocional e material; e aos meus irmãos Thiago e Mariana, por todo apoio e companheirismo. Obrigada por acreditarem em mim e nos meus objetivos.

Não poderia deixar de mencionar a minha avó, por todo carinho e pelas tentativas de compreensão, pois, para que eu conseguisse realizar esse feito, foram necessários dias exclusivos de estudos e a consequente abdicação de uma maior convivência. Assim como deixo meu agradecimento às minhas queridas afilhadas, Anna Luiza e Laura, pela doçura, alegria e esperança.

Muito obrigada!

“O majestoso Prata bem claro nos ensina, nesta junção feliz de rios tão distantes, que os sul-americanos, por uma lei divina, devem viver unidos, se querem ser gigantes...” Francisco de Otaviano Almeida Rosa (1866).

Resumo

BONES, Nairana Karkow. **A Bacia do Prata:** Argentina e Uruguai face ao processo integracionista do Mercosul (2003-2015). Orientador: Charles Pereira Pennaforte. 2021. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Esta pesquisa tem como tema a integração regional e a história das Relações Internacionais no Cone Sul, utilizando como objeto o Mercosul e sua dimensão histórica. Tem-se como objetivo geral analisar de maneira crítica os fatores históricos internos, econômicos e políticos, de Argentina e Uruguai, que influenciaram o aprofundamento do Mercosul, durante o período de 2003 a 2015. Marco temporal este que se inicia no governo de Néstor Kirchner, na Argentina, e finaliza no governo José Mujica, no Uruguai. Ao longo do trabalho foi realizada uma revisão historiográfica e analítica, com a proposta de: descrever a América Latina pós-1945 e o cenário em que ocorreu a criação do Mercosul; discutir acerca do processo histórico que levou à ascensão de governos considerados progressistas, na Argentina e no Uruguai, nos anos 2000; investigar de maneira crítica a influência dos atores políticos partidários argentinos e uruguaios, durante o período analisado, para o aprofundamento do processo integracionista. No decorrer da pesquisa foi identificado que os governos de Argentina e Uruguai, do período analisado, tiveram o Mercosul como centro na sua estratégia de inserção internacional. Neste período houve um redirecionamento do bloco para outras abordagens, além do viés econômico-comercial e a implementação de projetos internos, que foram analisados face aos discursos governamentais de Argentina e Uruguai. Entretanto, os países não conseguiram criar laços mais profundos de cooperação que pudessem ter uma mudança mais estrutural no processo integracionista, e não contribuindo para que o bloco alcançasse o objetivo inicial de se tornar um mercado comum.

Palavras-chave: integração regional; história do Mercosul; inserção internacional; kirchnerismo; frente ampla uruguaia.

Abstract

BONES, Nairana Karkow. **La Plata Basin**: Argentina and Uruguay in the face of Mercosur's integration process (2003-2015). Advisor: Charles Pereira Pennaforte. 2021. 101 f. Master's Degree (History) – Philosophy and Human Sciences Institute, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

This research has as theme regional integration and the history of International Relations in the Southern Cone using Mercosur and historical dimension as its object. The general objective is to develop a critical analysis of internal historical, economic and political factors in Argentina and Uruguay, which influenced the deepening of Mercosur, during the period 2003-2015. This time frame begins in the government of Néstor Kirchner in Argentina and ends in the José Mujica government in Uruguay. Throughout the research, a historiographical and analytical review was carried out, with the purpose of describing post-1945 Latin America and the scenario in which the creation of Mercosur took place; discuss the historical process that led to the rise of governments considered progressive in Argentina and Uruguay in the 2000s; to critically investigate the influence of Argentine and Uruguayan party political actors, during the period analyzed, for the deepening of the integrationist process. During the research, it was identified that the governments of Argentina and Uruguay, in the period analyzed, had Mercosur as the center of their international insertion strategy. During this period, there was a redirection of the bloc to other approaches besides the economic-commercial bias and the implementation of internal projects, which were analyzed in light of the governmental discourses of Argentina and Uruguay. However, the countries did not manage to create deeper cooperation ties that could have a more structural change in the integration process, and did not contribute to the bloc reaching its initial objective of becoming a common market.

Keywords: regional integration; history of Mercosur; international insertion; kirchnerism; Uruguay's broad front.

Lista de abreviaturas e siglas

ACE	Acordo de Complementação Econômica
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
APEC	<i>Asia Pacific Economic Cooperation</i>
BICE	<i>Banco de Inversión y Comercio Exterior</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFK	Cristina Fernández de Kirchner
CMC	Conselho do Mercado Comum
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FA	Frente Ampla
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos

OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
Parlasul	Parlamento do Mercosul
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i>
TEC	Tarifa Externa Comum
TIAR	Tratado Interamericano Assistência Recíproca
TLC	Tratado de Livre Comércio
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

Sumário

1. Introdução.....	13
2. A Inserção da América Latina pós-1945 no sistema-mundo	18
2.1. Retrospectiva da integração regional latino-americana até a criação do Mercosul	18
2.2. O bloco mercosulino na década de 1990	28
3. O processo histórico na região platina e a alteração do cenário político do Cone Sul.....	37
3.1. Argentina: a experiência e o colapso neoliberal	37
3.2. Uruguai: a coalizão da Frente Ampla como projeção	44
4. O Mercosul a partir do Prata (2003-2015)	52
4.1. Argentina e o Kirchnerismo	53
4.2. Uruguai e a era Vázquez-Mujica.....	62
4.3. Reorientação do bloco	72
5. Conclusão	81
Referências	84

1. Introdução

A globalização capitalista liberal reconfigurou padrões políticos, econômicos e sociais dos Estados após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Desde então, a concomitância entre os diferentes ciclos que as sociedades vêm experimentando e o progresso tecnológico culminaram na rápida internacionalização dos mercados nacionais.

A integração econômica regional passou a figurar enquanto estratégia de inserção internacional de diferentes nações, colaborando para a manutenção de um mercado externo sólido bem como da harmonia entre diferentes povos. A estruturação de mecanismos de integração regional pode ser fundamentada por diferentes motivações históricas, relacionando-se diretamente com o contexto global em que estão inseridas. Para além disso, ela também se revela uma via eficaz para a cooperação entre países-membros e adaptação das demandas de suas políticas externas (MARIANO; ROMERO; RIBEIRO, 2015).

Importante mencionar que a integração e a cooperação¹ caminham juntas, mas a primeira é um processo mais profundo, que pode gerar novas estruturas de tomada de decisão, e dependendo do grau de comprometimento, influencia diretamente políticas públicas de um Estado. Além disso, o processo de integração regional envolve decisões específicas de políticas por parte de governos, destinados frequentemente a reduzir ou remover barreiras ao intercâmbio mútuo de bens, serviços, capital e pessoas (HURRELL, 2007).

A globalização expandiu-se no final da década de 1980, impulsionando ainda mais esse contexto pós-Guerra. Ela incentivava o reordenamento das relações entre os territórios e propiciava um cenário econômico caracterizado pelo aumento do volume e da velocidade dos fluxos financeiros internacionais (CERVO; BUENO, 2015); estimulava, para além disso, maior interdependência entre Estados². Isso

¹ “Significa que governos e instituições não tomam decisões e iniciativas isoladas. Cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade (...).” (SATO, 2010, p. 46).

² Keohane e Nye (1987) classificam a integração regional por meio do conceito de “interdependência complexa”, afirmando que as relações entre diferentes Estados em torno de interesses comuns vão gerar mais cooperação.

representou um maior destaque nas políticas externas estatais para organizações internacionais voltadas para a integração regional.

Assim, por meio de uma recapitulação histórica, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção em 1991, onde metas e instrumentos foram definidos para a construção do Mercosul, cujo objetivo era estabelecer um mercado comum³. Esse estágio é assinalado pelo alto grau de complexidade da integração econômica, compreendendo não apenas regras, políticas macroeconômicas e setoriais, como, também, a livre circulação de todos os fatores de produção e o estabelecimento de políticas comuns em todas as áreas (BAUMANN, 2013). Entretanto, o bloco ainda opera sob uma união aduaneira⁴ imperfeita até os dias atuais (GRANATO, 2015; HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015), etapa anterior ao mercado comum.

Durante a primeira década dos anos 2000, a ascensão de governos progressistas⁵ tornou-se preponderante na América do Sul. O fenômeno ficou popularmente conhecido como “onda rosa”⁶ e a conjuntura política desses países pode ser assim sintetizada:

(...) enfatizam a “virada à esquerda” dos governos da região a partir do início do século XXI. Sucessivas eleições de Hugo Chávez na Venezuela desde 1998, a vitória no Brasil de Lula em 2002, a ascensão de Kirchner a Casa Rosada em 2003, o êxito eleitoral no Uruguai da Frente Amplia representada por Tabaré Vasquez em 2004, o início da presidência de Evo Morales na Bolívia em 2005. Em continuação, no ano seguinte, temos os triunfos de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega na Nicarágua (SANTOS, 2014, p. 64).

A mudança representava uma nova perspectiva no que se refere aos países da região. Para esses governos, a integração regional consistia em instrumento para o

³ Bela Balassa (1978) considerado um autor tradicional e um dos pioneiros a problematizar e a entender Integração Econômica Regional, contribuiu com a tipificação das formas ideais, em que se daria em cinco estágios: Área de Preferência Tarifária, Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica. As duas primeiras são processos superficiais, geralmente intergovernamentais, enquanto as três últimas etapas são consideradas de integração profunda, que geralmente são supranacionais. Essas tipologias e grau de comprometimento, também demonstram que quanto maior o estágio, maior a perda da soberania estatal.

⁴ A União Aduaneira se caracteriza pela adoção por parte dos países-membros de uma política comercial externa comum, o que significa que produtos provenientes de demais países terão um tratamento menos favorável ao chegar em um Estado-membro, do que os produtos fabricados nesses países (BAUMANN, 2013). No Mercosul existem disposições limitadas de liberalização.

⁵ Associado com significado de “mudança”, “transformação” em relação ao *status quo* anterior, em contraposição a “conservação”, ou a um retorno ao passado (SILVA, F., 2015).

⁶ Fenômeno que ocorreu ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 na maior parte dos países latino-americanos, marcado por ascensão de partidos, movimentos e lideranças de esquerda (SILVA, F., 2010).

desenvolvimento local, com uma integração positiva baseada em consensos e complementaridades.

Este trabalho tem como tema a integração regional e a história das Relações Internacionais contemporâneas no Cone Sul⁷, tendo como objeto específico o Mercosul e sua dimensão histórica. O bloco mercosulino é uma importante manifestação de integração regional da América do Sul, o que o torna de grande relevância em estudos de análise nos trabalhos acadêmicos.

A história da integração regional e das relações interestatais é feita de decisões políticas, econômicas, sociais que afetam indireta ou diretamente a sociedade, e, conseqüentemente, o indivíduo no seu dia-a-dia. Muitos são os estudos e trabalhos que analisam o Mercosul, mas, majoritariamente, dedicam-se à visão dos países com maior protagonismo econômico na região – e os pioneiros desta integração – a saber, Brasil e Argentina.

Os dois países-membros escolhidos para a presente análise foram Argentina e Uruguai. Ambos têm seus territórios e civilizações constituídos às margens do Rio da Prata e, historicamente, oscilaram entre a rivalidade e a cooperação⁸. A Argentina é um dos maiores Estados territoriais da América Latina e tem poder político-econômico decisivo no bloco mercosulino. O Uruguai, por sua vez, registra o maior PIB *per capita* do bloco, ainda que apresente uma economia pequena, e prevê no Mercosul como uma oportunidade para ampliar o seu poder de barganha no cenário internacional.

Diante do exposto, este trabalho visa responder à seguinte problemática: quais fatores históricos (políticos e econômicos) de Argentina e Uruguai influenciaram na integração regional? Por que o Mercosul não atingiu o estágio de integração de Mercado Comum, como era seu objetivo inicial?

O objetivo geral é analisar criticamente os fatores históricos internos, – econômicos e políticos – da Argentina e do Uruguai responsáveis pela influência sobre o aprofundamento do Mercosul entre os anos de 2003 e 2015. Esse marco temporal

⁷ Região localizada na parte mais meridional da América do Sul, com grande estratégia geopolítica, que abrange países como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁸ Mesmo acontecendo uma colonização muito semelhante, havia disputas territoriais e até mesmo de qual porto era o melhor, de Montevideu ou de Buenos Aires. Desde o período Imperial, “*estas rivalidades económicas y políticas se ampliaron en diversidad de instancias y rubros, hasta que se encarnó socioculturalmente como una rivalidad de Montevideo con Buenos Aires, de alguna manera extensible luego a los uruguayos y a los argentinos en general (...)*” (LAGOS, 2019, p. 119) até os dias atuais.

inicia-se no governo de Néstor Kirchner, na Argentina, e estende-se até o governo José Mujica, no Uruguai.

Os objetivos específicos propostos são: descrever a América Latina pós-1945 e o cenário em que ocorreu a criação do Mercosul; discutir situações primordiais que contribuíram para a ascensão de governos considerados progressistas na Argentina e Uruguai durante os anos 2000; investigar de maneira crítica a atuação dos atores políticos partidários argentinos e uruguaios nas decisões para o aprofundamento do processo de integração regional.

No mais, a resposta historiográfica que auxilia esta pesquisa é a História Global, especialmente no que se refere às mudanças do contexto internacional desencadeadas durante os anos 1990. Essa perspectiva tem como objetivo a superação da visão política hegemônica, mesmo assumindo que os Estados estão inseridos em um sistema que é difícil de se desvencilhar, por serem dependentes e conectados, além de compreender o modo de produção capitalista como um fenômeno mundial – e não nacional (CROSSLEY, 2015)⁹.

A abordagem metodológica utilizada partirá da análise qualitativa de conteúdo, que se caracteriza por categorizar as informações coletadas (BARDIN, 1977), por meio de fontes documentais, tanto de caráter primário quanto secundário. No primário, tem-se arquivos dos acordos aprovados entre os países que integram o Mercosul e documentos internos em relação às perspectivas de Argentina e Uruguai sobre a integração regional, como discursos oficiais dos então presidentes e chanceleres, durante o período analisado; enquanto fontes secundárias, livros, teses, dissertações, artigos científicos e imprensa em geral.

Para alcançar os objetivos, o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro dedica-se à situação da América Latina no contexto internacional após 1945. A análise adota principalmente o viés do pensamento cepalino com a Teoria da Dependência, e conjugando-o com a Análise do Sistema-Mundo de Wallerstein (2004a); discutirá as tentativas integracionistas entre os países latino-americanos – que aconteceram no período da Guerra Fria, como, por exemplo, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio e a Associação Latino-Americana de Integração; e

⁹ Hegemonia definida como “a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 2013, p. 27).

abordará a criação do Mercosul por meio da importante aproximação bilateral entre Argentina e Brasil, com uma descrição relacionada ao bloco mercosulino e o seu processo de desenvolvimento na década de 1990.

O segundo capítulo, descritivamente, concentra-se em um estudo mais detalhado das conjecturas que contribuíram para a alteração do cenário da região sul-americana nos anos 2000 tanto pela perspectiva argentina quanto pela uruguaia. Para isso, discute a crise estrutural do neoliberalismo argentino e a história da coalizão Frente Ampla no Uruguai, avançando sobre a compreensão da importância desses fatores para a chegada ao poder Executivo.

O terceiro capítulo analisa o Mercosul pós-anos 2000, partindo da constatação da decadência da hegemonia dos EUA, segundo Wallerstein (2004), e com a utilização da metodologia de inserção internacional, proposta por Cervo (2008), de “relações em eixo”. Neste capítulo consta uma pesquisa relacionada às motivações dos governos e das políticas externas de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2011; 2011-2015) na Argentina, como também de Tabaré Vázquez (2005-2010) e José Mujica (2010-2015) no Uruguai. Será discutido o que essas gestões pensaram sobre integração regional, além de acontecimentos relevantes que interferiram no Mercosul. Ademais, são feitos apontamentos da situação do bloco após uma nova reorientação, com a intensificação e a implementação de novas abordagens temáticas; entretanto, sem levar em consideração o real impacto dos programas no intrabloco ou fora do Mercosul.

2. A Inserção da América Latina pós-1945 no sistema-mundo

Este capítulo aborda a América Latina no contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial e disserta acerca de tentativas integracionistas dos países latino-americanos que aconteceram no período da Guerra Fria (1947-1991), como por exemplo, a ALALC e a ALADI. Discorre também quanto a aproximação bilateral entre Argentina e Brasil nos anos de 1980, e a expansão desta cooperação para a região, quando Paraguai e Uruguai aderiram à proposta, dando origem ao Mercosul por meio do Tratado de Assunção em 1991. Ademais, o capítulo apresenta o processo de desenvolvimento do bloco mercosulino e o seu funcionamento no decorrer da década de 1990.

2.1. Retrospectiva da integração regional latino-americana até a criação do Mercosul

Focalizando a história das relações internacionais, o Estado, principalmente a partir da Paz de Vestfália¹⁰, passou a ser considerado o único ator soberano do espaço internacional; sua soberania, fosse política ou jurídica, era primordial. Isso se altera na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando uma mudança na ordem mundial passa a compreender e a englobar, além de temas relacionados à segurança estatal, outras nuances, como “(...) cooperação política, instauração e prevenção da paz, prevenção e resolução de conflitos armados, integração regional, comércio bi e multilateral, organismos internacionais (...)” (MARTINS, 2012, p. 74)¹¹.

Nesta época, a integração entre os países europeus foi um marco na história das relações internacionais. A aspiração por uma paz duradoura e uma Europa unida, resultou na formação da CECA em 1951 – posteriormente denominada CEE (1957) e, a partir de 1993, União Europeia –considerada a principal influência para o início dos

¹⁰ Quando é estabelecido os princípios clássicos do Estado, como soberania e autonomia dentro de um determinado território em 1648 (PECEQUILO, 2012).

¹¹ Organizações internacionais começaram a ganhar maior importância no Sistema Internacional. Aquelas que estavam focadas na reconstrução dos países atingidos pela guerra, como por exemplo as criadas na Conferência de Bretton Woods e na promoção de uma maior integração, se destacaram no cenário internacional (KRASNER, 2012). Foram também utilizadas pelos estadunidenses como forma estratégica para assegurar sua influência no continente americano em meio a Guerra Fria, o TIAR em 1947, e em 1948, a OEA (MORGENFELD, 2010). Por meio dessas duas organizações, os EUA conseguiram manter distante as relações entre a URSS e a América Latina.

estudos latino-americanos na temática de relações internacionais e cooperação regional.

A produção teórica sobre o tema passou a extrapolar as contribuições das escolas ditas tradicionais (inglesa, francesa e norte-americana), houve o surgimento de uma abordagem teórica local (MARTINS, 2012), marcando uma perspectiva para além e fora dos pensamentos clássicos e em diálogo com eles. Concomitantemente, o debate sobre a segurança e os conflitos armados passaram a ser menos relevantes na região, ao passo que as problemáticas relacionadas ao desenvolvimento e à autonomia econômica ampliaram-se.

É nesse contexto que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é fundada em 1948. Seu propósito é compreender e planejar iniciativas sobre a economia local, superando o subdesenvolvimento e reforçando não apenas as relações internacionais no interior da própria região como ampliando a sua inserção nas relações globalizadas (ALMEIDA FILHO; CORRÊA, 2012; OLIVEIRA, 2017). Uma das teorias formuladas pela CEPAL é a Teoria da Dependência, que tentava compreender o porquê dos países do Terceiro Mundo, principalmente os latino-americanos, não se desenvolviam. A Teoria expressava a ideia de subordinação em relação ao capitalismo mundial de dependência entre os países, abordando a desigualdade nos termos de trocas (NOGUEIRA; MESSARI; 2005).

Para a teoria da dependência o sistema internacional encontrava-se dividido entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, ricos e pobres, norte e sul, centro e periferia, onde mostrava um cenário estrutural de países de baixo poder aquisitivo que se subordinavam aos países poderosos. Para inverter isso, mudanças no modelo produtivo interno eram necessárias, sendo assim, visava sua “(...) modernização, baseada em três pilares: substituição de importações, fortalecimento estatal e coalizões com países semelhantes” (PECEQUILO, 2012, p. 169).

Destaca-se que a América do Sul historicamente, se introduziu na dinâmica do sistema capitalista como um mercado consumidor e exportador de produtos de baixo valor agregado, enquanto os países desenvolvidos eram vistos como exportadores de manufaturados; surgindo, assim, a divisão internacional do trabalho¹². Este sistema é

¹² Após a Guerra do Paraguai, os Estados sul-americanos demarcaram suas extensões territoriais, superaram ciclos de lutas civis, consolidaram seus aparelhos estatais e, começaram a se inserir na dinâmica da divisão internacional do trabalho. Além desta guerra, ocorreu na metade do século XIX

considerado assimétrico, pois há desigualdades políticas e econômicas entre esses Estados, onde os países que exportam produtos de baixo valor agregado estão sujeitos e atrelados a uma estrutura internacional de poder difícil de desvencilhar (HAGE, 2013)¹³.

Esta distinção tornava nítido os meios pelos quais os países subdesenvolvidos eram explorados, como também o interesse que os desenvolvidos tinham na manutenção destas estruturas econômicas, que era a própria sobrevivência do sistema em si. Sendo assim, as transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial, agem no sentido de acentuar ainda mais as assimetrias, não tendo como objetivo auxiliar o desenvolvimento dos demais (MIRANDA, 2015).

Alinhada e influenciada pela teoria da dependência, a Análise do Sistema-Mundo tem também a preocupação com o desenvolvimento desigual e com as estruturas de dominação. A Análise sugere que o capitalismo é a força-motriz de processos econômicos e políticos na formação do mundo contemporâneo, como também que o sistema é dividido em Estados centrais, periféricos e os semiperiféricos (WALLERSTEIN, 2004a). Essas três áreas do sistema mundial capitalista formam uma hierarquia de poder, tanto econômico quanto político.

Ademais, nem sempre a hierarquia de poder é a mesma. Para Wallerstein (2004a), o deslocamento de poder coincide com ciclos de expansão e declínio econômico, que estão atrelados à ideia das crises da economia capitalista desde seu princípio, proveniente do Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Giovanni Arrighi

no contexto internacional, a Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) na Europa. Conflitos que mostravam, cada um no seu modo, que o desenvolvimento do capitalismo como economia de escala mundial exigia o fortalecimento de um poder central (HOBSBAWM, 1979). Esses três conflitos, de certa maneira, fizeram parte do processo de expansão capitalista. Vale ressaltar, que o paradigma da doutrina clássica do comércio dizia que os países poderiam se beneficiar da divisão internacional do trabalho, pois a ideia fundamental da vantagem comparativa se apoiava na premissa de que as funções de produção eram diferentes de um país para outro, além de que salientava que, se as proporções dos fatores de produção disponíveis forem diferentes entre os países, isto seria o suficiente para tornar o comércio vantajoso (ALBUQUERQUE, 1987).

¹³ Essas trocas comerciais foram inseridas e definidas no Sistema Internacional, ao mesmo tempo que a região latino-americana deveria aderir às regras do jogo vigentes no sistema liberal mundial e adotar suas formas institucionais (FERNANDEZ, 2007). Além de que, é importante mencionar que a classe que domina a economia no sistema, também tem controle da política e, à medida que o processo de troca desigual avança, tensões são criadas; assim como, o desenvolvimento do capitalismo acaba sendo desigual, o que produz novas crises e contradições (JACKSON; SORENSEN, 2013).

(2013)¹⁴. Essas crises e deslocamentos do centro, representam momentos mais propícios para que países emergentes consigam maiores espaços de poder e participação no sistema internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Tendo isso em vista, a integração regional é utilizada em propostas de teóricos latino-americanos como um mecanismo que auxilia o desenvolvimento nacional e a maximização regional da autonomia de decisões, além de acarretar a construção de um grande fundo de recursos humanos, tecnológicos, naturais e financeiros, compostos pelos países-membros (JAGUARIBE, 2017). Essa obtenção de recursos é essencial para a superação da dependência dos Estados dominantes e um meio para desvencilhar do capital externo.

A autonomia que é conceituada como:

uma política externa livre dos constrangimentos impostos pelos países poderosos (...) caracterizada pela capacidade do Estado para implementar decisões baseadas em seus próprios objetivos, sem interferência ou restrição exterior (RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2010, p. 520-522).

É um objetivo primordial para qualquer Estado-nação. Para os países em desenvolvimento, essa política mais autônoma ainda é algo por conquistar.

Um exemplo importante na época e incentivador da integração regional latino-americana foi o então presidente argentino Juan Domingo Perón (1946-1952; 1952-1955; 1973-1974), que agiu no sentido de tentar reduzir a dependência do capital externo. Perón achou por bem não se comprometer ou excluir um dos polos durante a Guerra Fria, e chamou essa medida de “terceira posição” (ROMERO, 2014), que defendia uma independência ideológica, e retomou a proposta do Pacto ABC¹⁵, na tentativa de afastar a América do Sul do contexto que o mundo bipolar havia estabelecido.

Los grandes imperios, las grandes naciones, han llegado desde los comienzos de la historia hasta nuestros días, a las grandes conquistas, a

¹⁴ Identifica quatro ciclos sistêmicos: ciclo genovês; ciclo holandês; ciclo britânico e o ciclo norte-americano (ARRIGHI, 2013).

¹⁵ Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem, em 1915, entre Argentina, Brasil e Chile, que estabelecia que toda a desavença entre esses Estados, que não pudesse ser resolvida por meios diplomáticos, seria submetida à investigação de uma comissão permanente (GRANATO, 2012), esse acordo tinha como objetivo a resolução pacífica e direta dos conflitos internacionais no continente. Importante mencionar que uma das pautas deste tratado era o anseio de limitar o poder de decisão de potências mundiais perante assuntos da região (BANDEIRA, 2010). Entretanto, o Tratado do ABC não entrou em vigência, principalmente pelos países terem receio de alguma forma de “boicote”, pois o possível Tratado descontentou os EUA, que via o bloco como contrapeso à sua capacidade influenciadora na América do Sul.

base de una unidad económica. Y yo analizo que si nosotros soñamos con la grandeza –que tenemos obligación de soñar– para nuestro país, debemos analizar primordialmente ese factor en una etapa del mundo en que la economía pasará a primer plano en todas las luchas del futuro. La República Argentina sola, no tiene unidad económica; Brasil solo, no tiene tampoco unidad económica; Chile solo, tampoco tiene unidad económica; pero estos tres países unidos conforman quizá en el momento actual la unidad económica más extraordinaria del mundo entero, sobre todo para el futuro, porque toda esa inmensa disponibilidad constituye su reserva. Éstos son países reserva del mundo. Los otros están quizá a no muchos años de la terminación de todos sus recursos energéticos y de materia prima; nosotros poseemos todas las reservas de las cuales todavía no hemos explotado nada. Esa explotación que han hecho de nosotros, manteniéndonos para consumir lo elaborado por ellos, ahora en el futuro puede dárselas vuelta (...) Esto es lo que ordena, imprescriptiblemente, la necesidad de la unión de Chile, Brasil y Argentina. Es indudable que, realizada esta unión, caerán a su órbita los demás países sudamericanos (...) Las uniones deben realizarse por el procedimiento que es común: primeramente hay que conectar algo; después, las demás conexiones se van formando con el tiempo y con los acontecimientos. (...) La unión continental a base de Argentina, Brasil y Chile está mucho más próxima de lo que creen muchos argentinos, muchos chilenos y muchos brasileños (...) (PERÓN, 2017, p. 213; 220).

O líder argentino já advertia que sem união e integração, não haveria industrialização ou desenvolvimento autônomo na região, e conseqüentemente, não haveria uma real democratização de suas sociedades. A política de posição neutra é favorável ao estreitamento de laços com a América Latina e também “(...) o nacionalismo político reivindica para o país uma posição de maior autonomia, em face dos Estados Unidos e das grandes potências europeias e se inclina para uma linha neutralista, em relação ao conflito norte-americano-soviético” (JAGUARIBE, 2013, p. 41-42).

Deste modo, a instrumentalização teórica para as próprias análises da economia mundial e para o novo pensamento que se formava, buscava soluções latino-americanas para os problemas dos países da região, que passam a ser chamados de periferia, com base no modelo de análise da CEPAL e do teórico argentino Raúl Prebisch¹⁶. Esse debate econômico na região latino-americana tornou a ideia de desenvolvimento expressa pelo pensamento cepalino muito relevante na época, sendo a integração regional compreendida como um dos pilares para superar o subdesenvolvimento (MARQUESE; PIMENTA, 2015).

¹⁶ A CEPAL e Prebisch propuseram o desenvolvimento de um plano de industrialização regional por meio de uma integração, e com o objetivo a longo prazo era criar melhores condições para a inserção da América Latina na economia mundial (PREBISCH, 1950). Assim, o período moderno de integração regional latino-americano começou na década de 1950.

Destaca-se que o EUA,¹⁷ ator influente na região latino-americana, não aprovou a proposta cepalina, pois considerava-a um organismo veiculador do pensamento estatista, capaz de comprometer as empresas privadas (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, A., 2010). Não obstante, o país também via a integração dos países como uma ameaça à sua influência e atuação.

Mesmo sem o apoio estadunidense e de outros protagonistas externos, a CEPAL teve uma atuação considerável na época. Na América Central, por meio de ideias cepalinas, iniciativas de integração regional ocorreram neste período, constituindo o Mercado Comum Centro-Americano, o MCCA, a partir de 1958. Já no que se refere à América do Sul, criou-se a ALALC, fundada por meio do Tratado de Montevideu (1960) e composta por Brasil, Argentina, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Nos anos seguintes, aderiram ao tratado Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia.

A ALALC tinha como objetivo facilitar a comunicação entre os países-membros, diminuir fronteiras, intermediar o intercâmbio comercial e promover o desenvolvimento econômico. Assim, essa Associação teve grande importância, pois “(...) foi considerada um marco na diplomacia sul-americana, até pelo fato de se constituir como o primeiro esquema de integração econômica que contemplou países não europeus” (CAVLAK, 2012, p. 38). Isso demonstrava que, de certo modo, havia crescentes acordos locais, e por meio disso, deslocava-se e descentralizava-se, de maneira sutil, a dependência sul-americana dos países hegemônicos.

Entretanto, o início das ditaduras militares nos países da região refletiu na atuação da CEPAL¹⁸. A extensão do programa de Doutrina de Segurança Nacional dos EUA para a América Latina garantiu com que os países executassem uma política anticomunista (MENDES, 2013)¹⁹. Assim, o uso da DSN nos anos 1960, mudou as políticas exteriores dos países à um alinhamento automático a Washington, e fez com

¹⁷ Os EUA, como provedor do capitalismo, a favor do mercado; consequentemente, políticas que envolviam um maior papel do Estado fazia com que os estadunidenses fossem contra.

¹⁸ Por volta desta década de 1960, do ponto de vista econômico, o pensamento reformista-progressista tornou-se limitado e politicamente inviabilizado (MIRANDA, 2015).

¹⁹ Os EUA conseguiram por intermédio da influência da OEA à intervenção do comunismo internacional na América Latina, onde a origem embrionária da DSN foi ao longo da década de 1950, e difundida por meio das escolas militares; vale mencionar que em 1959 os gastos dos EUA com países latino-americanos rapidamente aumentaram devido a Revolução Cubana (FERNANDES, 2009). As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA.

que as ditaduras instaladas no continente não vissem com bons olhos qualquer iniciativa que criasse ruído nas relações privilegiadas com a Casa Branca (MARINGONI, 2011). Esse alinhamento e a falta de desenvolvimento de alguns países acabou inviabilizando a aplicação do Tratado de Montevideu, e a Associação começou a se estagnar²⁰, já que não conseguiu modificar a dinâmica do comércio tradicional e o grau de desenvolvimento industrial.

As crises do petróleo nos anos 1970 e 1980, somados ao declínio da maioria das economias da OCDE no mesmo período, foram os responsáveis por uma conjuntura econômica que resultou na crise da dívida pública nos países latino-americanos na década de 1980, estrangulando estas economias e induzindo seus governantes à adoção de um modelo econômico proposto por seus credores (CASTELLS, 1999). Os agentes decisivos para a geração dessa economia global foram os governos dos países mais ricos da época. As figuras de Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990), presidente dos EUA e primeira-ministra do Reino Unido, respectivamente, foram proeminentes quanto à responsabilidade pela difusão do modelo neoliberal pelo globo.

A influência dessas duas maiores economias sobre uma gama de países economicamente dependentes destes Estados e de instituições internacionais credoras, foram decisivos para a consolidação do modelo. Assim, a interferência de instituições financeiras é muito incisiva na qual,

(...) desde a década de 1970, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, politicamente apoiados pelos EUA, vinham seguindo uma política sistematicamente favorecedora da economia de livre mercado, empresa privada e livre-comércio global, que servia à economia americana de fins do século XX tão bem quanto servira à britânica de meados do século XIX (HOBBSAWM, 2014, p. 556).

Além disso, os países latino-americanos estavam cada vez mais endividados economicamente, e isso levou a um desgaste político no plano doméstico, resultando em pressões internas e externas para os regimes militares; o que influenciou para que nesses Estados começasse a partir dos anos 1980 haver:

(...) redemocratizações. A crise das dívidas, que demonstrou o esgotamento do modelo de desenvolvimento e seu eminente colapso, revelava o empobrecimento das classes trabalhadoras que não haviam sido

²⁰ Com o enfraquecimento da ALALC, um grupo de países tinha como objetivo superar essa estagnação, resultando assim, o Acordo de Cartagena em 1969, que originou o bloco econômico Pacto Andino, atualmente conhecido como Comunidade Andina.

contempladas com os milagres econômicos promovidos pelo autoritarismo. À exposição pública dos fracassos econômicos somou-se o renascimento dos movimentos sociais e a rearticulação das oposições que, na maioria dos casos, buscou soluções negociadas para o retorno à democracia, evitando, assim, rupturas descontroladas (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, A., 2010, p. 292).

Além de redemocratizações, houve também uma reformulação do Tratado de Montevidéu de 1960, formando a ALADI em 1980, composta por 11 países-membros fundadores, sendo eles: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A ALADI mostrou-se menos audaciosa que a ALALC, visava melhor adaptação ao novo cenário econômico e reafirmava a vontade política de fortalecer o processo de integração (ALADI, 2021)²¹.

Nessa mesma década de 1980 despertou entre Argentina e Brasil um interesse mútuo de cooperação, superando a rivalidade histórica²². Assim como foi necessário que França e Alemanha deixassem de lado o “rancor” histórico entre os dois países para que pudesse surgir a integração Europeia, essa aproximação entre Brasília e Buenos Aires foi fundamental e importante, que gerou a iniciativa do que viria a ser, na década de 1990, o Mercosul.

Dessa forma, Brasil e Argentina, os maiores Estados da região, estavam sendo peças-chave para o início do processo de uma integração regional. Os dois países podendo-se comparar analogicamente, ao papel da Alemanha e da França na formação da CEE, que foram os Estados protagonistas, ou como diria Haas (1956), os “núcleos duros”.

Na Argentina, o desenvolvimento nacional e o medo do isolamento foram preocupações na política externa na época, principalmente porque estava em atrito com os EUA e a Europa em virtude da Guerra das Malvinas, em 1982; e a estratégia para superar o isolamento foi estabelecer parceria comercial com o Brasil, país mais

²¹ Contudo, na década de 1980, as pressões externas, os aportes necessários para obtenção de recursos que pagassem as dívidas externas dos países-membros, e as dificuldades em se reunirem fizeram com que os países terminassem por isolarem-se uns dos outros na época (PIERI; SÁ TELES; OLIVEIRA, 2015). Além disso, havia discrepâncias territoriais, econômicas e político-sociais, não foi um momento propício de cooperarem economicamente entre si neste período. Importante ressaltar, que a ALADI existe até os dias atuais e é um organismo intergovernamental que promove a expansão da integração da região.

²² Embora ambos os países ao longo dos anos evitaram para que essa rivalidade não atingisse a conflito armado, pois tinham ciência das profundas mudanças no equilíbrio geopolítico do Cone Sul que isso acarretaria (BANDEIRA, 2010), principalmente por terem uma grande influência no comportamento dos demais países da região.

próximo, tanto geograficamente quanto político-economicamente (GRANATO, 2015). Já no Brasil, buscava-se ampliar suas negociações com as grandes potências; entretanto, demonstrou interesse em um processo de integração junto com a Argentina (BANDEIRA, 2010). Assim, a cooperação mais amistosa entre os dois Estados iniciou-se mais especificamente em 1980, durante o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Usos Pacíficos de Energia Nuclear e, em 1982, com a inauguração da Usina de Itaipu.

A integração argentino-brasileira teve objetivos político-econômicos convergentes, como o fortalecimento dos recentes regimes democráticos dos países, a abertura de suas economias e uma conciliação regional. Nesse cenário de redemocratização, tem-se como protagonistas os líderes Raúl Alfonsín (1983-1989) na Argentina e José Sarney (1985-1990) no Brasil. O processo bilateral foi influenciado pelo modelo do regionalismo aberto, o qual é um processo de interdependência econômica a nível regional, com objetivo de aumentar a competitividade dos países da região (CEPAL, 1994).

Como também ao longo das negociações argentino-brasileiras, o processo de integração teria como objetivo a promoção de um ambiente que favorecesse:

(...) as condições para a criação gradual de um mercado comum entre ambos os países **(ao qual poderiam ser também associados outros países da América Latina)**; aumentar o poder político e a capacidade de negociação de ambos os países na ordem internacional, através da institucionalização do sistema de consultas bilaterais; alcançar o máximo de autossuficiência possível em matérias-primas essenciais, insumos e bens de capital, substituindo o dólar como moda de intercâmbio; e intensificar a cooperação científico-tecnológica em setores de ponta, biotecnologia, energia nuclear, informática, dentre outros (GRANATO, 2015, p. 76, grifo da autora).

Dessa maneira, havia um interesse mútuo de incluir outros países da região para que cooperassem juntos, começando pela experiência desses dois Estados. Esse interesse viria por terem maior probabilidade de alcançar seus objetivos de maneira mais rápida e eficaz em bloco.

O ponto de partida para tal integração aconteceu em 1985 com a Declaração de Iguaçu. Em julho de 1986 Argentina e Brasil assinaram a ata para a Integração Argentino-Brasileira, na qual estabeleceu o Programa de Integração e Cooperação Econômica, por meio do qual foram firmados 24 protocolos para a liberalização comercial bilateral e a cooperação em várias áreas (RÊGO, 1995). Os compromissos assumidos pelos dois Estados, tinha como um dos objetivos dar flexibilidade,

gradualismo e equilíbrio às assimetrias existentes entre os dois países (BRASIL, 2020). Pois, para que houvesse vantagem nos acordos realizados, era interessante que os Estados diminuíssem suas diferenças e discrepâncias. Ademais, o desenvolvimento interno, segundo pensadores da CEPAL, seria um dos “passaportes” para a autonomia na arena decisória internacional, que reforçaria, assim, o processo de integração regional.

Referente aos demais membros-fundadores do Mercosul, Paraguai e Uruguai, é importante salientar que a participação do Uruguai no processo de integração foi desenvolvida por meio de contínuas negociações desde a década de 1980. Nos primeiros protocolos bilaterais, Montevideu manteve-se na condição de observador e vinculou-se parcialmente à integração argentino-brasileira e, a partir da assinatura da Ata de Buenos Aires em 1990, manifestou o interesse em incorporar-se de modo pleno ao processo (VAZ, 2002). E assim, iniciou-se uma multilateralização do processo de integração.

Enquanto o Paraguai, o quarto país-membro fundador do Mercosul, até 1989 estava em um regime militar. Somente após a redemocratização o país procurou inserir-se estrategicamente e também demonstrou interesse na integração regional no Cone Sul. Além de Uruguai e Paraguai, o Chile também foi convidado.

A incorporação formal e plena do Uruguai, em setembro de 1990, a pronta aceitação, pelo governo paraguaio, do convite para incorporar-se ao processo de integração e a opção chilena de não se vincular, naquele momento, às iniciativas brasileiro-argentinas, sobretudo em razão de diferenças na estrutura tarifária e do grau de abertura já praticado por aquele país, bem como de sua atração por uma associação individual ao Nafta, terminaram por definir a composição quadripartite com a qual surgiria, em seguida, o Mercosul (VAZ, 2002, p. 131).

Após negociações, em março de 1991, houve um grande salto nas relações. Com o propósito de projetar ao âmbito regional os compromissos bilaterais de Brasil e Argentina, juntamente com Paraguai e Uruguai, esses países assinaram o Tratado de Assunção para a Constituição do Mercosul. Havia como um dos objetivos, a intenção de elaborar uma tarifa externa comum; avançar na coordenação das políticas macroeconômicas; conciliar posições de foros econômicos e comerciais regionais e internacionais (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991).

Surge, então, o bloco com uma tentativa de formar um mercado comum entre seus membros, que visava, no longo prazo, o estabelecimento de livre circulação de

peças, mercadorias e serviços. Mercosul tornando-se uma importante manifestação de integração regional nos países do Cone Sul.

2.2. O bloco mercosulino na década de 1990

No início dos anos 1990 verificou-se uma transformação sistêmica na ordem política e econômica mundial que não acontecia desde o fim da Segunda Guerra Mundial (SARAIVA, 2007). Nesta nova ordem, o Estado perdeu ainda mais seu papel central no Sistema Internacional, houve o fortalecimento do papel das organizações internacionais e uma intensificação de processos de integração regional.

Hobsbawm (2014) define este momento pós-Guerra Fria como instável, uma vez que “(...) se a natureza dos atores no cenário internacional não era clara, o mesmo se dava com a natureza dos perigos que o mundo enfrentava (...)” (HOBBSAWM, 2014, p. 538), ou seja, a ameaça de um novo conflito global não desapareceu e era iminente. É importante enfatizar que era um contexto caótico, e não havia previsibilidade do que iria acontecer nas relações internacionais; o que incentivou o fortalecimento de diferentes organizações internacionais, já que os países estavam com receio de se isolar comercialmente e politicamente. Assim, o processo de integração regional no Cone Sul ganhou força por terem o medo desse isolamento, além de conterem como objetivo uma melhor inserção no cenário e um maior desenvolvimento na região.

Ademais, houve forte ascensão de ideias neoliberais e democráticas, como também o impulso do fenômeno da globalização, o qual incentivava um novo ordenamento das relações territoriais, políticas e socioeconômicas (MARIANO, 2007). No que tange a um mundo globalizado, o Estado-nação foi desafiado a estabelecer mecanismos de controle para preservar sua autonomia e natureza. Já à redemocratização, os países fundadores do Mercosul, durante a década de 1980, restabeleceram as instituições básicas do novo regime, por meio de eleições e da reconstrução de instituições democráticas; Argentina em 1983, Uruguai e Brasil em 1985, e Paraguai em 1989.

Enquanto o Mercosul se formava na década de 1990, ocorreram outros processos de cooperação multilateral ao redor do globo. Em 1988, EUA e Canadá assinaram um acordo de cooperação econômica, e posteriormente incluíram o México, criando o NAFTA em 1994; em 1989 foi criada a APEC conectando a Ásia-

Pacífico; em 1992, os Estados-membros da CEE celebraram o Tratado de Maastricht, para a construção da União Europeia; em 1992, a SADC no continente africano; em 1993, a criação da CEI, formada pela Rússia e ex-repúblicas federadas da Ásia com objetivo de construir uma união aduaneira.

Como já visto, os avanços e o sucesso no continente europeu serviram como o maior exemplo e inspiração para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico por meio da integração em um mundo globalizado, para o bloco do Cone Sul. “O projeto do Mercosul não era formar uma simples área de livre comércio, mas constituir o núcleo de um futuro mercado comum, base de um Estado supranacional, como a União Europeia, sobre o lastro geográfico da América do Sul” (BANDEIRA, 2006, p. 277). Entretanto, permaneceu na base de um Estado intergovernamental, sem avançar para um organismo supranacional a exemplo do modelo europeu.

As negociações e a assinatura para a constituição do Mercosul foram marcadas, segundo Granato (2015), pela “virada neoliberal” dos países-membros fundadores, liderada por governos de centro-direita, como Fernando Collor de Mello no Brasil, Carlos Saúl Menem Akil na Argentina, Luis Alberto Lacalle Herrera no Uruguai e Andrés Rodríguez Pedotti no Paraguai.

Por meio do Tratado de Assunção de 1991 surgiu o Mercosul, que foi uma projeção regional aos compromissos bilaterais assumidos pelo Acordo de Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina. O Tratado foi desenvolvido com finalidade de orientar seus países-membros a ajustarem-se a uma economia internacional mais competitiva e integrada. A assinatura do Tratado para a Constituição do Mercosul pautava as condições e instrumentos para o trânsito a um mercado comum formado pelos quatro países até final do ano de 1994:

- a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário; b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior; c) Uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados Partes; d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, [sem página]).

Este suposto mercado comum teria que ter um consenso, principalmente relacionado a uma TEC e a adoção de políticas comerciais comuns para países fora da zona do bloco, além do comprometimento dos países-membros em articular legislações em áreas pertinentes para o fortalecimento do processo integracionista do Mercosul. Desta forma, o mercado comum implicaria, conforme o Tratado:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, [sem página]).

Assim, para atingir seus objetivos e coordenar essas relações interestatais, o Tratado de Assunção previa uma estrutura institucional mínima para executar os planos. Contudo, a natureza intergovernamental do bloco mercosulino fez com que seus avanços e retrocessos fossem mais em função de compromissos políticos e diplomacia presidencial do que em mecanismos institucionais (MORASSO, 2016).

Desse modo, dado o caráter intergovernamental do bloco, sem qualquer entidade supranacional, as negociações eram feitas pelos próprios representantes do poder Executivo de cada Estado-membro, ou seja, as autoridades que decidiam as negociações na integração, eram as mesmas que tinham o poder de decisão na esfera doméstica e externa de cada país.

Como consequência, o poder decisório do Mercosul era, em certa forma, governamental. Havia, portanto, uma dependência direta das lideranças políticas envolvidas no processo de assegurar ou não o avanço do integracionista. Como diria Haas (1956), a vontade política é a impulsora para o avanço da integração regional. Desse modo, manter em um exercício intergovernamental ao invés de criar uma instituição supranacional dentro do bloco, apresenta vantagens e desvantagens.

Dentre os prós, está a flexibilidade. Ela pode ser decisiva em inúmeras situações favoráveis, como os ajustes durante as negociações, a tolerância a possíveis crises ou até mesmo a versatilidade em mudanças de governos domésticos.

Os contras, por outro lado, remetem à inexistência de um organismo supranacional que monitora o cumprimento dos acordos e à possibilidade de que Mercosul não se submeta a vontade política das gestões governamentais dos países-membros.

Pode-se constatar que embora a iniciativa de integração tivesse intenções políticas, o Tratado de Assunção só incluiu compromissos na esfera comercial. A própria estrutura jurídico-institucional do Mercosul só veio a ser estabelecida três anos após sua criação, com a assinatura do “Protocolo de Ouro Preto”.

O bloco mercosulino, com abertura de mercado e diminuição de protecionismo, estava favorável tanto para o comércio doméstico quanto para o capital externo, pois, em alguma medida, operava dentro do *status quo* do sistema-mundo, sob um arranjo neoliberal e capitalista. Havia, ainda, um mercado consideravelmente volumoso que não implicava, necessariamente, na demanda por reivindicações de aumentos salariais, melhorias de condições de vida e, de distribuição mais equitativa de riqueza em termos sociais e regionais (BASTOS, 2008). Embora o Mercosul tenha desenvolvido outras áreas temáticas em seus primeiros anos, o grande e principal objetivo era o comercial.

Entre os anos de 1991-1994 foi considerado o “período de transição” do Mercosul. Neste período, foi implementado o Programa de Liberalização Comercial, além de ter iniciado as negociações para a formação de uma Tarifa Externa Comum, rumo a uma união aduaneira. A TEC era um instrumento que buscava desenvolver a igualdade de competição das economias dos países-membros, com objetivo de atenuar as assimetrias existentes.

Em termos comerciais, como resultado da dinâmica econômica, entre 1991 e 1995, as exportações extrarregionais dos países cresceram 33,3%, enquanto as intrarregionais atingiram 251,2% (JANK; NASSAR, 1997, apud MONTROYA, 2002). Isso demonstrou o êxito que o Mercosul teve nos seus primeiros anos, que trouxe e apresentou benefícios para os países integrados e aumento considerável dos fluxos comerciais intrazonas.

Em virtude disso, o Mercosul em pouco tempo se tornou o bloco econômico latino-americano mais importante na época, e passou a apresentar avanços notáveis no sentido da integração regional (BASTOS, 2008). Este bloco começou a ter um maior destaque no cenário internacional, assim como manifestações de interesses por

outras integrações para acordos, principalmente no que tange a área comercial, como foi o caso da União Europeia.

Em dezembro de 1994, os Estados-membros do Mercosul assinaram o “Protocolo de Ouro Preto”, que concedeu ao bloco uma personalidade jurídica internacional e constituía seus órgãos de funcionamento (MERCOSUL, 2021). Esse Protocolo garantia ao bloco uma estrutura institucionalizada e, um novo objetivo: implementar a TEC, por meio da qual os membros do bloco passariam a compartilhar de uma mesma política comercial (PIERI; SÁ TELES; OLIVEIRA, 2015). Assim, seria definida conjuntamente a tarifa aduaneira cobrada sobre os produtos importados de origem extrarregional.

Em 1995 foi aprovada a TEC, que permitia avançar com a constituição de uma união aduaneira, terminando o “período de transição”. Entretanto, assim como o regime tarifário intrabloco, a TEC apresentou muitas exceções, e, por isso, o Mercosul é considerado uma união aduaneira imperfeita (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015). Dessa forma, mesmo com uma TEC aprovada, no bloco mercosulino ela se aplica apenas parcialmente, sem que os países-membros tenham conseguido colocar em prática uma aduaneira comum²³. Ademais, importante ressaltar, que o bloco segue o modelo intergovernamental sem ter avançado na liberalização interna e na coordenação de algumas políticas setoriais.

Salienta-se, que ainda no “período de transição”, as políticas externas das maiores economias do Mercosul, Argentina e Brasil, mostravam-se incertas, confusas e contraditórias quanto à execução de uma união aduaneira, principalmente, por temerem a perda de sua autonomia política comercial externa (GRANATO, 2015). Neste sentido, nos primeiros anos, havia uma hesitação no aprofundamento da integração, pois mesmo demonstrando interesse e obtendo um certo sucesso comercial, estavam comedidos por todo o histórico das relações não amistosas entre os países e por ser uma perda de soberania estatal considerável. Para mais, a Argentina estava deixando aberta a possibilidade de ingressar no NAFTA se houvesse um convite dos EUA, já o Brasil estava vivendo um desequilíbrio inflacionário e, uma crise política doméstica e os reflexos do *impeachment* de Collor em 1992.

²³ O Brasil, por exemplo, não aplica a TEC para produtos, como, cujas alíquotas consolidadas pelo Brasil junto à OMC são inferiores a TEC; do setor automotivo; Produtos objeto de Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações e de Bens de Capital (BRASIL, 2021).

Já as economias menores do Mercosul, como Paraguai e Uruguai, acabavam oscilando de acordo com o sucesso ou o fracasso dos planos de estabilização do Brasil e da Argentina, e isso refletia nas suas variações do poder de compra no plano internacional. Assim, a falta de coordenação das decisões político-econômicas e as assimetrias dos quatro membros, representavam um obstáculo para o real avanço do bloco.

Para mais, os EUA por não pertencerem ao Mercosul, propuseram a formação da ALCA como parte de um processo para reduzir o desequilíbrio da balança comercial e assegurar a sua supremacia política na região,²⁴ sem perder de vista que o “Mercosul representava um obstáculo aos desígnios econômicos, políticos e militares dos EUA, uma vez que o Brasil juntamente com a Argentina, Uruguai e Paraguai não propunham a constituir simples área de livre comércio, mas construir um mercado comum (...)” (BANDEIRA, 2010, p. 494).

O Mercosul se desenvolvendo faria com que cada vez mais os países-membros ficassem menos dependentes dos países centrais. Um comércio intrabloco forte era importante economicamente para manter a estabilidade do poder regional. Desse modo, o Mercosul representou um entrave importante nessa relação hemisférica que teria como liderança os EUA.

O período de 1995-1998 caracterizou-se por ser de “ouro”, pois houve um aumento exponencial dos fluxos comerciais mercosulinos entre os países-membros e a manutenção de investimentos estrangeiros (BOUZAS, 2002). Entretanto, pouco depois começava uma fase marcada por contrastes, sobretudo porque a integração estava mais complexa e conflitiva, e objetivos comuns foram ofuscados por diferenças de interesses e percepções cada vez mais explícitas.

Além disso, embora haja fortes vínculos econômicos e comerciais com saldos positivos no Mercosul, as relações políticas entre Buenos Aires e Brasília, na década de 1990, não alcançaram com êxito o mesmo nível entre Alfonsín-Sarney da década

²⁴ Samuel Pinheiro Guimarães (2012) afirma que a integração regional e o sucesso do Mercosul não são de interesse de nenhuma potência externa. Pois a integração faz com que os países tenham mais força e a maior possibilidade de se desenvolverem e saírem do seu papel na economia-mundo.

de 1980. Principalmente devido ao então presidente Carlos Menem alinhar a Argentina incondicionalmente aos EUA²⁵.

Como também, inicia-se uma crise doméstica nos países-membros, devido à deterioração das moedas e à aceleração inflacionária, que criaram para o Mercosul um cenário econômico totalmente desfavorável à integração regional (ROZENBERG; SVARZMAN, 2003)²⁶. Esse declínio do quadro mercosulino também teve diversas influências internacionais, como a crise mexicana (1994), asiática (1997) e a russa (1999), que repercutiram no desempenho comercial e na atração de capital estrangeiro intrabloco. Deste modo, a partir de 1998 houve uma desaceleração nas negociações, um crescimento lento e um retrocesso da interdependência econômica, resultado de condições macroeconômicas e de decisões políticas.

Isso pode ser explicado em razão de ser o poder Executivo que delibera as negociações entre os países-membros do Mercosul, por trás existem líderes que carregam consigo uma cultura ideológica que influencia na maneira de agir, julgar e firmar acordos. Seria interessante atenuar as distintas culturas e valores existentes entre esses países, pois teriam uma negociação mais orgânica e ampla.

Vale evidenciar, que antes mesmo de desencadear a crise financeira interna no bloco, já era discutido em afastar, em certo ponto, a concepção neoliberal original na integração regional estritamente comercial²⁷. Houve, em 1996, um encontro chamado “O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia – Encontro de Culturas”, em Fortaleza, no qual tiveram como objetivo

- 1) pensar a integração regional desde o ponto de vista social e cultural, buscando incrementar o intercâmbio de experiências políticas e intelectuais;
- 2) debater as experiências do Mercosul e sua utilização como um instrumento de definição de um paradigma de cidadania e valores regionais;
- 3) Estimular uma reflexão positiva sobre a identidade regional, reflexão que pudesse conduzir a uma visão de nós mesmos mais centrada em nossa história e concepções de mundo (CABRAL, 2006, p. 318).

²⁵ Um dado importante é que entre 1995 e 2000 a Argentina acumulou na sua balança comercial um superávit de US\$ 10 bilhões com os países membros do Mercosul, enquanto no mesmo período teve um déficit comercial que alcançou US\$ 10,6 bilhões com países do NAFTA, ao qual Menem queria que Argentina aderisse (BANDEIRA, 2010).

²⁶ Como por exemplo: crises da mudança política cambial da desvalorização do Real em 1999 no Brasil, e da econômica, política e social da Argentina no final da década de 1990, com estopim em 2001 (BASTOS, 2008).

²⁷ Pelo menos desde 1992, ano seguinte ao Tratado de Assunção, reuniram-se em Brasília representantes da área cultural dos países-membros, a fim de debater questões referentes à cooperação e à integração no campo da cultura, por exemplo (RODRIGUES, 2018). Assim, já havia discussões sobre o Mercosul Cultural desde esse ano.

Além do mais, do ponto de vista político, um aspecto relevante do Mercosul foi a importância concedida ao viés democrático dos governos de seus países-membros. Esse aspecto foi particularmente considerável pelo fato de o projeto da integração ter se desenvolvido de maneira concomitante ao processo de redemocratização de seus Estados-parte (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015). Esse compromisso foi formalmente incorporado ao Tratado de Assunção, por via da conclusão do Protocolo de Ushuaia (MERCOSUL, 1998) em julho de 1998, que entrou em vigor em janeiro de 2002.

Mesmo com o cenário crítico no final da década de 1990, na XVII Cúpula de Presidentes do Mercosul que ocorreu em Montevidéu no dia 8 de dezembro de 1999, o comunicado oficial assinalava a importância da integração:

En el marco de la difícil coyuntura económica internacional y regional que había caracterizado el año de 1999, el proceso de integración mantenía su plena vigencia y constituía el instrumento más adecuado para la inserción de los Estados partes en la economía mundial. Se señalaba la importancia de continuar los esfuerzos para profundizar el Mercosur, identificar las medidas que permitieran alcanzar plenamente los objetivos establecidos en el Tratado de Asunción y proseguir con el diálogo político a fin de alcanzar criterios comunes para enfrentar los desafíos que planteaba la coyuntura internacional (MERCOSUR, 1999, [sem página]).

Para tanto, em seus primeiros anos, o Mercosul teve avanços positivos, e cumprindo o seu objetivo de criar maior interdependência entre as quatro economias que o formava. Entretanto, o período entre 1998 a 2002 é marcado por uma instabilidade, há a diminuição dos intercâmbios comerciais e aumento de conflitos e disputas, como também pelas crises econômicas externas e domésticas que afetaram todos os países-membros. Além disso, durante esses anos, desconfianças e desequilíbrios resultaram em uma percepção generalizada de que o Mercosul havia chegado ao seu limite.

Ademais, apesar dos avanços no que diz respeito a sua contribuição para a ampliação das relações entre seus membros e de efetivamente resultar em maior liberdade de trânsito para pessoas, mercadorias e capital, o bloco ainda se mostra vulnerável às oscilações políticas de ordem interna e tem respondido às crises da região com iniciativas que seriam mais políticas do que econômicas. Outrossim, as assimetrias que existem entre os países foram capazes de diversificar e dinamizar suas economias, fazendo com que países maiores e com maior poder político-econômico conduzam como “queiram” o bloco.

Assim, a primeira década dos anos 2000 esteve marcada pelos esforços de recuperação do Mercosul. A partir de 2003 houve uma retomada do crescimento econômico na região em concomitância à posse de líderes Executivos dos países-membros que viam o Mercosul favorável e alinhado para o desenvolvimento (PAMPLONA; FONSECA, 2008). Como há também uma maior relevância para a Cooperação Sul-Sul, a qual tem como objetivos a redução das desigualdades, a promoção do desenvolvimento e a democratização das relações internacionais (PECEQUILO, 2016). Nesse novo cenário regional, além do comercial, esses governos visavam a integração de outras cooperações técnicas.

3. O processo histórico na região platina e a alteração do cenário político do Cone Sul

Neste capítulo tem-se como objetivo discutir o processo histórico que levou à ascensão de governos considerados progressistas na Argentina e no Uruguai durante os anos 2000. Assim, analisa-se de maneira descritiva dois fatores domésticos destes países que influenciaram diretamente para que houvesse o então “novo” cenário da região sul-americana e do papel do Mercosul nos anos 2000. Desta forma, será abordado a crise estrutural do neoliberalismo, na Argentina, no fim da década de 1990, e o descrédito deste modelo; como também, a história da coalizão Frente Ampla no Uruguai, e como essa união foi importante para a esquerda conseguir chegar ao poder executivo em 2005.

3.1. Argentina: a experiência e o colapso neoliberal

As economias de países em desenvolvimento, em especial de latino-americanos, têm suas configurações no sistema-mundo influenciadas pela divisão internacional do trabalho. Essas economias têm se revelado sensíveis às flutuações nos preços de *commodities* e às condições de liquidez nos mercados financeiros internacionais (CEPAL, 2004). O pensamento cepalino, principalmente de Prebisch (2000), enfatizou a desigualdade econômica e social na formação das economias dos países da América Latina.

A Argentina conseguiu ao longo de sua história produzir uma sociedade relativamente mais homogênea, mesmo assentada sobre uma base produtiva tradicional e uma inserção externa periférica. Entretanto, essa situação começou a mudar a partir da década de 1990, em que o país começou a experimentar:

(...) um processo de profunda desagregação do seu tecido social. Flagelos tão comuns nos seus vizinhos, como pobreza, desemprego, precarização das relações de trabalho, elevada desigualdade na distribuição de renda, etc., e que até pouco tempo pareciam ser distantes da sua realidade socioeconômica, tornaram-se partes constitutivas da Argentina liberal e globalizada que emergiu a partir das reformas estruturais dos anos 1990 (FERRARI; CUNHA, 2008, p. 48).

Assim, nesta década houve uma intensificação de um padrão de heterogeneidade típico dos demais países latino-americanos, com fragmentação social, aumento da pobreza e mudanças nas condições do mercado de trabalho. Isso

se deve ao padrão neoliberal imposto “à risca”, de maneira unilateral, na sociedade argentina.

Por meio de uma recapitulação histórica, o neoliberalismo, enquanto agenda política, surgiu após a Segunda Guerra Mundial e, foi entendido como uma reestruturação capitalista e um contramovimento relativo ao enfraquecimento do Estado como indutor de crescimento. Na década de 1980, houve a discussão sobre a “crise da dívida externa” na América Latina e a consolidação dos espaços democráticos.

Dessa forma, em meio à transição política em vários países latino-americanos, também se desenvolveram os planos para a “renegociação da dívida externa”, que definiram os ajustes estruturais que as economias dos países deveriam assumir para manterem a confiança da comunidade financeira internacional.

Neste contexto, em novembro de 1989, houve um encontro realizado na capital norte-americana, chamado Consenso de Washington, que teve como objetivo avaliar as reformas econômicas que já vinham sendo implementadas na região. O título do encontro pode ser considerado “indicativo”: “Ajuste latino-americano: Quando já ocorreu?”. O evento foi organizado pelo *Institute for International Economics* e realizado em Washington – D.C. por John Williamson (BIRDSALL; DE LA TORRE; CAICEDO, 2010). Nele, estavam presentes funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros – como Banco Mundial, FMI e Banco Interamericano de Desenvolvimento – assim como especialistas em assuntos latino-americanos. O objetivo geral do acontecimento era condensar as propostas.

O Consenso, portanto, implicou na padronização do “receituário” de reformas liberalizantes que se seguiu na década de 1990, em que os pontos foram os seguintes:

(...) cortes nas despesas com políticas sociais e investimentos, com objetivo de “equilibrar” o orçamento estatal; prioridade ao pagamento de juros das dívidas externas e interna, nas despesas públicas; reforma fiscal; flexibilização do mercado financeiro para a presença de bancos internacionais e eliminação de restrições ao fluxo de capital especulativo internacional; equiparação de moedas nacionais ao dólar; eliminação das restrições ao investimento estrangeiro; programa de privatizações; desregulamentação de atividades estratégicas (mineração, transporte, prospecção) e das relações trabalhistas (reformas); nova lei de patentes, de acordo com exigências internacionais (SILVA, L., 2006, p. 190).

Esse “receituário”, fornecido pelo Consenso de Washington, tinha como objetivo auxiliar os países devedores; reformas que seriam condições para renegociar

a dívida externa e receber recursos de agências financeiras internacionais (BANDEIRA, 2002). Essas medidas, tinham também como um dos objetivos a preocupação de melhorar a imagem do país no mercado internacional.

Além de que, o não cumprimento dessas recomendações implicava em interrupção dos financiamentos e de novos empréstimos, que eram essenciais para resolver o crônico problema do déficit fiscal do país (MATIAS-PEREIRA, 2002). Importante frisar que os Estados acabavam dependendo de financiamentos internacionais para a manutenção interna do país, sujeitando-se aos planos político-econômicos advindos do capital estrangeiro.

A Argentina, na década de 1990, construiu uma política externa que a retirasse do isolamento e servisse de apoio à superação das enormes dificuldades que o país se encontrava. Desta maneira, houve a convicção de que o apoio irrestrito aos EUA implicava em uma relação privilegiada com estes, e que resultaria em um maior poder no cenário internacional.

Foi por meio dos dois mandatos de Carlos Saúl Menem²⁸ (1989-1999) que se instaurou um projeto liberal-globalizante na Argentina. Menem seguiu rigorosamente as instruções do Consenso de Washington, chegando ao ponto de ser considerado pelos organismos internacionais um modelo a ser seguido pelos demais países em desenvolvimento (PINTO, 2006).

Sob a coordenação do Ministro da Economia, Domingo Cavallo, diversas medidas neoliberais foram tomadas. Assim, nos primeiros anos desse governo e com a crise da dívida externa dos anos 1980 ainda presente, já colocavam em prática essas medidas, principalmente relacionadas à privatização de empresas estatais.

(...) se aprobaron las leyes de emergencia económica y de reforma del Estado y se inició la privatización de las empresas estatales. Se comenzó por la telefónica Entel, vendida a dos empresas extranjeras, asociadas con grandes bancos internacionales y con grupos económicos locales. Fue un caso testigo, y el procedimiento siguió aplicándose con celeridad en otros (ROMERO, 2014, p. 196).

Cavallo decretou em 1991 o famoso Plano Cavallo ou Plano de Conversibilidade, em que o peso argentino passaria a ter o mesmo valor do dólar; na

²⁸ Menem chegou a formular, na sua política externa, o conceito desenvolvido por Carlos Escudé, de “realismo periférico” (ESCUDE, 2008).

prática, a economia ficou dolarizada e o peso tornou-se uma moeda forte, além da inflação ter diminuído dos 4.923,6% em 1989, para menos de 2% até setembro de 1998 (PENNAFORTE, 2001). Ao implementar o Plano, gerou um ambiente ainda mais favorável ao neoliberalismo, pois a estabilidade imposta motivou um alto grau de confiança na sociedade em geral (PINTO, 2006). Por meio de reformas estatais sugeridas pelo “receituário”, com incentivo ao sistema privado, reestruturação de projetos sociais e uma nova onda de privatizações, Cavallo era tido por muitos como um caso exemplar de sucesso na adoção de um regime cambial duro, como forma de combate à inflação.

Durante o primeiro mandato, Menem conseguiu promover certo crescimento econômico e também atrair recursos externos, que foram possibilitados pela privatização das empresas estatais e pela desnacionalização da economia (BANDEIRA, 2002). Assim, os primeiros anos trouxeram vantagens para a economia argentina, na qual havia baixa inflação e aumento do consumo interno.

No auge da fase bem-sucedida do modelo, entre 1991 e 1998, a economia cresceu ao ritmo de 6% ao ano, e em virtude das reformas orientadas para o mercado, introduzidas no início da década, a Argentina recebeu mais de 100 bilhões de dólares em entradas líquidas de capital, incluindo mais de 60 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros diretos, devido a privatização de setores importantes, como energia, petróleo e telecomunicações (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2004). Entretanto, o regime de conversibilidade foi severamente testado especialmente pela crise mexicana em 1995.

Desta maneira, mesmo com números relativamente positivos, posteriormente verificou-se um quadro crônico, principalmente de deterioração social. Como exemplo, tem-se a taxa de desemprego, que cresceu durante os anos 1990 e, atingiu 20% no auge da crise; para fins comparativos, nos anos 1980, na “década perdida”, era 6% (CEPAL, 2003). Por conseguinte, com a implantação da agenda neoliberal,

Ampliou-se, de forma inédita na história recente argentina e em um ritmo talvez sem precedentes no próprio contexto latino-americano, o grau de desigualdade na distribuição de renda. Se, no início dos anos 1990, o país apresentava índices de concentração bem melhores do que a média do continente, em 2002 sua situação só não era pior que a do Brasil, que há muito tempo figura entre os piores perfis distributivos do planeta. Assim, não é possível pensar a Argentina contemporânea sem perceber que o país experimentou uma profunda alteração de sua estrutura social (FERRARI; CUNHA, 2008, p. 51).

Diante dessa situação, Romero resumiria esse contexto em: *“los beneficios se concentraron en un pequeño sector económico, que incluía a los inversores extranjeros, los grandes grupos económicos locales y un conjunto de amigos del gobierno rápidamente enriquecidos”* (ROMERO, 2014, p. 196). Boa parte da população foi ignorada nos governos da década de 1990, que favoreceram somente uma pequena parcela da sociedade e o Capital externo.

Essa crise que ocorreu na Argentina esteve presente também na maioria dos países que seguiram as instruções guiadas pelo Consenso de Washington. Em dezembro de 1994, o México entrou em colapso, crise que ficou conhecida como Efeito Tequila, por ser um dos primeiros declínios da América Latina sob o paradigma neoliberal, e afetou de forma direta ou indireta outros países (AMARAL, 2007). Além disso, a Argentina já estava tendo consequências recorrentes a outras crises internacionais, como a da Ásia em 1997, a moratória da Rússia em 1998 e a desvalorização do Real no Brasil, em 1999. A adoção quase que irrestrita do modelo do neoliberalismo levou a economia argentina ao colapso.

Por conseguinte, o sistema da conversibilidade revelou ter limites e falhas, inclusive na parte econômica, além de ter uma baixa capacidade de absorver os choques exógenos, colocando em “xeque” os fundamentos que davam sustentação ao Plano. Tal quadro foi agravado pela deterioração da posição comercial argentina, a desestruturação do setor produtivo, e o crescente endividamento externo, este último que se mostrou extremamente sensível e relevante pois, em dezembro de 1991, a dívida externa total da Argentina era de US\$ 62 bilhões, o que equivalia a 32% do PIB, já entre 1998 e 2001, a dívida ultrapassou US\$ 140 bilhões, mais de 50% do PIB (FERRARI; CUNHA, 2008).

É importante observar que ao final de seu mandato, em 1999, Menem, mesmo com uma dívida externa altíssima, um déficit na conta corrente do balanço de pagamentos de US\$ 12,5 bilhões e na balança comercial de US\$ 2,17 bilhões, havia um superávit no comércio intrarregional de US\$ 2,45 bilhões (BANDEIRA, 2010). Isso demonstra que, mesmo as relações regionais apresentando resultados econômicos positivos para a Argentina, considerada um dos pilares principais para haver um equilíbrio no Mercosul, o país continuava negligenciando e subestimando o regional perante a política externa de alinhamento automático aos EUA. Ademais, o descaso influenciou para que nessa época houvesse uma crise nessas relações interestatais,

fazendo até que os países-membros pensassem sobre a continuidade do bloco econômico do Cone Sul.

Menem deixou a economia argentina favorecida ao capital internacional, mas com concentração de riqueza, aumento de desemprego, empresariado nacional desfavorecido devido à concorrência externa, enquanto a classe trabalhadora, sem poder de compra e não consumindo o suficiente para aquecer a economia (PENNAFORTE, 2001). Além disso, como já citado anteriormente, com crise fiscal, desorganização do setor público, especulação financeira, crise social, política e econômica.

Essa crise estrutural argentina e o maior domínio do capital financeiro internacional ameaçavam, segundo O'Donnell (2001), as bases do funcionamento da própria democracia argentina. Pois o capital, por ser antissocial e de certa maneira antinacional, impôs uma política macroeconômica que tem como objetivo: “equilibrar, por um lado, a capacidade de o país continuar pagando e, por outro, maximizar os juros que cobra” (O'DONNELL, 2001, [sem página]), causando assim uma espécie de ciclo vicioso de dependência.

Ademais, a principal fonte de renda arrecadada pelo Estado era por meio de impostos, pois praticamente todas as estatais foram privatizadas. O que evidenciava que os problemas recaíam sobre a população, “(...) o tipo de capital financeiro que se impôs na Argentina não pode ter aliados sociais e que, obedecendo a sua própria lógica, não pode querer outra coisa além de continuar devorando a sociedade e o Estado argentinos” (O'DONNELL, 2001, [sem página]).

Em dezembro de 2001, o peso e o governo desabam. Com a crise econômica, há a intensificação do que já vinha sinalizando de uma crise política na Argentina²⁹. Além disso, no que se refere à desigualdade de distribuição de renda, em 2002, o índice de Gini³⁰ para a Argentina era de 0,590, acima dos 0,501 do ano de 1990; o que demonstrava que o quadro distributivo argentino, após mais de uma década de reformas liberalizantes, era pior do que o verificado em países como Bolívia,

²⁹ Após a era-Menem, Fernando de La Rúa (1999-2001) foi seu sucessor, entretanto, devido a protestos e manifestações populares, renunciou ao cargo em 2001, e o Congresso nomeia Adolfo Rodríguez Saá. Saá ficou um pouco mais de uma semana e renunciou no dia 31 de dezembro de 2001, em meio ao agito social. No início de 2002, a presidência passou a Eduardo Duhalde, que permaneceu no cargo até 2003, ano em que assumiu o poder Executivo, Néstor Kirchner.

³⁰ O Coeficiente de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 à completa desigualdade.

Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, México e todos os países centro-americanos (CEPAL, 2005).

É importante assinalar que a Argentina declarou moratória em 2001 da sua dívida externa, o que é considerado um "calote" de US\$ 132 bilhões, anúncio que foi feito durante a posse do presidente interino Adolfo Rodríguez Saá, que afirmou: "O Estado argentino suspenderá o pagamento da dívida externa, o que não significa um repúdio à dívida" (NOVO PRESIDENTE..., 2001, [sem página]). Sendo assim, um balanço das consequências econômicas, políticas e sociais desse período deve partir da constatação de que a Argentina passou, em pouco mais de uma década, de um país caracterizado por uma alta homogeneidade social, para um novo perfil de concentração de renda mais próximo à realidade média latino-americana e, mais instável politicamente.

Para tanto, a experiência argentina se caracterizou por ter no início uma euforia do reingresso nos mercados financeiros internacionais, a liquidez externa e a oferta doméstica, via privatizações e desregulamentação de mercados. Porém, com o tempo, foi se revelando falha, sensível e anômala, com crescente endividamento, crise social e a rigidez de um modelo macroeconômico que impedia desvencilhar, pois devido a recorrentes crises financeiras, a Argentina passou a depender cada vez mais de recursos dos pacotes financeiros estruturados. Salienta-se, que ao passo que a Argentina não pagou a dívida em 2001, o país ficou sem acesso e sem crédito do FMI.

A economia da Argentina tendia ao fracasso e havia um desfecho drástico da crise. O que deixou evidente que o neoliberalismo se esgotou antes de ser criado um modelo alternativo de desenvolvimento social e econômico para ocupar o seu lugar. Modelo que era considerado o "ideal" para a recuperação da crise da dívida externa na década de 1980 nos países latino-americanos, entretanto, demonstrou-se favorecer e reforçar ainda mais o capital nos países em desenvolvimento.

O Mercosul, no início dos anos 2000, voltou a ser uma pauta importante na política externa argentina. Isto se manifestou numa série de iniciativas promovidas no início de 2003, para "relançar" o bloco e, que seria ponto-chave como estratégia de inserção internacional. Esse "relançamento" tinha como propósito cumprir os objetivos ainda não atingidos, "(...) traçava um aprofundamento na agenda de integração regional para avançar além das metas comerciais previstas no Tratado de Assunção" (VAZQUEZ; RUIZ, 2009, p. 34), como também se somaram ideias para que o bloco

regional superasse os déficits para além do económico-comercial; o desenvolvimento de outras áreas temáticas.

Referente à política externa da Argentina, Néstor Kirchner, o então governador da província de Santa Cruz, viria a ser o primeiro presidente que cumpriu seu mandato completo depois da crise de 2001, e já manifestou suas preferências antes mesmo de ser eleito presidente,

(...) mi elección es Mercosur. Ya hace algunos años, Estados Unidos ha optado por alcanzar acuerdos de comercio bilaterales, al no poder lograr consenso en el nivel multilateral. Por esto creo que el mejor camino es a través del Mercosur, dado que así obtendremos un mayor impacto en la negociación. (...) Las cada vez más consolidadas democracias latinoamericana son producto, entre otras causas, del proceso creciente de integración regional, la cual es un imperativo histórico y el camino necesario para el desarrollo económico, social y político de los países de la región y su incorporación competitiva en la economía mundial (...). Mi propuesta es que debemos diseñar un proyecto que permita ingresar al mundo con identidad nacional, es decir una Argentina que se pueda sustentar a sí misma. Recordemos, (...) que luego de la Segunda Guerra Mundial el general Perón no describió ni un bloque ni al otro, imaginó que era posible una tercera posición, se comportó como un estadista y construyó un país con la certeza de tener un destino como Nación. A estas alturas, nadie puede negar la influencia ejercida por la globalización, ya sea en la región o en el país. Hoy día, los esquemas de integración regional han llegado a ser tan comunes (...). Por eso, sostengo que la próxima elección presidencial es la elección de qué modelo de país queremos los argentinos: tendremos que elegir entre los que (...) proponen el ALCA y los que proponemos el Mercosur; entre los que piden relaciones carnales y los que planeamos relaciones seria con el mundo, pero con objetivos nacionales (KIRCHNER; DI TELLA, 2003, p. 213-215).

Assim, surge no ano de 2003 uma nova gestão que enfrentou uma série de desafios e problemas herdados do neoliberalismo; é fundamental apontar que este modelo continuaria se fazendo presente, seja de uma forma mais intensa ou menos acentuada. Frente aos desafios, a noção de integração constitui uma ferramenta importante, para implementação de políticas que resultam em um maior desenvolvimento económico, social e a autonomia frente às potências centrais.

3.2. Uruguai: a coalizão da Frente Ampla como projeção

O Consenso de Washington e as reformas estruturais neoliberais também atingiram e tiveram influência no Uruguai, país que na década de 1990 articulou em sua sociedade o “receituário”, e a exemplo de outros países latino-americanos, nos primeiros anos obteve um relativo sucesso. Segundo o *Instituto Nacional de Estadística* (2002), entre 1985 e 1998, o Uruguai atingiu uma das maiores taxas de

crescimento do PIB da região e conseguiu, diferentemente da maioria de outros países, reduzir a pobreza entre 1986 e 1994.

Contudo, entre os anos de 1999 a 2004 o Uruguai viveu uma restrição econômica, as taxas de desemprego e pobreza atingiram níveis elevados e preocupantes; situação que o país não enfrentava desde a crise da década dívida externa de 1980, que abrangeu boa parte dos países latino-americanos (ARMAS, 2006). Nesta virada de século houve a consolidação de alguns fenômenos como a exclusão social, devido a causas estruturais mais profundas que estavam ocorrendo no Uruguai.

Para reverter essa situação, incitou-se uma maior participação e ação do Estado, principalmente por políticas públicas. Curiosamente, mesmo passando por crise financeira e pertencendo a uma base partidária de viés de direita, o Uruguai foi um dos países da região que mais colocou recursos nas últimas décadas às políticas sociais; um dos países que atribuiu a maior prioridade macroeconômica e fiscal aos gastos públicos com viés sociais, e, especificamente entre os anos de 2002 e 2003, o Uruguai ocupava o segundo lugar na região em investimento social, representando 20,9% do seu PIB na época, atrás apenas de Cuba (CEPAL, 2006).

No decorrer da história político-democrática uruguaia, o Partido Colorado e o Partido Nacional foram os que mais prevaleceram no poder Executivo. Após a redemocratização em 1984, o Uruguai passou por diversos governantes, como Julio M. Sanguinetti (1985-1990), Luis Alberto Lacalle (1990-1995), Julio M. Sanguinetti (1995-2000), Jorge Batlle (2000-2005); todos esses presidentes pertenciam a um dos dois partidos. Somente em 2004, foi eleito um candidato de uma terceira via, da coalizão de esquerda *Frente Amplio*, Tabaré Vázquez.

Historicamente, Colorado e Nacional (conhecido também como *Blanco*) são os partidos políticos mais antigos, tradicionais e considerados conservadores no Uruguai. Suas origens remontam à Guerra da Cisplatina³¹ (1825-1828) e, a fundação dos dois partidos foi realizada em 1836, quando uma luta pelo poder se desencadeou entre os grupos que apoiavam o então presidente Manuel Oribe e os que apoiavam Fructuoso Rivera (BANDEIRA, 2010).

³¹ Conflito que o Uruguai se tornou independente do Brasil, e há a criação do Estado Nacional no país.

O Partido Colorado representava os interesses urbanos, grupos populares de Montevideu, formado por imigrantes e defendia a abertura econômica, vinculada ao liberalismo clássico. Já o Partido Nacional tinha sua base no meio rural, representava proprietários de terras e cidades menores. A partir da data de fundação desses dois partidos, houve um bipartidarismo saliente na política uruguaia no século XIX, e boa parte do século XX, e mantiveram-se no poder Executivo até final do ano de 2004.

Esse bipartidarismo, que era proeminente até metade do século XX, começa a perder força no final da década de 1960, quando houve uma crescente mobilização sindical e estudantil motivada pela decadência do Estado de bem-estar e aumento de políticas repressivas (DANTAS, 2011). Face a isso, surgiu o *Frente Amplio* ou a Frente Ampla, em 1971, como uma coalizão de grupos e partidos de esquerda para disputar as eleições nacionais no Uruguai, pressupondo-se considerar uma terceira via eleitoral consolidada.

Algumas explicações para o surgimento da Frente Ampla assentam-se no modelo desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra Mundial, na definição da classe média em diferentes países, na difusão dos movimentos de esquerda latino-americanos, surgidos sob o influxo da Revolução Cubana, e o movimento sindical, que possibilitou a criação de uma cultura política diferente (MOREIRA, 2000). Por meio desta premissa de formação do partido, o contexto internacional influenciou sobremaneira pensadores e grupos sociais uruguaios.

Além disso, os segmentos progressistas do Uruguai não estavam isolados ao que acontecia no entorno regional, o que considerou que determinadas experiências tenham sido articuladas ao debate interno, ou seja, para discussões mais locais. Isto posto, no contexto de criação da Frente Ampla, havia no Cone Sul diferentes experiências frentistas em andamento, e a que mais teve relevância política para os uruguaios, foi a da Unidade Popular do Chile (FERREIRA, 2013).

Há também a sinalização da influência interna, por meio do enfraquecimento do bipartidarismo tradicional e conservador; pois esses dois partidos representavam somente interesses da elite uruguaia, como a classe burguesa e agrária. Dessa forma, deixavam uma lacuna de representatividade perante uma parcela da sociedade, que buscou na Frente Ampla um campo de atuação para que seus objetivos fossem atingidos.

Assim, fruto de correntes ideológicas e diferentes ramos de atividades, a esquerda pré-Frente Ampla, ou seja, antes da efetiva coalizão, ganhava terreno e constituiu-se como “partido de integração social”, considerado forte mobilização corporativa de sindicatos, que antecedeu organizações partidárias de frentes que buscavam o ordenamento de massas e a competição eleitoral (LANZARO, 2001). Deste modo, um passo fundamental para resistência frente ao Estado e ao empresariado foi a aliança da esquerda, que ocupou seu lugar em lutas e inseriu-se na vida de uma parcela da sociedade.

Depois de diversas derrotas atuando fragmentada, o campo ideológico de viés mais progressista teve a percepção que só chegaria ao poder como uma frente unida e ampla, e ao integrar os pequenos partidos ideários, poderiam competir com o Partido Colorado e o Partido Nacional. Isto posto, surge a Frente Ampla em 1971, que teve influência do ambiente externo e doméstico para se estabelecer e se consolidar como um partido notável.

Já nas eleições de 1971, a Frente Ampla atingiu 18% do total de votos, superando a marca histórica dos 10% da esquerda dividida; enquanto na capital do país, em Montevideu, obteve 30% dos votos, ficando atrás somente do Partido Colorado (DANTAS, 2011). Salienta-se, que neste período a Frente Ampla tinha menos de um ano de existência, e no período eleitoral obteve resultados expressivos e significativos, frente ao bipartidarismo, que até então era predominante na arena política uruguaia.

Entretanto, em plena Guerra Fria, o enfrentamento entre capitalismo e socialismo no mundo fez com que houvesse uma maior expansão da onda ditatorial orientada pela DSN nos países latino-americanos, com a estratégia anticomunista dos EUA na região, e no Uruguai não foi diferente. Em 1973 houve um golpe de Estado no país³², cuja duração foi de doze anos de uma ditadura militar marcada pelas perseguições e assassinatos de pessoas que tinham um pensamento opositor, especialmente militantes de esquerda, e pela censura de manifestações sociais.

Essas perseguições e censuras aconteciam muito devido ao perfil do pensamento latino-americano de viés mais de esquerda na época ser alinhado às

³² Entre os anos de 1973 e 1985, o Uruguai viveu sob um regime autoritário liderado pelas Forças Armadas e por colaboradores civis do país. Foi no dia 27 de junho de 1973 que o então presidente da república Juan María Bordaberry ordenou a dissolução do Parlamento, e iniciou-se essa ditadura.

referências teóricas do socialismo, que tinham como premissas e se consideravam anti-imperialista, popular, terceiro-mundista e antioligárquica; e a coalizão frenteamplista estava enquadrada em todas essas características (LANZARO, 2004). Assim, a Frente Ampla também tinha o anseio de combater os centros de poder internacional, possuía uma ideologia mais estatista, além de que era a favor de tecer alianças sociais e políticas capazes de promover uma mudança no papel do Uruguai no capitalismo mundial.

O processo de consolidação da Frente Ampla, acabou sendo, de certa forma, de longo prazo, devido ao golpe de Estado uruguaio que perdurou por anos. Com a redemocratização uruguaia em 1985, a eleição do colorado Julio Maria Sanguinetti (1985-1990) foi fundamental para o estabelecimento da volta da democracia, já sob a aplicação da cartilha neoliberal do FMI e do Consenso de Washington. Nos anos 1990, na gestão nacionalista de Luis Alberto Lacalle, foi o ápice da política econômica neoliberal, além de que buscavam uma maior inserção por meio de tratados de cooperação, como também foi a adesão à integração regional do Cone Sul, em que se tornou um país-membro fundador do Mercosul.

Após a redemocratização, somente nas eleições de 1994, que se revelou de maneira clara a divisão da população uruguaia em três polos: o Partido Colorado obteve 32,3%, o Partido Nacional 31,8% e o Partido Frente Ampla 31,2% (DANTAS, 2011). É importante frisar que no período pós-ditadura a esquerda teve que se adaptar, assim, demonstrou ter uma maior amplitude e flexibilidade na composição do seu quadro ideológico, devido ao novo contexto, e as várias frações da Frente Ampla estavam mais suscetíveis de adotar definições mais amplas. Essas alterações pressupõem-se que estavam relacionadas principalmente aos fenômenos internacionais, como a queda do socialismo, além de que existia uma preocupação entre os líderes da esquerda em estabelecer ligações com a comunidade empresarial, que era um fator que não poderia ser simplesmente ignorado.

Na medida que a Frente Ampla crescia no espectro político-ideológico, e adaptando sua configuração para ser mais ampla, com uma maior valorização da liberdade, de direitos civis e políticos, como também melhores garantias, devido a experiência autoritária traumática sofrida pela esquerda; não abandonou seus pilares principais, como já citado anteriormente, que são: antioligárquica, anti-imperialista,

popular-social, “(...) *por ello ciertas definiciones básicas que hacen a la preservación de una identidad de izquierda*” (YAFFE, 2004, p. 186).

Além dessa estratégia de aumentar sua rede, a Frente Ampla, enquanto esquerda, mesmo assim se distancia significativamente de ideologias dos nacionalistas e dos colorados, evidenciando os dois tradicionais partidos uruguaios como portadores de um mesmo padrão de cultura política. Pode-se observar que:

Na medida em que o FA cresce, blancos e colorados – que foram rivais ao longo da história uruguaia – passam por um processo de “convergência”. Arquitetam compromissos e coalizões, compondo um pólo político e uma família ideológica com proximidade mútua e uma relativa falta de diferenciação. Em consequência da sobreposição ideológica e da associação política, encontram dificuldades para cultivar suas identidades e tradições ou para articular opções diferentes e competir entre eles mesmos. Também diminui a diferenciação interna assim como as possibilidades de arregimentação de votos propiciadas pela coexistência de alas de direita e de esquerda dentro dos partidos tradicionais (LANZARO, 2003, p. 67).

Esse afastamento ideológico favoreceu e diferenciou a coalizão dos demais partidos no espectro político. Além de que a deterioração econômica e social que o Uruguai vinha passando no final da década de 1990, fruto de crises externas e internas, sobretudo devido ao fracasso do neoliberalismo, que estava presente nos partidos tradicionais, em razão de que apoiavam substancialmente esse modelo de política e o capital internacional (DANTAS, 2011).

Assim, o triunfo eleitoral da Frente Ampla nas eleições de 2004, o primeiro governo de esquerda no país, pretendia desenvolver uma série de mudanças no campo das políticas sociais, sucedendo no momento que a economia uruguaia começou a dar os primeiros sinais de reativação: crescimento do PIB, redução da taxa de desemprego, aumento da renda (ARMAS, 2006). Entretanto, as consequências da crise ainda eram visíveis.

Vale mencionar que não somente no contexto uruguaio havia o crescimento de governos progressistas, e sim no plano regional. Como por exemplo, tem-se a crise no país vizinho do *menemismo*, e a orientação do governo de Néstor Carlos Kirchner em 2003 na Argentina, como também o triunfo do Partido dos Trabalhadores, com Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil em 2003. Referências estas que foram reconfigurando um mapa totalmente diferente dos anos 1990 no Cone Sul, para o início dos anos 2000.

Relacionado à política externa uruguaia no período pós Guerra Fria, nos anos 1990, houve uma ampliação dos atores que participaram do processo decisório. Um dos pontos principais foi a implementação da estratégia de inserção internacional do país escolhida por cada um dos governos dos sucessivos períodos, que se desenvolveu em uma política que respondia a um conjunto de eixos temáticos que perpassam as diferentes administrações, dando lugar a diferentes graus de continuidade nas mesmas (CLÉRICO, 2006). E inclusive a gestão da Frente Ampla, a partir do ano de 2005, adotou, em certa medida, esses eixos temáticos.

Dois aspectos pertinentes e importantes relacionados a ideologia frentista uruguaia à política externa, foi: o do anti-imperialismo fundacional, tendendo a uma relação menos conflitante com os EUA e com os organismos financeiros internacionais, e a revigoração na aposta do Mercosul no novo contexto político regional (CABRAL, 2006). Ou seja, uma inserção internacional mais pragmática, com um propósito de ter maior poder de barganha e um papel mais central do Uruguai nas relações internacionais, apostando no bloco mercosulino como um meio para chegar a esses objetivos.

Já no plano de governo eleitoral frenteamplista, deixava em evidência que tinha como objetivo o fortalecimento dos laços no Mercosul e que almejava que o Uruguai buscasse seu protagonismo e amadurecimento político na integração regional do Cone Sul,

(...) que se denominó Más y mejor MERCOSUR y en el contexto de un bloque políticamente estancado, se postuló que los uruguayos no solamente quieren ser socios del MERCOSUR, sino protagonistas del proceso de integración regional. A la vez se reclama para Uruguay un rol articulador que facilite las instancias de negociación tendientes a la reforma integral del bloque, que se estima imprescindible. Expresamente las nuevas autoridades consideran que la falta de convicción de los anteriores gobiernos uruguayos en ese proceso de integración, y su reiterada actitud unilateralista, poco ayudaron a fortalecer al bloque, que ya se encontraba afectado por la crisis que golpeó a la región, la debilidad de sus mecanismos institucionales y la falta de coordinación de las políticas macroeconómicas que deterioraron severamente su funcionamiento (CLÉRICO; LUZURIAGA; NILSON, 2006, p. 135).

Sendo assim, a Frente Ampla defendia a otimização de mecanismos institucionais e uma melhor gestão estratégica das políticas econômicas do Mercosul. Como também deixavam em evidência que almejavam a busca pelo maior poder de decisão uruguaia dentro do bloco, com objetivo de desenvolver e não permitir que o bloco fosse conduzido somente por dois pilares, e sim, que os países-membros

tivessem poder de decisão e conduzissem o bloco de maneira que se desenvolvesse e se potencializasse para todos. O pensamento de desenvolver e aprimorar o Mercosul, inclusive em outras áreas temáticas além da comercial, vai em alinhamento ao novo panorama que estava surgindo no contexto regional.

4. O Mercosul a partir do Prata (2003-2015)

A integração regional foi um desafio constante na história das relações internacionais no Cone Sul. Questões como a manutenção da paz, a superação do subdesenvolvimento econômico-social, o fortalecimento político e a não-intervenção estadunidense na região, se fizeram presentes nas agendas compartilhadas dos países, em diferentes momentos históricos e com distintas intensidades.

A realidade vivida pelo Cone Sul (e toda América Latina de modo geral) no período como decorrente do enfraquecimento do capitalismo neoliberal e da influência relativa dos EUA nos âmbitos geopolítico e econômico (WALLERSTEIN, 2004)³³, foi um fator primordial que permitiu que o panorama político da região modificasse, com o surgimento de novos líderes que enfrentaram desafios e heranças problemáticas do neoliberalismo mais incisivo em suas sociedades, como também a possibilidade de uma inserção internacional mais autônoma.

Além da queda hegemônica estadunidense detectada por Wallerstein (2004), a crise estrutural neoliberal que ocorreu na Argentina, assim como a formação da coalizão da Frente Ampla uruguaia, vistos no capítulo anterior, foram também motivos fundamentais que condicionaram nos anos 2000 para que pudesse assumir governos progressistas em seus respectivos países. Em 2003 assumiu na Argentina Néstor Kirchner, enquanto em 2005 Tabaré Vázquez no Uruguai. Diante desses desafios,

(...) a noção de integração constitui uma ferramenta fundamental, para que, através da união de forças, novas políticas fossem implementadas nesses países, políticas essas que resultassem em um maior desenvolvimento econômico e social – tanto interno quanto regional – e autonomia frente à potência hegemônica (GRANATO, 2015, p. 97).

Assim, a integração regional passou a ser vista além da simples formação de nascimento neoliberal-comercial, um instrumento para o desenvolvimento dos países da região, como também torná-los menos dependentes dos países centrais, e se fez presente na primeira década dos anos 2000 como um dos pilares das respectivas políticas externas dos países-membros do Mercosul³⁴. Para promover esse ambiente,

³³ “O sucesso dos EUA como potência hegemônica no período do pós-guerra criou as condições para que a sua própria hegemonia fosse minada. Este processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas de setembro de 2001” (WALLERSTEIN, 2004, p. 25).

³⁴ Houve nesse período, além de um redirecionamento para o Mercosul, a criação de organizações internacionais, como a União de Nações Sul-Americanas em 2008, e a Comunidade de Estados da

especialmente mais autônomo, Methol-Ferré (2009) afirma que o Mercosul é uma via necessária para que os países-membros não desapareçam como centros de autonomia.

Neste capítulo, tem a aplicação do método de inserção internacional por “relações em eixo”, que atua como proposta para superar a crise neoliberal que provocou deterioração econômica e social nos países sul-americanos, como Argentina e Uruguai; esse método de relações tem como componentes conceituais a tradição de uma relação não do tipo estratégica entre dominado e dominante, mas sim entre parceiros simétricos (CERVO, 2008). Ou seja, assentam em relações não como Washington e Buenos Aires, ou Montevideu e Londres, por exemplo, mas sim com países com estruturas semelhantes.

O modelo de relações em eixo se alça, por sua vez, à esfera da vida política, por meio da qual requisita e firma a autonomia de processo decisório compartilhado pelos Estados da região, cujo escopo reside no fortalecimento das capacidades de poder e do poder de barganha da América do Sul. E com isso contribui para a interdependência entre blocos e nações, mas não aquela das estruturas hegemônicas desejada por globalistas e que tendem a perpetuar assimetrias em benefícios de uns e detrimento de outros. (...) relações em eixo se estabelecem entre parceiros de nível próximo de desenvolvimento, unidos por uma visão comum de interesses e objetivos (CERVO, 2008, p. 214).

Desse modo, o presente capítulo tem como base o Mercosul no início dos anos 2000 e consta uma pesquisa relacionada às influências dos governos e das políticas externas de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2011; 2011-2015) na Argentina, assim como de Tabaré Vázquez (2005-2010) e José Mujica (2010-2015) no Uruguai; e o que essas gestões pensaram sobre integração regional, além de acontecimentos relevantes que influenciaram no Mercosul e apontamentos da situação do bloco após um redirecionamento que ocorreu nesse período.

4.1. Argentina e o Kirchnerismo

O Kirchnerismo foi uma política que perdurou por três mandatos presidenciais consecutivos (2003-2015). Iniciando-se a partir do primeiro e único mandato de Néstor Kirchner (2003-2007), e se estendeu até 2015, quando completou o segundo mandato

América Latina e do Caribe em 2010. Organizações que tem como objetivo um maior espaço de integração e união nas esferas cultural, social, econômica, política e comercial entre os países-membros. A criação deste novo quadro regional, especialmente com a criação da UNASUL, pode acabar apresentando um desafio e dificuldade na necessidade de articular as competências com o Mercosul (PEÑA, 2008).

de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011; 2011-2015) no poder³⁵. Alinhando-se à política kirchnerista houve a criação da *Frente para la Victoria* na Argentina, que foi uma aliança política para apoiar a candidatura de Kirchner em 2002, pertencendo a uma ala do Partido Justicialista (ou Partido Peronista), ao qual Néstor era filiado, de ideologia centro-esquerda e progressista³⁶.

A crise estrutural argentina no final de 2001 e a “desilusão” com o sistema neoliberal criaram condições favoráveis para a formulação de propostas que iriam contra esse sistema (PENNAFORTE, 2001), ou, que pelo menos, o usasse de maneira menos intensa em suas gestões, visto que o modelo permaneceria presente de alguma maneira. Néstor Kirchner e, posteriormente, Cristina Fernández de Kirchner, recuperaram a tradicional linha nacional, popular e anti-imperialista do peronismo, de recuperação estatal, de reindustrialização, de combate à pobreza e um projeto de inserção de caráter autonomista (GRANATO, 2015). Isso foram alguns artifícios que o período utilizou para deixar o neoliberalismo menos incisivo em suas sociedades.

Após ser eleito, em sua posse perante o Congresso Nacional, no dia 25 de maio de 2003, referente à política de integração regional, Kirchner afirmou em seu discurso,

(...) Nuestro país debe estar abierto al mundo, pero abierto al mundo de una manera realista, dispuesto a competir en el marco de políticas de preferencia regional y fundamentalmente a través del MERCOSUR, y de políticas cambiarias flexibles acordes a nuestras productividades relativas y a las circunstancias del contexto internacional. (...) Nuestra prioridad en política exterior será la construcción de una América Latina políticamente estable, próspera, unida, con bases en los ideales de democracia y de justicia social. (...) El MERCOSUR y la integración latinoamericana, deben ser parte de un verdadero proyecto político regional y nuestra alianza estratégica con el MERCOSUR, que debe profundizarse hacia otros aspectos institucionales que deben acompañar la integración económica, y ampliarse abarcando a nuevos miembros latinoamericano, se ubicará entre los primeros puntos de nuestra agenda regional (...). (ARGENTINA, 2003, [sem página]).

O nível regional aparece como prioridade no discurso de governo, como o desejo por um projeto de unificação sul-americana. O Presidente Kirchner colocava o Mercosul entre os primeiros pontos da agenda externa, assim como almejava o

³⁵ Durante o período do kirchnerismo os chanceleres foram Rafael Bielsa (2003-2005), Jorge Taiana (2005-2010) e Héctor Timerman (2010-2015).

³⁶ No governo da Frente pela Vitória (2003-2015) houve uma recuperação do vínculo sindical-partidário, em um contexto de crise econômica, social e política que o neoliberalismo havia conduzido a Argentina no final de 2001 (ARMELINO, 2016). Essa crise fez com que o modelo neoliberal perdesse força no país e impusesse desafios aos novos governantes, principalmente no que se refere a necessidade de articular soluções para superar o desemprego, pobreza e o aumento da desigualdade social.

consequente crescimento e expansão do bloco mercosulino para novos países-membros.

Com Kirchner, a Argentina se aproximou mais da visão brasileira sobre o regionalismo, favorecida com a chegada ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva também em 2003. Ambos aspiravam entre a proposta estadunidense da ALCA e o aprofundamento da integração com o Mercosul; e os dois países optaram pela opção sul-americana (KAN, 2015). Neste sentido, Kirchner rompeu com uma das linhas mestres da política exterior do Governo Menem (1990-1999), o alinhamento automático com os EUA, e a política regional era claramente a área prioritária das relações externas, principalmente referente ao plano sul-americano (SIMONOFF, 2010).

Assim, desde 2003 havia uma convergência política entre os presidentes do Brasil e Argentina, com Lula e Kirchner, respectivamente. Esses líderes políticos verificaram que essa tal aproximação e coordenação deveriam fortalecer a condução do processo de integração regional do Mercosul, baseando seus princípios na democracia e na implementação de políticas públicas para diminuir desigualdades sociais, além de

(...) fortalecer o projeto político do MERCOSUL, e de aperfeiçoar a união aduaneira; de avançar na constituição do Parlamento do MERCOSUL; de possibilitar ao bloco as ferramentas produtivas e industriais necessárias para a sua consolidação; (...) de continuar aprofundando a coordenação de posições nas negociações externas; de avançar na integração energética e no aprofundamento do diálogo em temas de defesa e segurança, e de estabelecer um programa de cooperação cultural (GRANATO, 2015, p. 139).

Kirchner durante seu mandato foi influenciado pelo teórico argentino Juan Carlos Puig, autor que na década de 1980 utilizava o conceito da “terceira posição”³⁷ de Perón. Puig acreditava que a autonomia poderia ser atingida por meio da integração latino-americana, além de reforçar a necessidade de se formular uma teoria local que abandonasse categorias analíticas embasadas nas realidades distintas de outros países, principalmente os centrais (MUÑOZ, 2016)³⁸. Tinha-se um pensamento

³⁷ Em virtude disso, pode-se afirmar que o paradigma aplicado pelo Governo Kirchner estava inspirado na concepção da “terceira posição” de Perón (1946-1955), que foi utilizada durante a Guerra Fria, e já mencionado no capítulo 1. Kirchner em 2003 retoma esse pensamento da construção de autonomia para reduzir a dependência do “centro”, e da afirmação a respeito de suas ações desde um modelo próprio.

³⁸ Assim, um dos pressupostos da política externa de Kirchner era o distanciamento do modelo neoconservador dos anos 1990, expresso no “realismo periférico” de Escudé, e uma aproximação ao “autonomismo puiguiano” (SIMONOFF, 2010). A integração regional era vista por teóricos das

que a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é uma relação que não pratica uma política autônoma, mas sim de dependência.

Rafael Bielsa, o primeiro chanceler do período, referente à vinculação com o mundo e a integração, expressava:

Integrarnos es darnos cuenta de que cuantos más nos acercamos a quienes se parecen a nosotros, mayor masa crítica y volumen alcanzaremos para negociar internacionalmente. Por eso es que hoy tenemos claro que sólo a partir de asociaciones estratégicas consolidadas – no simplemente declamadas-, nuestra voz sonará más fuerte y podremos atender mejor intereses vitales, incluyendo la superación de la miseria y la injusticia (BIELSA, 2005, p. 82).

A integração regional possui influência neste governo sob a ideia de ser uma alavanca para aumentar os recursos de poder dos Estados nas negociações internacionais, por meio de objetivos e afinidades de interesses comuns dos países-membros. O governo Kirchner definiu o Mercosul como uma aliança estratégica no cenário internacional, além de usufruir de ganhos como ator econômico e político regional (RAPOPORT, 2006).

Relacionado à ideia de um projeto político regional, tanto Kirchner, quanto CFK, estavam convencidos de que a integração regional não deveria ser patrimônio do capital, mas sim dos povos, que seria melhor assumir uma postura proativa frente ao fenômeno da globalização. Ou seja, uma postura que os próprios Estados possam construir regras e instituições fortes para não serem “dominados” pelo fenômeno global.

Como influência ideológica para o kirchnerismo, Puig (1986) afirmava que a “integração regional solidária” seria uma importante ferramenta para promover mecanismos para melhorar a viabilidade nacional e, conseqüentemente, o posicionamento político da América Latina na ordem internacional. Além de ter como objetivo uma concepção integral da integração regional, não se limitando apenas ao âmbito econômico-comercial; ser também uma integração com interesses autônomos, devendo atingir a sociedade e se fazer presente no impacto das vidas das populações, não somente aos Estados e as elites (PUIG, 1986).

Escolas da Autonomia e Dependência latino-americanas, como um mecanismo que contém características de caráter emancipatório, desenvolvimentista e que auxilia na sua inserção no plano internacional.

Neste sentido, Jorge Taiana, o segundo chanceler do período, tem como pensamento:

(...) no processo de aprofundamento da integração regional, o Mercosul – bloco do qual a Argentina é um dos membros fundadores – avançou em aspectos que excedem o meramente comercial. Chamado “Mercosul político” experimentou uma evolução incessante, marcadamente positiva, ao mesmo tempo em que o aspecto multidimensional do processo integrador ganha força (TAIANA, 2006, p. 9).

Surgia uma ânsia por uma integração regional que fosse além da questão comercial, abarcando social e político. Além disso, Kirchner tinha intenção de ampliar o Mercosul para demais países latino-americanos, como mencionado em seu discurso de posse, já citado anteriormente. Durante seu mandato, foi um grande incentivador da incorporação da Venezuela como novo sócio mercosulino; as razões para esse país aderir ao bloco seriam, principalmente, por ser um importante parceiro da Argentina³⁹, como também em virtude de seu potencial energético e de sua influência econômica, que poderia ser mais um contrapeso com o Brasil (SIMONOFF, 2010), no que tange ao equilíbrio de poder no Mercosul⁴⁰.

Posto isso, o nível regional era tido como prioridade no discurso do governo argentino e identificou-se uma necessidade de aprofundar e ampliar o processo integracionista, além disso, concomitantemente, a aproximação entre os presidentes Lula e Kirchner, estabilizou diversas situações políticas no Cone Sul, por serem os principais países. Entretanto, esses fatores não garantiram o afastamento das tensões e desconfianças, tanto no nível regional, quanto nas questões de agenda global dos países.

Um conflito nesta época que ocupou lugar privilegiado nas relações exteriores argentinas foi a disputa com o Uruguai pela questão da instalação da empresa de celulose finlandesa às margens do Rio Uruguai. “A empresa de Fray Bentos foi instalada em 2006 com a autorização do Governo de centro-esquerda do presidente uruguaio Tabaré Vázquez (2005-2010) e contra a vontade dos ecologistas argentinos e do governo peronista de Néstor Kirchner (2003-2007)” (PEREGIL, 2014, [sem página]). Esta divergência tornou-se uma das situações mais complexas de se

³⁹ O governo Hugo Chávez foi um importante parceiro da Argentina ao comprar títulos da dívida do país quando Buenos Aires não tinha acesso aos recursos internacionais (PENNAFORTE, 2013).

⁴⁰ Além de ser um sinal de entendimento político do eixo Buenos Aires-Brasília-Caracas, a incorporação da Venezuela foi um fator geopolítico e geoeconômico, devido que a questão energética estava no topo da agenda regional (MORASSO, 2016).

resolver, não tanto pela sua importância ou magnitude, mas porque as negociações entre os dois países sempre tiveram desconfiança, mesmo compartilhando situações históricas em comum.

Essa discordância específica teve origem a partir de um movimento popular que surgiu da preocupação ambiental perante o empreendimento industrial finlandês no Uruguai, de maneira rápida, tornou-se um conflito binacional, onde os Estados tomam posições não negociáveis. Logo depois, a divergência é levada para o regional, o que causou atritos internos no Mercosul, e se internacionalizou por meio da arbitragem do Tribunal Internacional de Justiça, que resolveu o caso em 2010 (BELOQUI, 2013).

Ademais, nos fóruns internacionais presenciava-se também atitudes deliberadas de um país em detrimento do outro nesta época como, por exemplo, o voto da Argentina contra o financiamento de projetos uruguaios no Banco Mundial e no FOCEM (NILSON; POSE; RAGGIO, 2016). Assim, inesperado, mas não imprevisível, foi considerado um atrito gerado por dois governos de esquerda, que tinham como projeto e almejos de terem uma cooperação maior com o Sul global e uma boa relação com países vizinhos.

Além disso, por mais que Buenos Aires e Brasília estivessem alinhados em objetivos comuns nas suas respectivas políticas externas; para a Argentina, a aliança estratégica com o Brasil e a manutenção do Mercosul eram prioritárias, enquanto para o Brasil, sua relação com Buenos Aires era uma entre várias em sua inserção internacional, como parcerias com África do Sul, Índia e a China (SIMONOFF, 2010), que indica uma busca brasileira de se destacar no ambiente externo de maneira unilateral.

Um episódio que Argentina e Brasil não conseguiram esconder suas desavenças e desconfianças, foi no âmbito de um encontro entre a União Europeia e o Mercosul no final de maio de 2005, e uma das pautas era relacionada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao passo que a Argentina tradicionalmente defendia a expansão do Conselho por meio de cadeiras rotativas, o Brasil defendia as permanentes; isso gerou um posicionamento do chanceler argentino Bielsa que considerou a posição brasileira "elitista e antidemocrática" (*CRUCE DE OPINIONES...*, 2005). Essa posição do Brasil em não apoiar cadeiras rotativas supõe-se que foi devido ao país se considerar o líder natural da região e estava tentando conquistar uma posição para si.

Sendo assim, as relações historicamente conflituosas entre os países do Cone Sul demonstraram que, mesmo com os países estando dispostos a colocar o regional como prioridade, a pouca confiabilidade acabava atingindo diretamente as relações internas do Mercosul. Da mesma maneira, mesmo havendo discussões e a criação de organismos que pudessem amenizar as assimetrias do Mercosul na época, as contínuas discussões em torno desse problema ainda eram constantes, pois notoriamente existem dois planos: um, entre Brasil e Argentina, e outro com Paraguai e Uruguai⁴¹.

Cristina Fernández de Kirchner assumiu a Presidência da República em 2007, em um contexto marcado por maior legitimidade doméstica, situação econômica melhor, sistema internacional mais multipolar do que em 2003, e manteve o comportamento pendular da "Terceira Posição". CFK deu continuidade às linhas gerais da política exterior relacionadas à integração regional que formavam parte do projeto de seu antecessor, na qual a política regional e o Mercosul foram definidos como prioritários. A América Latina foi chamada pela presidente de "*nuestra casa*",

Esta es nuestra Casa la América latina que también tiene nombre de mujer y que no significa que nos neguemos al mundo, el MERCOSUR, nuestro espacio al que esperamos que se incorpore a la brevedad Venezuela para cerrar la ecuación energética de América latina, porque alimentos y energía serán la clave de un futuro que ya está aquí en la puerta, que no es tan lejano (ARGENTINA, 2007, [sem página]).

Na primeira gestão de governo de CFK, a integração estava em um caminho considerada mais "fértil" e havia principalmente avanços na consolidação de uma entidade continental, como foi a criação da UNASUL em 2008 e da CELAC em 2010. Dois organismos caracterizados pelo acordo político e multidimensionalidade de suas áreas de trabalho, que prezavam a segurança e a estabilidade para evitar situações de conflitos regionais.

Além disso, em função da maior diversificação do Mercosul para além do aspecto comercial, houve parcerias e cooperação em diversas áreas de interesses para os países-membros. Um exemplo de cooperação técnica foi a inauguração da empresa argentina IMPSA em 2008 no Brasil. Na ocasião, a presidente Cristina, salientou mais uma vez sobre estratégia de inserção argentina,

⁴¹ Outra adversidade que veio à tona foi o objetivo da incorporação da Venezuela como membro pleno do bloco, pois era um desafio que exigia redefinições do bloco, principalmente relacionado ao distanciamento do espaço geográfico.

(...) La integración que aquí se da en un nivel de complementariedad y que es una de las características que debe abordar la integración entre Argentina y Brasil en nuestra relación bilateral y también en el MERCOSUR, y que tiene por objeto precisamente aunar los esfuerzos de escala. (...) la integración con el Brasil y con el resto de los hermanos de la América del Sur, es una cuestión conceptual. Creemos profundamente en la integración desde siempre. (...) la integración no es una opción, es el único camino posible para remontar una historia de desencuentros y creo que de fantasmas que, con otras intenciones, intentaron sembrar, fundamentalmente, entre la Argentina y el Brasil, los dos países que, por historia, por potencialidad, por recursos naturales, por extensión geográfica, tienen la inmensa responsabilidad de ayudar más que el resto a la construcción de esa unidad latinoamericana y a la América del Sur. Siempre le digo al presidente Lula que la historia no nos perdonaría nunca si equivocáramos el camino y no ayudáramos, en esta etapa que nos ha tocado en la historia tener la responsabilidad institucional de presidir los destinos de nuestros países, o no hiciéramos todos los esfuerzos y construyéramos todas las políticas necesarias como para seguir profundizando, articulando y consolidando esta integración del MERCOSUR (...). (ARGENTINA, 2008, [sem página]).

Diante desse discurso, CFK demonstrava que era por meio da integração regional, e do Mercosul em si, o caminho mais viável para superar as rivalidades ao longo da história, e que as mesmas deveriam ser desprendidas nos países da região. Ademais, a integração ajudaria a desenvolver os países, por meio de cooperação técnica, e, de certa forma, também na inserção internacional, por terem o mesmo papel no sistema-mundo.

Entretanto, esse cenário de aprofundamento da integração regional começou a mudar a partir do ano de 2009, devido a um conflito generalizado no cenário doméstico argentino, que ocorreu com o setor agropecuário ao longo de 2008⁴² e a eclosão da crise financeira internacional (ZELICOVICH, 2011). Esse contexto debilitou mecanismos governamentais de proteção e deixou o país mais volátil, restando à Argentina, em um ambiente global, usar de medidas protecionistas com objetivo de manter o nível de reservas no país (SILVA, O., 2014)⁴³.

Para mais, há também um deslocamento da política externa argentina, do regional para o internacional; o governo começava a fazer menção ao Mercosul como um elemento a mais. O então chanceler Héctor Timerman (2010, [sem página])

⁴² A greve agrícola organizada por setores empresariais de produção agropecuária que ocorreu ao longo de 2008, durou 4 meses, e somou-se ao conflito empresários do transporte com bloqueio de vias, o que agravou a situação e o abastecimento das cidades (PREMICI, 2008). Essas paralisações eram contra o aumento de impostos para exportações, o que culminou com a derrota de seu projeto no Congresso (CARMO, 2009).

⁴³ Outrossim, a crise vivida no câmbio argentino reduziu ainda mais a competitividade da indústria, o que fez com que aumentassem as resistências da Casa Rosada à uma oferta de liberalização comercial que acompanhasse o nível da oferta dos demais países do bloco (MOREIRA, 2014).

menciona que *“Argentina es y se considera un actor comercial de intereses globales, como lo demuestra el hecho de que los principales destinos de nuestras ventas han sido el MERCOSUR, la región Asia-Pacífico, la Unión Europea y el NAFTA”*.

Ademais, no que se refere às relações com os países vizinhos, *“Argentina ha desempeñado, y continuará haciéndolo, un rol de interlocutor “confiable” en la región, que busca construir puentes para el diálogo y la solución amistosa de las diferencias que pudieren existir”* (TIMERMAN, 2010a, [sem página]). Assim, a Argentina se apresentava disposta a promover diálogos, buscar consensos e zelar pelas questões regionais, como um ator importante que liga o regional com o contexto internacional⁴⁴.

Embora a Argentina buscasse ser um importante conector da região com o exterior, o protecionismo argentino imposto para tentar controlar a crise, prejudicou as relações internas no Mercosul, como também com os demais países-membros do bloco.

A Argentina era o principal destino das exportações brasileiras de manufaturados, porém, de acordo com dados da FUNCEX, o país perdeu a primeira colocação para os EUA, que foram destino de US\$ 9,99 bilhões, enquanto US\$ 9,804 bilhões para os argentinos; retrato dessa crise pode ser tomado por meio da análise da venda de veículos, por exemplo, principal item da pauta exportadora do Brasil para a Argentina, que sofreu queda de quase 43% nos nove primeiros meses de 2014 em relação ao mesmo período de 2013 (MARCHESINI; RODRIGUES, 2014).

Devido à boa relação política entre Buenos Aires-Brasília, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, pediu cautela em relação à instabilidade argentina. Rousseff reconheceu que a crise teve impacto negativo sobre as duas maiores economias do Mercosul, mas que afetou mais fortemente o país vizinho, fazendo com que reduzisse sua estrutura industrial e fosse forçada a uma moratória que a impedisse de recorrer ao mercado de capitais (LEO, 2012).

Mesmo com uma certa “tolerância”, as barreiras argentinas e o PIB brasileiro eram fatores que preocupavam o Mercosul e os grupos empresariais dos países-

⁴⁴ Diante disso, os países que compartilhavam um espaço regional, mantiveram o pensamento de utilizar a união para alcançar uma melhor capacidade de negociação internacional, objetivos comuns e competitividades nos mercados mundiais. A regionalização se mostra um processo vigoroso, caracterizado pela formação de espaços de integração e cooperação aliada ao desenvolvimento da consciência regionalista (BERNAL-MEZA; MASERA, 2008).

membros, além do que, principalmente por causa do caso argentino, um possível TLC com a União Europeia estava sendo prejudicado. Neste sentido, e em convergência ao discurso de desacordo com as políticas de barreiras econômicas da Argentina, alguns empresários brasileiros começaram a entender o Mercosul como uma alternativa pouco favorável, e defendiam a obtenção de um acordo com a União Europeia sem a presença dos demais países do bloco (RITTNER; EXMAN, 2013).

Outro relato que expressava um sentimento semelhante foi o de Luis González Arias, representante da União Industrial Paraguaia e ex-embaixador do Paraguai no Brasil, que manifestou seu desacordo com a situação do grupo devido ao expressivo aumento na dificuldade da entrada de produtos paraguaios na Argentina, dificultada pela suspensão do país do Mercosul⁴⁵ (RITTNER; RESENDE, 2012). Já o presidente da União dos Exportadores do Uruguai, Álvaro Queijo, informou que, com o advento da crise internacional, as barreiras ao comércio no próprio bloco tiveram tendência ascendente e, as vendas do país para a Argentina em novembro de 2012 caíram 15% se comparado ao mesmo período de 2011 (RITTNER; RESENDE, 2012). Isso demonstra que todos os países-membros do Mercosul estavam tendo descontentamentos e conflitos com as políticas cambiais argentinas.

Sendo assim, a política externa argentina durante os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner pode ser caracterizada por uma orientação mais autônoma no exterior, que respondeu aos interesses políticos e econômicos domésticos, e permitiu a esses governos agir estrategicamente com uma maior cooperação internacional, acordos com atores da região, agenda política de integração e reafirmação da soberania nacional e regional. Entretanto, o uso de uma política econômica protecionista, pós crise mundial, prejudicou de forma direta o Mercosul e a relação da Argentina com os demais países-membros do bloco.

4.2. Uruguai e a era Vázquez-Mujica

Após o período de implementação de políticas neoliberais, promovidas pelo Consenso de Washington na década de 1990, países do Cone Sul elegeram partidos

⁴⁵ A suspensão temporária do Paraguai iniciou-se em junho de 2012 até as novas eleições presidenciais do país em 2013, com base na cláusula democrática do bloco, após o contestável *impeachment* de seu presidente Fernando Lugo; como também, houve a adesão da Venezuela ao bloco neste mesmo ano (PARAGUAI..., 2012).

que no início da década de 2000, tinham planos governamentais para diminuir esse neoliberalismo de maneira incisiva e tão acentuada.

No Uruguai, a coalizão Frente Ampla conquistou o poder Executivo e teve vitórias consecutivas⁴⁶, começou com Tabaré Vázquez entre os anos de 2005 a 2010⁴⁷ e posteriormente José “Pepe” Mujica (2010-2015)⁴⁸. Devido a ser uma gestão extremamente nova, havia expectativas importantes e certas incógnitas sobre os caminhos políticos que os governos da Frente Ampla poderiam assumir. No que se refere à política externa, havia uma probabilidade maior de haver um redirecionamento do país para a região, assim como aconteceu nos países que viviam também o contexto da chamada “onda rosa”, ou simplesmente “virada para esquerda latino-americana”, especialmente nos principais parceiros do Uruguai, a Argentina e o Brasil.

Tabaré Vázquez assumiu o primeiro governo de esquerda da história do país no dia 1º de março de 2005, com uma gestão caracterizada por mudanças, especialmente na economia e nas políticas sociais. Entretanto, na política externa, houve, em geral, uma continuidade do que já vinha acontecendo no período pós Guerra Fria, embora estivesse privilegiando muito mais o Mercosul e o plano regional na sua inserção internacional, em detrimento aos Estados Unidos (NILSON; POSE; RAGGIO, 2016). Além da recuperação econômica, houve uma intensificação na promoção externa do país, em relação à busca de diversificação de mercados e atração de investimentos.

Quando assumiu o cargo de Presidente do Uruguai em 2005, Vázquez citou em seu discurso de posse o interesse na integração regional:

(...) El Uruguay integrado en la región, será otra de nuestras prioridades y no sólo en la región, no sólo aquí en Latinoamérica porque somos latinoamericanos y queremos tener relaciones con todos los pueblos latinoamericanos, hermanos pueblos latinoamericanos con los que nos sentimos profundamente integrados. Hoy -uruguayas y uruguayos- restablecimos las Relaciones Diplomáticas con el hermano pueblo cubano (...). (URUGUAI, 2005, [sem página]).

⁴⁶ Durante o período de 2005 a 2020, o Uruguai teve três governos consecutivos frenteamplistas. Vázquez (2005-2010), Mujica (2010-2015), e importante destacar que entre os anos de 2015-2020, Vázquez retorna ao poder, entretanto, não será o foco deste trabalho.

⁴⁷ Durante o período tem-se como Ministro das Relações Exteriores: Reinaldo Gargano, Gonzalo Fernández e Pedro Vaz.

⁴⁸ Tem-se como Ministro das Relações Exteriores: Luis Almagro.

Nota-se uma maior atenção para o plano regional, como também o restabelecimento imediato das relações diplomáticas com Cuba, que haviam sido rompidas no governo anterior, de Jorge Batlle (2000-2005). Isso refletiu uma guinada ideológico-diplomática por parte do então governo uruguaio.

Contudo, mesmo terem demonstrado uma maior relevância para a região e países vizinhos, uma ambição que estava sendo tratada desde o governo de Batlle e que teve continuidade com Vázquez foi o objetivo de assinar um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos⁴⁹. Curiosamente, dois presidentes, de dois partidos diferentes, de polos opostos do espectro político, tiveram esse ponto em comum.

Neste sentido, o Uruguai, para os países-membros do Mercosul, tornou-se uma incógnita e com ação duvidosa. Essas discussões em torno de um TLC do Uruguai com os EUA surgem, na época, como uma alternativa ao discurso da "falta de retorno" do Mercosul para os uruguaios (PUCCI, 2010). O argumento de que o país não era beneficiado por integrar o bloco, limitando-se, muitas vezes, a acompanhar as decisões dos dois sócios maiores, Brasil e Argentina, era uma premissa muito presente.

A IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, na Argentina, no final de 2005, foi um importante divisor de águas para o Uruguai, pois foi o momento que contrastou o papel que Vázquez teve que assumir. Na época, ele era o presidente temporário do Mercosul, ou seja, era o porta-voz do bloco, que estava em oposição ao projeto da ALCA. Durante a Cúpula, o bloco mercosulino demonstrou-se estremecido perante os demais países da América, "(...) nunca o Mercosul pareceu tão isolado como é hoje. Em Mar del Plata, 29 países queriam fixar uma data para a retomada das negociações para (...) (Alca), enquanto os quatro países fundadores do Mercosul mal conseguiram arrancar da Venezuela uma confirmação do seu apoio" (PARANAGUÁ, 2005, [sem página]).

Após meses de ameaças de deixar o Mercosul, Vázquez optou por uma solução intermediária. O que significou o cancelamento definitivo de uma proposta de TLC, e decidiu fechar um Tratado de Promoção e Proteção de Investimentos em 2006 com

⁴⁹ Essa iniciativa significaria o rompimento do Uruguai com o Mercosul. Pois, vale mencionar que bloco é uma união aduaneira, e por suas normas, não é possível acordo de TLC entre os uruguaios e EUA, pois é possível acordos desse viés só feitos pelo grupo e não por um país-membro isoladamente (CARMO, 2006). Ou seja, os sócios do Mercosul deixaram claro que um acordo comercial bilateral dentro do esquema regional, não era uma opção disponível.

os norte-americanos, o qual é um acordo que permite ao Uruguai aumentar suas exportações aos EUA e atrair possíveis investimentos, sem necessariamente o país precisar romper com o Mercosul (CARMO, 2006a)⁵⁰.

Uma das explicações para a recusa de um TLC com os Estados Unidos, naquele momento, era porque esses promotores estavam com uma ideia altamente contraditória a um dos objetivos principais no sistema político uruguaio interno; que era a necessidade de manter e melhorar as condições de acesso aos mercados do Mercosul,

La creencia de que era vital mantener e idealmente mejorar las condiciones de acceso a los mercados del Mercosur era compartida por todo el espectro político uruguayo. Para un segmento importante del sector privado uruguayo — los industriales — esta era prácticamente una cuestión de vida o muerte. Es más, para una parte del Frente Amplio no solo era importante que Uruguay mantuviese y mejorase sus condiciones de acceso al mercado regional: era vital que fuera líder en la mejora y consolidación del Mercosur como proyecto de integración profunda (PORZECANSKI, 2010, [sem página]).

Ademais, para a maioria da Frente Ampla, um TLC com os estadunidenses era inaceitável, por tudo que representava, por ser contraditório, ou simplesmente por priorizar uma parceria especial com os EUA, e não com um país do Sul global, e sobretudo que resultaria a ruptura do Uruguai com o Mercosul. Além de gerar dúvidas e um certo receio com os outros países-membros do bloco.

Outra suscetibilidade que ocorreu durante o governo Vázquez, já citada no subcapítulo anterior, foi o estabelecimento de uma disputa com Argentina pelos projetos de instalação de fábricas de processamento de celulose no Uruguai, que atingiu proporções inesperadas, e gerou intensos atritos entre 2005 e 2010.

Durante o conflito, um episódio importante foi o veto de Vázquez à candidatura do ex-presidente argentino Néstor Kirchner como primeiro secretário-geral da UNASUL, proposto em 2008, que deixou a tensão entre os dois países cada vez mais explícita; Kirchner teve que desistir da candidatura pois necessitava ter unanimidade,

Vázquez no perdona al Gobierno argentino, (...) que los militantes ecologistas de la ciudad fronteriza de Gualaquaychú bloquean el puente internacional que conecta con la localidad uruguaya de Fray Bentos, donde funciona la polémica planta de pasta celulosa de la empresa finlandesa Botnia. (...) el ministro de Relaciones Exteriores, Gonzalo Fernández, reconoció que el veto

⁵⁰ Na época, o mercado americano era o maior importador da carne uruguaia. Nos últimos anos, o Uruguai deixou de ser dependente das vendas de seus produtos para Brasil e Argentina. Suas exportações estavam igualmente distribuídas entre Mercosul, NAFTA, União Europeia, e o país acabava tendo mais liberdade para escolher seus parceiros (CARMO, 2006a).

a Kirchner "va a generar reacciones muy diversas de parte de la República Argentina", pero advirtió: "Estamos preparados". (...) también consideran que Kirchner carece del "equilibrio político" y de la capacidad de gestión de las relaciones internacionales que debería tener el líder de Unasur (REBOSSIO, 2008, [sem página]).

Assim, o veto do presidente uruguaio estava relacionado, entre outros fatores, mas substancialmente ao apoio de Kirchner ao bloqueio na fronteira entre os dois países por argentinos, que protestavam contra a instalação da fábrica de celulose no lado uruguaio, e que ocasionou o fechamento e a interrupção do tráfego por períodos prolongados nas pontes internacionais que unem os dois países. Vale realçar que esta tensão se tornou um caso no Tribunal *Ad Hoc* do Mercosul e no Tribunal Internacional de Justiça de Haia, e ganhou um viés mais conciliador após a posse de Mujica.

Quanto ao Mercosul, Vázquez era favorável a formação de órgãos supranacionais, com normas e regras claras, pois na visão dele, isso favoreceria em resoluções de disputas internas que viessem a acontecer entre os membros, além de diminuir assimetrias; entretanto, os sócios maiores não viam do mesmo modo, pois isso reduziria margens de manobras (HUDSON, 2006). Ademais, até 2010, a agenda comercial do Mercosul não avançou em praticamente nenhum plano que favorecesse o Uruguai, principalmente nas negociações de TLCs com outros países ou blocos, e continuaram os atrasos na redução progressiva das tarifas internas e TEC (NILSON; POSE; RAGGIO, 2016). Desta maneira, a realidade demonstrou-se ser muito mais complexa do que se previa ou que se tinha como objetivo no plano de governo da Frente Ampla.

Sucessor de Vázquez, Mujica, já eleito, iniciou sua era durante a participação na IX Cúpula Sindical do Cone Sul, no dia 07 dezembro de 2009, antes mesmo de assumir a presidência em 2010. O futuro presidente uruguaio já deixava presente em seu discurso sua intenção governamental por meio de uma reflexão: “(...) *son muchos los intentos frustrados de juntarnos a lo largo de la historia*”, referindo-se às tentativas de Bolívar, San Martín y Artigas de integração regional da América Latina (MUJICA..., 2009, [sem página]), em relação ao Mercosul, o presidente eleito, considerou que era a última dessas “muitas tentativas” que ocorreram.

Para Mujica, o bloco mercosulino acabava sendo ainda frustrante, por entender a unidade como uma questão apenas de mercado (LUZURIAGA, 2010), assim apresentava-se como defensor da abertura do bloco para outras abordagens

temáticas. Além disso, o Mercosul, como perspectiva de integração regional, não poderia estar dentro dessa estatística de tentativas de insucessos que ocorreu ao decorrer da história latino-americana.

No dia 1º de março de 2010, Pepe Mujica⁵¹, como é conhecido popularmente, assume a presidência uruguaia. Relacionado à inserção internacional, Mujica deu uma certa continuidade ao governo frenteamplista de Vázquez, manteve boas relações com os Estados Unidos, mas descartou categoricamente propostas de um TLC, e apostou de forma mais decisiva para as relações com a Argentina, tentando reconstruí-las, e principalmente uma aliança mais estratégica com o Brasil, que foi identificado como um líder regional; assim, sua política externa é definida na tentativa de aprofundar a ênfase regionalista e seu compromisso com o “Sul Emergente” (BURIAN, 2015). Em seu discurso de posse, relacionado ao Mercosul, parte do pressuposto de que,

Dentro de nuestro hogar latinoamericano tenemos un dormitorio que compartimos y que se llama MERCOSUR. ¡Ay, MERCOSUR! ¡Cuánto amor y cuánto enojo suscita! Pero hoy estamos en público y no es el momento de hablar de los temas de alcoba. Solo déjenme afirmar que, para nosotros, el MERCOSUR es "hasta que la muerte nos separe"... y que esperamos una actitud recíproca de nuestros socios mayores. Deseamos que el Bicentenario nos encuentre con un Río de la Plata más angosto, despejados todos los caminos y los cielos que nos unen (URUGUAI, 2010, [sem página]).

O governo iniciou uma política externa mais crítica, mas mesmo assim alinhada à integração regional, e com mais ênfase ao Mercosul em relação ao governo anterior. Em seu discurso constata-se que o papel do Mercosul para o Uruguai tinha como objetivo fortalecer o país, assim como a sua própria dependência perante o bloco. Porém, existiam diversos empecilhos e desafios; um exemplo era depender de tomadas de decisões compartilhadas, como também da “vontade” dos países maiores do bloco, como Argentina e Brasil.

À semelhança do período de 2005-2010, a política externa foi traçada de acordo com as prioridades estabelecidas no programa de governo frenteamplista. Dentro dessas prioridades estavam o relacionamento com os países vizinhos, a integração latino-americana, a consolidação da UNASUL e a Cooperação Sul-Sul. Neste sentido, o papel do presidente Pepe Mujica em suas viagens pela América Latina fortaleceu a

⁵¹ Durante seu governo a respeito de sua liderança e diplomacia presidencial, sua imagem esteve presente em diversas agências de notícias internacionais, cuja repercussão esteve principalmente ligada à aprovação de leis inovadoras, como foi a regulação da *cannabis* no país.

orientação latino-americanista da política externa e confirmou o modelo estratégico uruguaio de inserção internacional (BATALLA, 2011).

Em clima de conciliação que marcou o início do segundo governo de esquerda no Uruguai, tinha-se como exemplo, a relação com os países vizinhos. Em especial, a superação do conflito com a Argentina, no qual, no dia 20 de abril de 2010, a Corte Internacional de Justiça emitiu sua sentença final: Uruguai violou as obrigações impostas pelos artigos 7 a 12 do Estatuto do Rio Uruguai, mas não havia violado as "obrigações substanciais" impostas pelos artigos restantes (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTICIA, 2010). Além disso, o espírito mais negociador do presidente uruguaio e sua boa relação com a presidente argentina, Cristina Kirchner, foi um fator decisivo para a construção de uma nova abertura à cooperação entre os dois países.

Como consequência disso, em maio de 2010, o voto uruguaio para a candidatura de Néstor Kirchner à Secretaria-Geral da UNASUL demonstrou a nova fase entre os dois países, Mujica disse que decidiu apoiar “o consenso dos países da América Latina, por aspirar progredir com os povos da região” (CARMO, 2010, [sem página]). Ademais, em 16 de junho de 2010, o movimento ambientalista Gualeguaychú decidiu suspender bloqueios de estradas e o tráfego sobre as pontes binacionais foi restaurado (VENERANDA, 2010). Isso demonstrou um apaziguamento das relações bilaterais e resultando em maior confiança na cooperação regional.

Em seu discurso na CELAC, em 2011, José Mujica relacionou o atual mundo globalizado com os tempos coloniais, que, para o presidente, foi um meio que não foi justo, equitativo, e que deixou menos espaços e oportunidades para os países periféricos, como os latino-americanos. O presidente, ao longo do discurso, insistiu que a globalização era perigosa para os países em desenvolvimento, e que, para superar isso, era preciso saber como aproveitar os recursos que a região tem, sempre valorizando a união (URUGUAI, 2011). Mujica manifestou, mesmo de forma sutil, as discrepâncias do sistema-mundo, e utilizou a integração regional como ferramenta que poderia ajudar os países a se desenvolverem e a serem menos dependentes do sistema em si.

Além disso, durante a presidência temporária do bloco, no período de julho-dezembro de 2011, o Uruguai promoveu iniciativas com o propósito de resolver os problemas das assimetrias dentro do bloco. Nesse sentido, o chanceler Luis Almagro

defendeu as propostas do conteúdo normativo e institucional com o argumento de que a segurança jurídica era um componente essencial do tratamento das dissimetrias, além da estratégia de multiplicação de membros dentro do Mercosul, que melhoraria o equilíbrio entre os países (BATALLA, 2013). Mujica, na época, foi insistente em acelerar a incorporação da Venezuela ao bloco.

Ademais, durante a era Mujica, o Mercosul demonstrou ter diversos exemplos de cooperação técnica. Um exemplo simbólico e de maneira a reafirmar as relações mais amistosas: em 2013, Mujica e CFK inauguraram as obras de modernização da La Teja, a única refinaria do Uruguai, com parceria da AESA, empresa do grupo YPF da Argentina, que desenvolveu tecnologicamente uma nova geração de combustíveis limpos (URUGUAY..., 2013). Durante a inauguração, Mujica definiu a integração regional, para países semelhantes e que tem o mesmo papel no sistema-mundo, como uma questão de sobrevivência,

(...) es ser o no ser en el mundo de hoy. En el mundo que vivimos, los débiles deben juntarse con sus iguales para ser algo y ser alguien en la balanza mundial, o no somos nada. ¿Cómo tener equidad y capacidad de negociación si no tenemos la inteligencia de juntarnos a pesar de todos los pesares? Componemos una gigantesca familia que construyó un montón de países, porque fracasó en construir la nación. Esa es la meta que tenemos por delante. Pensamos más o menos con el mismo idioma, tenemos la misma tradición, los mismos ejes. No es sencillo, porque las patrias están creadas, son vigentes y por eso nuestro Artigas es más moderno que nunca, porque levantó la idea de patria federal, que significa respetar la individualidad tremenda que tienen las naciones. Hubiera querido, de todo corazón, que el sistema político entero del Uruguay estuviera aquí y se diera cuenta de lo que significan estas cosas, porque esta refinería no es para la izquierda, ni para la derecha, es del pueblo uruguayo. (...) componemos una familia diminuta que no se puede dar el lujo de atomizarse por pequeñas cosas cuando tenemos semejante tarea por delante. (...) Las diferencias no pueden llevarnos a no entender que tenemos un patrimonio de intereses comunes que están por delante de todo lo demás. Si fuera fácil la integración... hay luchas de intereses que se entrecruzan por todas partes... no es sencillo, pero es imprescindible y necesario para ser alguien en el concierto universal y poder terciar. Al futuro hay que dejarle las herramientas para que se defienda. Hay que tener inteligencia pese a todo, y tener los trazos profundos para construir la integración (URUGUAI, 2013, [sem página]).

Neste discurso, Pepe remete de forma enfática o uruguaio José Gervasio Artigas⁵², do século XIX, que para Mujica é um líder atual, à vista de que constituía a ideia de união, respeitando as individualidades. Nesta perspectiva, a integração

⁵² Líder que tinha um claro impulso geopolítico, sua visão foi a primeira proposta integracionista da América do Sul, onde propunha uma política aduaneira comum, a proteção industrial e o fomento das capacidades defensivas; Artigas tinha um projeto federal despontava como uma sorte de modelo que garantiria a autonomia provincial (PEIXOTO, 2021).

regional não poderia ser desvalorizada e subestimada por causa de atritos e diferenças entre os países da região.

No entanto, mesmo o Uruguai tendo como principal estratégia o Mercosul e o avistava como única alternativa de melhor inserção no internacional; a crescente adoção de medidas protecionistas ou "comerciais administrados" culminou em barreiras comerciais intrazona (BATALLA, 2013). Isso implicou em diversos impasses, principalmente com a Argentina.

Um exemplo de uma mini-crise diplomática entre Uruguai e Argentina, que prejudicou, de certa maneira, a cooperação entre ambos, foi o áudio vazado por Mujica, sem ele saber, em que falava: “esta velha é pior que o caolho, o caolho era mais político, ela é teimosa”, disse referindo-se a Cristina Fernández Kirchner, e a Néstor Kirchner, após fazer referências às difíceis relações de seu país com a Argentina (PRESIDENTE..., 2013, [sem página])⁵³. Ademais, durante seu governo, Mujica fez duras críticas ao país vizinho, afirmando que ele atrapalhava o desenvolvimento do bloco, pois estava inserido em um projeto muito fechado e isso prejudicava a região, mesmo que os governantes tenham feito esforços para melhorar a integração (MUJICA..., 2015).

Neste sentido, de maneira geral, Mujica criticava veemente o andamento do Mercosul. Durante um pouco mais da metade de seu governo, Mujica afirmou que o bloco era “uma má união aduaneira” e que deveria discutir o seu destino: “Não podemos e nem devemos nos enganar. Nos últimos anos o Mercosul está estancado e com crescentes dificuldades para comercializar entre seus sócios. (...) ainda existe vontade bilateral”, mas que isso se concentrava nas relações com o Brasil (MUJICA CRITICA..., 2013, [sem página]). Vale mencionar, que na época o Brasil estava sendo governado por Dilma Rousseff, com quem Mujica tinha uma grande aliança e carinho político.

Contudo, o Mercosul continuou ocupando um lugar central na agenda internacional do Uruguai, apesar da estagnação do bloco nas relações externas e do retrocesso no comércio intrazona. Diante disso, houve um progresso nas propostas de cooperação e novas perspectivas de integração produtiva que contam com a

⁵³ Uma semana depois Mujica enviou pedidos de desculpas e dedicou palavras de carinho à nação vizinha e seus governantes.

participação ativa do Uruguai (BATALLA, 2013). Além de que, a nova importância de dimensão política foi assumida como um desenvolvimento positivo no governo de Mujica, porque permitiu superar a ideia de um “Mercosul fenício” em favor de um Mercosul com maior propensão a se posicionar de maneira político-social e, mais do que isso, ser permeável à contribuição e representação das sociedades nacionais (CAETANO, 2006).

Relacionado ao redirecionamento para o Sul global, além de Mujica ter dado ênfase ao Mercosul, e nos dois maiores países da região, a Argentina e o Brasil, dos quais o Uruguai de certa maneira era dependente, também observou detalhadamente o que acontecia no sistema-mundo, com o crescimento da China. Nesse sentido, Mujica argumentou que os países do Mercosul não poderiam desprezar as mudanças que estavam acontecendo na Ásia, e deveriam considerar a proposta global da China (URUGUAI, 2014a).

Referente a isso, comercialmente, no início da gestão de Mujica em 2010, as exportações do Uruguai tinham como alvo principal o Brasil, seguido por Argentina, China e Estados Unidos. No final de seu mandato, em 2015, houve um redirecionamento da China como principal país exportador, seguido pelo Brasil, e pequena variável entre Argentina e Estados Unidos (MARTINI, 2017). Assim, tendo como análise desde o sistema mundial, o Uruguai apresentava dois níveis, nos quais se pode dizer que era um país periférico: um regional e outro global. Importante observar que a China estava tomando espaço de países líderes regionais.

No final de sua gestão, Mujica resumiu seus esforços em manter uma região mais unida: *“En esta América Latina, la lucha por acercarnos viene de la conformación de nuestra propia historia y solo será posible con voluntad política y compromiso”* (URUGUAI, 2014, [sem página]). Reafirmando a influência da política, de certa maneira, governamental, no andamento do Mercosul. Quando terminou seu mandato, Pepe em uma entrevista comentou que:

Na América do Sul, e em toda a América Latina, temos um grande desafio pela frente. Se não criamos mecanismos que nos integrem aos poucos, que possam nos dar uma presença internacional de peso, vamos continuar como folhas soltas ao vento. É evidente que, no mundo, estão se organizando unidades gigantescas. A China é um Estado plurinacional velhíssimo; a Índia segue a mesma linha. Os Estados Unidos com seu poder e suas necessidades, com o Canadá atrás e o México, com esses dois pássaros na mão, já está de fato transformado em uma unidade. A Europa, com todos os problemas que atravessa no momento, continua com o projeto de formar uma gigantesca unidade. E, se amanhã fracassar, acabará engolida por uma

unidade maior. E o que nós fazemos nesse mundo, um monte de repúblicas isoladas que vêm correndo atrás, insistindo no “projeto nacional”. Nos países determinantes da América Latina, Brasil, Argentina, México, os dirigentes falam e assumem um discurso integracionista, mas de um ponto de vista prático, estão metidos até as tampas nas contradições do Estado nacional. Para fora, para os outros países da região, são conduzidos de acordo com suas tensões internas... Estamos longe de ter uma política de construção (GABETTA, 2015, [sem página]).

Por mais que ao longo da história houvesse diversas tentativas integracionistas, os países encontravam-se em uma situação muito improvável em dar preferência ao regional em desfavor ao nacional. Por conseguinte, isso ainda era um dos grandes empecilhos para que houvesse uma integração mais profunda.

Sendo assim, a política externa de Mujica, entre 2010 e 2015, reafirmava a necessidade de um Mercosul para além do comercial e não deixava dúvidas sobre o bloco ser uma ferramenta central de inserção internacional para o Uruguai. No entanto, Mujica reconheceu a estagnação do bloco e exigiu um compromisso recíproco dos sócios maiores. Enquanto na política externa de Tabaré Vázquez, de 2005 a 2010, apresentou como conquistas a retomada das relações diplomáticas com Cuba e a promoção da entrada da Venezuela no Mercosul. Por outro lado, há o retorno de divergências com os demais países do bloco, ou dificuldades nas relações bilaterais do Uruguai com os sócios maiores.

4.3. Reorientação do bloco

Com a virada à esquerda no espectro político na América do Sul, gerou-se uma certa expectativa no que diz respeito à integração regional, e já em 2003 houve Cúpulas para estabelecer metas e outras questões para o fortalecimento do Mercosul. Diversos acontecimentos internos do bloco tiveram um grande impacto entre os anos de 2003-2015, como também demonstraram o redirecionamento do bloco mercosulino neste período.

Na reunião da Cúpula do Mercosul que ocorreu em Montevidéu, em dezembro de 2003, foi aprovado o “Mercado de Trabalho do Mercosul 2004-2006” que demonstrava de maneira clara que além do econômico-comercial, o bloco tinha propósito de incluir outras dimensões, como a política e a social (MERCOSUL, 2003). Isso possibilitou uma discussão que não bastava aperfeiçoar a união aduaneira, sem dar espaço para o desenvolvimento da integração social e produtiva, e principalmente a superação de assimetrias existentes intrazona.

Como foi demonstrado ao longo do trabalho, historicamente as assimetrias estruturais entre os países-membros do Mercosul foram uma das maiores dificuldades para que o bloco se aprofundasse e se desenvolvesse. Os países menores do bloco, Uruguai e Paraguai, eram os que mais utilizavam deste discurso, no qual as decisões não eram simétricas, que favoreciam, como também prevaleciam as deliberações de Argentina e Brasil.

Entretanto, quando se iniciou esse novo panorama no bloco mercosulino, questões de assimetrias e desigualdades sociais internas de cada país, assim como do bloco em geral, passaram a ser tratadas de maneira incisiva e consistente (GRANATO, 2015). Ainda durante a Cúpula de 2003 foi aprovado pelo Conselho de Mercado Comum, que é o órgão supremo do Mercosul, e tem como função a condução política do processo de integração, estudos para a implementação de Fundos Estruturais que seriam “destinados a elevar a competitividade dos sócios menores e daquelas regiões menos desenvolvidas” (MERCOSUL, 2003, [sem página]). Além disso, o CMC nº 32 dessa mesma Cúpula, estabeleceu instrumentos de políticas comerciais diferenciadas para os menores países do bloco (MERCOSUL, 2003).

Por meio dessas iniciativas se deu a origem do processo que resultaria no Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o qual foi criado em dezembro de 2004, em Belo Horizonte. Organismo que foi

(...) destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL, 2004, [sem página]).

Foi um anseio comum frente ao contexto político-institucional do bloco e às estratégias de política externa dos países-membros. O FOCEM era visto, principalmente, como uma maneira de evitar o descontentamento dos sócios menores, como o caso do Uruguai, que pensou por diversas vezes fazer um TLC com os EUA, em virtude da falta de reciprocidade por parte do Mercosul (TESSARI, 2012).

Além disso, a decisão 18/05 estabeleceu também que o orçamento do FOCEM seria de US\$ 100 milhões por ano, e as fontes de financiamento eram, essencialmente, contribuições dos Estados-membros e de países terceiros ou organismos e instituições internacionais; além disso, foram estabelecidas cotas de contribuição e recebimento de acordo com a série histórica do PIB de cada país

(MERCOSUL, 2005)⁵⁴. Assim, os países com menor PIB aportam pequenas quantias ao orçamento anual do FOCEM, lógica que se inverte na hora do recebimento.

Neste sentido, o FOCEM era uma ferramenta para a redução de assimetrias e pode ser considerado um grande avanço do ponto de vista de “integração solidária” pelo viés de Juan Carlos Puig (1986). Um modelo de integração que pode ser visto nos subcapítulos anteriores, que ao menos nos discursos, os chefes de Estados de Argentina e Uruguai do período estudado tiveram como concepção, para além de medidas econômicas-comerciais de caráter neoliberais, uma integração que aglomera um desenvolvimento regional equitativo.

Importante reforçar que o modelo adotado pelo FOCEM está ligado à rigidez institucional no modelo intergovernamental adotado pelo Mercosul. Pode-se supor que se tivesse uma administração de um órgão supranacional, no caso do Fundo, poderia distribuir os recursos de forma mais adequada e independente, considerando as mudanças no contexto de cada país e não apenas um dado macroeconômico, como era o caso da variável do PIB (TESSARI, 2012).

Além do FOCEM, de maneira a institucionalizar mais o Mercosul, e principalmente, fornecer um caráter mais democrático e de representação legislativa, o bloco conta desde 2007 com um parlamento em funcionamento. Diante desse viés, essa nova percepção do bloco a partir de 2003 e o aprofundamento da integração regional, geraram a necessidade de uma maior dimensão política e consultiva.

Iniciava-se mediante decisão CMC nº 23 no dia 08 de dezembro de 2005 em Montevideu, a aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul⁵⁵, que tem como propósitos,

Representar aos povos do MERCOSUL, respeitando sua pluralidade ideológica e política; Assumir a promoção e defesa permanente da democracia, da liberdade e da paz; Promover o desenvolvimento sustentável da região com justiça social e respeito à diversidade cultural de suas populações; Garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração; Estimular a formação de uma consciência coletiva de valores cidadãos e comunitários para a integração; Contribuir para consolidar a integração latino-americana mediante aprofundamento e ampliação do

⁵⁴ Dessa forma, o montante de cem milhões de dólares anuais deveria ser aportado pelos quatro Estados-membros de acordo com as seguintes porcentagens: 1) Argentina – 27%, 2) Brasil – 70%, 3) Paraguai – 1%, 4) Uruguai – 2%. Obedecendo à mesma lógica definida pela série histórica do PIB dos Estados-membros, as cotas de recebimento foram definidas desta forma: 1) Argentina – 10%, 2) Brasil – 10%, 3) Paraguai – 48 %, 4) Uruguai – 32% (MERCOSUL, 2005).

⁵⁵ Atualmente faz parte do Parlasul: Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

MERCOSUL; Promover a solidariedade e a cooperação regional e internacional (MERCOSUL, 2005, [sem página]).

Contudo, somente em 07 de maio de 2007 que foi realizada a primeira sessão e a posse dos primeiros parlamentares; o Parlasul teria como prioridade o contato direto com os cidadãos e a sociedade civil, e se configuraria gradativamente como uma representativa popular, com debates e votações por correntes de ideias e agrupamentos políticos (PARLASUL, 2021).

Entretanto, existiam críticas ao Parlamento devido a sua baixa influência. Na maioria das vezes, o CMC não executava às recomendações enviadas pelo Parlasul, demonstrando que os poderes executivos tentavam manter o controle da agenda decisória e evitavam o surgimento de um novo monopólio político (DRI; PAIVA, 2016). Essa barreira burocrática, insular e impermeável por parte do CMC, e até mesmo a falta de apoio técnico por parte do Parlasul, acabavam sendo razões que descredibilizam o Parlamento.

Outra importante ferramenta, além do FOCEM e do Parlasul, que foi criada nesse período, e pensada com a finalidade de desafiar os critérios da divisão internacional do trabalho imposta pelos países centrais, foi a implantação de planos que abarcavam a questão produtiva dentro do bloco. Isso pretendia diminuir assimetrias entre os Estados, compartilhamento de conhecimento e promover uma integração regional mais autônoma. Esses planos demonstraram ter mais ênfase com a criação do “Programa de Integração Produtiva do Mercosul”.

Esse Programa foi criado em 2008, com o viés de fortalecer a complementaridade produtiva das empresas do bloco, aprofundar o processo de integração e aumentar a competitividade dos setores produtivos, promovendo propostas, discussões e ações mediante instrumentos horizontais e setoriais (MERCOSUL, 2008). Como resultado, foi por meio desse Programa, que foi possível a criação do “Portal Empresarial do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul”, em 2009, com o objetivo de fomentar a cooperação e o intercâmbio entre atores públicos e privados envolvidos, destinado ao desenvolvimento produtivo, e especialmente transferência tecnológica nos Estados-membros (MERCOSUL, 2009).

Desse modo, a articulação com o próprio FOCEM e outros fundos de caráter nacional ou regional, como o BNDES do Brasil, o BICE da Argentina, e o FONPLATA, foram determinantes para o êxito da integração produtiva. Várias iniciativas surgiram

em diferentes setores, como petróleo e gás, automotivo, aeroindustrial, metal, naval, energias alternativas, sanidade animal, produtos fitossanitários (AECID, 2010). Em consequência a isso, houve exemplos de cooperações técnicas que foram demonstradas nos subcapítulos anteriores.

Além disso, para promover o desenvolvimento e a promoção de conhecimento científico e tecnológico, foi aprovado o “Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação” em 2008, como forma de construção de desenvolvimento igualitário, endógeno e uniforme intrabloco. Esse Programa-Quadro elencou objetivos estratégicos relacionados aos Estados Partes (MERCOSUL, 2008), como aspecto de melhorar seus desenvolvimentos e diminuir assimetrias.

Outro fato que foi relevante no período de 2003 a 2015 no bloco mercosulino, foi a ampliação do processo de integração para demais países sul-americanos, que foi defendida pelos presidentes dos países-membros, especialmente de Argentina e Uruguai. Um importante acontecimento foi a inclusão da Venezuela ao Mercosul, que assinou o Protocolo de Adesão em julho de 2006 (VENEZUELA..., 2006)⁵⁶. A Venezuela, nesse sentido, era vista como um país geoestratégico devido ao seu poder econômico naquele período, e era vista como um ponto de equilíbrio entre os principais pilares dentro do bloco, a Argentina e o Brasil.

Para mais, vários países passaram a adquirir a condição de Estados Associados⁵⁷ ao Mercosul. Esses países são membros da ALADI, com os quais o Mercosul tem Acordos de Livre Comércio, e poderiam participar, na qualidade de convidados, das reuniões dos órgãos da estrutura institucional, para tratar de temas de interesse comum (MERCOSUL, 2021b). Tem-se como exemplo o acordo de TLC entre Peru e o Mercosul em 2005, conhecido como ACE 58 e, posteriormente o país assinou compromissos para ser considerado um Estado Associado no bloco (SISCOMEX, 2021).

Com o objetivo de ir além do comercial, um ponto que estava sendo discutido e ganhando destaque foi o viés social. Em 2006 iniciou-se a Cúpula Social do Mercosul, com o propósito de ser um espaço de diálogo entre governos e a sociedade

⁵⁶ Entretanto, a Venezuela aderiu ao bloco como membro pleno em 2012; mas está suspensa, desde dezembro de 2016, por descumprimento de seu Protocolo de Adesão e, desde agosto de 2017, por violação da Cláusula Democrática do bloco (MERCOSUL, 2021).

⁵⁷ São atualmente Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname. Bolívia é um Estado Parte que está em processo de adesão.

civil. Essas Cúpulas marcaram de forma significativa o conjunto de inovações institucionais vividas pelo bloco a partir dos primeiros anos da década de 2000, em direção a um projeto de integração sensível a demandas sociais e participativas (SILVA, C.; MARTINS, 2015).

Durante as Cúpulas Sociais do Mercosul,

(...) reúnem-se representantes governamentais, de parlamentos, centrais sindicais, confederações de agricultura familiar, pastorais sociais, cooperativas, organizações de pequenos e médios empresários e entidades que tratam de economia solidária, direitos humanos, gênero, juventude, meio ambiente, saúde e educação, entre outros temas (MERCOSUL, 2021c, [sem página]).

Essa maior participação da sociedade civil na integração regional, que foi salientada nos programas de governo com viés de esquerda, como do Partido Justicialista na Argentina e da Frente Ampla no Uruguai, representava uma reação para conferir e dar maior legitimidade democrática ao bloco, como também para melhorar o desempenho social do Mercosul atendendo outras reais demandas, além da comercial. Vale mencionar que nos anos 1990 era mais comum somente a participação de setores econômicos da sociedade civil nos encontros do bloco. Importante evidenciar, que o Mercosul, na sua formação, em 1991, teve como protagonistas diretos no processo negociador os governos nacionais dos países-membros e os grupos empresariais (VAZ, 2002).

Para fortalecer esse compromisso, tem-se como exemplo, a criação da “Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul” em 2008, com intenção de aumentar a participação para outras áreas, que até então predominavam os chanceleres e os ministros da área econômica. Essa Comissão visava ao desenvolvimento da dimensão social para fortalecer a integração e diminuir assimetrias entre os países-membros (MERCOSUL, 2008). Além do desenvolvimento social, diversas outras áreas foram contempladas neste período de análise do estudo, como direitos trabalhistas, aspectos da cidadania, direitos humanos, educação e cultura; abordagens que pertenciam a reorientação do bloco mercosulino e convergentes nas convicções dos líderes dos Executivos dos países-membros, especialmente de Argentina e Uruguai.

Embora neste período foi abrangido e incluído outras áreas temáticas, a dimensão comercial era considerada um dos pilares da integração regional, além de

ser relevante, principalmente, no que tange à superação do subdesenvolvimento (GRANATO, 2015), e, para isso, o viés econômico não poderia ser negligenciado dentro do bloco. Assim, o trabalho de “recuperação” do Mercosul partiria de suas bases econômico-comerciais, mas sem perder de vista outros aprofundamentos. Entretanto, salienta-se que, por mais que houvesse interesse no aprofundamento integracionista dos líderes dos países-membros, o Mercosul não atingiu o seu objetivo inicial, que era o de ser um mercado comum.

Com o almejo de aperfeiçoamento da união aduaneira, houve alguns acontecimentos importantes para chegar a esse objetivo. Em 2004, o CMC eliminou a cobrança dupla da TEC, estabeleceu um mecanismo de distribuição da renda aduaneira e adotou um código aduaneiro comum. Isso implicava em normas e procedimentos que facilitavam tanto a circulação, quanto o controle, dentro do Mercosul, dos bens importados para dentro do território intrazona (MERCOSUL, 2004), o que constitui um avanço imprescindível no processo de integração.

Além disso, no que tange à liberalização comercial de serviços intrabloco, em 2008 foi aprovado o “Plano de Ação para o Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no âmbito do Mercosul”, com o objetivo de intensificar a remoção efetiva de restrições ao comércio e aumentar investimentos neste setor, como também implementar projetos de integração de mercados em âmbitos de interesses prioritários nos Estados Parte (MERCOSUL, 2008). Isso fez com que os países tivessem mais diálogo entre si e uma maior cooperação institucional.

Outro ponto importante, foi a aprovação de “Diretrizes para celebração de um Acordo de Investimentos no Mercosul” em 2010, que tinha como objetivo o desenvolvimento das economias dos países para o aprofundamento da união aduaneira e uma progressiva formação de um mercado comum; além da criação de um ambiente favorável para investimentos e para atrair investidores dos países-membros para agirem dentro bloco, o que intensificava a cooperação econômica e acelerava ainda mais o processo de integração (MERCOSUL, 2010). No que se refere à solução de controvérsias, elas deveriam ser resolvidas entre países, e não mencionaram a possibilidade de ser entre investidor e Estado (SCHLEE, 2015). Para

os investidores, essas diretrizes sinalizavam a manutenção do que já havia antes, e acabavam dependendo do interesse maior ou menor dos Estados.⁵⁸

Ademais, uma moeda única facilitaria a comercialização, como é o caso da União Europeia, que é considerada uma União Econômica na escala de integração regional. O Mercosul ainda está muito longe para chegar à mesma etapa do bloco europeu, entretanto, relacionado a isso, de maneira a progredir e facilitar o processo interno, em 2007, começou a utilizar de maneira facultativa transações em moedas locais dos Estados-membros, o que contribuiu para o aprofundamento integracionista e a maior facilidade de intercâmbio de bens intrabloco (MERCOSUL, 2007).

Essa iniciativa foi iniciada em outubro de 2008, em meio à crise financeira internacional, e foi um mecanismo estabelecido bilateralmente entre bancos centrais por meio de acordos; entretanto manteve-se predominantemente na experiência realizada por Brasil e Argentina, além dos benefícios de o sistema serem somente quando faz sentido para o exportador receber em sua moeda local (REISS, 2013). Apesar de ser uma experiência restrita e que pouco foi desenvolvida, poderia ser vista como uma ferramenta inovadora, desenvolvida para reduzir os custos cambiais.⁵⁹

Desta maneira, referente à situação do bloco, de um modo geral, após a crise mundial de 2008, verificou-se que os países do Mercosul obtiveram um relativo aumento tanto em suas exportações como importações, de 2008 até o ano de 2015; com exceção das exportações e importações uruguaias para a Argentina do período 2000-2009 em detrimento a 2010-2015, assim como das importações argentinas do Uruguai no mesmo período (RODRIGUES, 2016), fato condicionante que foi resultado, principalmente, de medidas protecionistas argentinas. Entretanto, tal fato corrobora com um dos princípios e pressupostos dos acordos regionais, que é o fortalecimento dos vínculos econômico-comerciais, mesmo em períodos de crises cíclicas e em certos desentendimentos entre os países.

⁵⁸ Em 2017, sem desviar-se das metas previstas na Decisão CMC nº 30/2010, o bloco econômico aprovou o “Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul”, destinado a suprir a lacuna dos investimentos intrazona e a atualizar a normativa regulatória (OLIVEIRA, 2020).

⁵⁹ Mesmo assim, o uso de moedas locais permitiu o desvencilhamento e a menor dependência dos países centrais. Isso permitiu que em 2010 houvesse um avanço na coordenação de política macroeconômicas, uma das ferramentas para diminuir assimetrias dentro do bloco (MERCOSUL, 2010), devido ao crescimento da interdependência entre os países do bloco, que é uma consequência do avanço de uma união aduaneira.

Assim, na área econômico-comercial houve um impulso à cooperação com outros países em desenvolvimento, com o propósito de aprofundar a agenda de negociações comerciais externas do bloco, que é um elemento indispensável ao desenvolvimento das economias e, à melhoria da competitividade e inserção nas cadeias globais. Dessa forma, o Mercosul tem, além dos países da ALADI, acordos com países como Israel, Índia, Líbano, Marrocos, Tunísia, e com o bloco ASEAN (MERCOSUL, 2021c);⁶⁰ esta diversificação traz maiores possibilidades de comércio e incremento de investimentos.

Por conseguinte, o Mercosul tornou-se uma alternativa de negociação para avançar no comércio e no diálogo da Cooperação Sul-Sul. Pensamentos e ideias como desenvolvimento, igualdade, relações horizontais e autonomia, se tornaram cada vez mais presentes nas negociações com o bloco mercosulino.

Portanto, há diversas situações exemplificadas em que houve nesse Mercosul redirecionado, outras dimensões, para além da área comercial, abordadas e desenvolvidas dentro do bloco. Dimensões que vão ao encontro de posições políticas-ideológicas, de propostas de governos, dos líderes do Executivo de Argentina e Uruguai do período estudado, que demonstravam que aspectos sociais e políticos são cada vez mais inseparáveis do econômico e produtivo. Assim, os presidentes expressaram e impulsionaram seus ideais de integração à dimensão maior do bloco; esses avanços demonstrando que essas áreas conquistadas são fundamentais para o avanço e o sucesso da integração regional.

⁶⁰ Vale ressaltar que houve as incessantes tentativas de negociações entre Mercosul e União Europeia, desde 1995, e foi no dia 28 de junho de 2019 que os dois blocos econômicos concluíram as negociações e fecharam o acordo de livre comércio entre eles (ACORDO..., 2019).

5. Conclusão

Nesse trabalho, foi discutido o rumo que foi dado ao aprofundamento integracionista no Mercosul a partir das concepções governamentais de Argentina e Uruguai no período de 2003 a 2015. Período este, que abrangeu as gestões de Néstor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Kirchner (2007-2011; 2011-2015) na Argentina, e de Tabaré Vázquez (2005-2010) e de José Mujica (2010-2015) no Uruguai.

Por meio da análise do processo histórico, foi possível descrever tentativas integracionistas latino-americanas no pós-Segunda Guerra Mundial, com influência da experiência europeia e de pensadores locais por meio da CEPAL; assim como o sucesso da criação do Mercosul, em 1991, no Cone Sul. O bloco mercosulino foi criado em um contexto de fim da Guerra Fria, em que os seus membros visavam à inserção internacional e temiam o isolamento econômico. Em diversos momentos pode-se observar que as estratégias para se adaptar às demandas condicionadas pelo sistema internacional acabavam sendo mais relevantes, embora os fatores domésticos fossem variantes importantes.

A agenda neoliberal, vendida como solução para os problemas dos países no pós-Guerra Fria, gerou maiores prejuízos econômicos, políticos e sociais, no caso dos países do Cone Sul na década de 1990 e, o avanço do Mercosul foi prejudicado. O retorno de uma agenda progressista na Argentina e o inédito governo de esquerda uruguaia, como também a descrença no neoliberalismo e o relativo declínio estadunidense, foram algumas das condições que influenciaram um projeto alternativo de integração regional no Cone Sul no início dos anos 2000. Os ideais integracionistas dos governos dos Kirchners, na Argentina, e de Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai, visavam ao desenvolvimento e à autonomia por meio de “relações em eixo”.

Conclui-se que no período abordado, os governos de Argentina e Uruguai, promoveram essa reorientação no contexto regional, explanada de maneira direta por meio dos discursos tanto dos presidentes quanto dos chanceleres; assim como pode ser observado nos próprios documentos e normativas que foram realizadas no âmbito do Mercosul. Dessa forma, como resultado, o bloco mercosulino expandiu suas agendas, incluindo outras metas para serem desenvolvidas intrabloco, além da dimensão econômica-comercial.

Destaca-se, principalmente por meio do governo de Néstor Kirchner, do primeiro mandato de CFK e da gestão de José Mujica, que foram os períodos que se mostraram mais comprometidos e voltados para noções de desenvolvimento, igualdade e autonomia; ideias que foram fundamentais e presentes nas concepções integracionistas do período de análise. A união e o fortalecimento das capacidades nacionais e regionais eram vistos como estratégia para superar as desigualdades, as assimetrias e o desequilíbrio de poder no sistema internacional.

Ademais, os governos Kirchner na Argentina, procuraram utilizar a integração regional como uma ferramenta de autonomia no sistema-mundo e de diminuir cada vez mais a dependência dos países centrais. Esse viés ideológico e político influenciou de maneira decisiva em várias situações relacionadas ao Mercosul, pois a Argentina é uma das principais economias do bloco. Entretanto, a partir dos efeitos da crise mundial de 2008, e principalmente com os acontecimentos relacionados ao segundo mandato de CFK, a Argentina se viu obrigada a proteger seu mercado interno para enfrentar suas mazelas nacionais e utilizou de medidas protecionistas. Consta-se, por meio deste fator, que ainda é muito improvável os países priorizarem as questões regionais em detrimento do doméstico.

Já a primeira gestão da Frente Ampla uruguaia, não rompeu de imediato, como se expectava, a linha da política externa dos governos anteriores. O governo uruguaio se mostrou aberto a negociar outras propostas de TLC, com a justificativa de que não via muito ganho com o Mercosul. Porém, ainda no governo de Vázquez, optou por fortalecer seus laços com o bloco mercosulino e restabelecer a confiança dos demais países-membros. Enquanto no governo Mujica, o bloco era tido como a única e exclusiva alavanca possível para sua inserção internacional, especialmente na área econômica, devido ao seu poder de barganha. Contudo, percebe-se uma dificuldade de Mujica conseguir pôr em prática no Mercosul seus ideais integracionistas durante sua gestão.

Para mais, a integração regional foi vista como possibilidade para modificar o *status quo* de periferia e semiperiferia do sistema-mundo e aumentar o poder de barganha dos Estados que, de maneira unilateral, provavelmente teriam mais dificuldade de enfrentar os empecilhos do mundo globalizado. Essa discrepância no sistema, de certa maneira, influenciou para a criação de programas que viessem a

diminuir as assimetrias do próprio Mercosul e contemplassem os países-membros menores, como a formação do Parlasul e do FOCEM.

É importante mencionar que, apesar de termos observado o desenvolvimento da parte econômico-comercial do Mercosul em seu início, não houve um aprofundamento do processo de integração, durante o período estudado, a ponto de tornar-se uma união aduaneira completa e, muito menos um mercado comum. Mesmo os países classificando o Mercosul muitas vezes como prioridade, esse aprofundamento ainda se mostra muito improvável, pois remete à concepção de perda de soberania estatal; o que ainda é um impasse, e reflexo das desconfianças estabelecidas em virtude da maneira como ocorreu a colonização dos países e a formação dos Estados no Cone Sul. Em consequência da instabilidade geopolítica, os países da região se observaram ao longo da história como possíveis inimigos e não como prováveis parceiros para uma integração regional.

A despeito das dificuldades enfrentadas (econômicas e políticas) pelo Mercosul ao longo das suas três décadas de existência, ele continua sendo um importante catalisador de estratégias de uma inserção econômica mais vantajosa para os seus países-membros. Tanto Buenos Aires como Montevideú, conhecem as dificuldades enfrentadas por economias de baixo desenvolvimento tecnológico e atreladas à agroexportação frente às outras áreas do planeta que apresentam grande crescimento em segmentos de produtos de alto valor agregado.

O fato é que as raízes do processo histórico assim como os problemas internos tanto do bloco, quanto dos países, são determinantes para o processo integracionista e ainda se fazem muito presentes. Ou seja: existe um componente político ao lado do econômico como obstáculo estrutural ao desenvolvimento efetivo da integração regional, sendo o Mercosul um exemplo.

Referências

ACORDO entre Mercosul e União Europeia: o que prevê o texto. **Portal G1**. [S. l.], 29 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/28/acordo-entre-mercosul-e-uniao-europeia-o-que-preve-o-texto.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2021.

AGÊNCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. **La integración productiva en la nueva agenda del Mercosur**. Montevideo: AECID, 2010. Disponível em: https://www.mercosurabc.com.ar/docs/Libro_AECID_GIP.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti. Divisão internacional do trabalho. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Setembro de 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/hzBzzJ4Y7KSwjKRQMLtyvLx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORRÊA, Vanessa Petrelli. A Cepal ainda é uma escola de pensamento?. In: ETGES, Virginia Eisabeta; AREND, Silvio Cezar (org.). **CEPAL: Leituras sobre o desenvolvimento latino-americano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2012.

AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998 a 2005)**. Orientador: Sandra Maria de Carvalho Amaral. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2694/1/Dissert_Sandra%20Maria.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARGENTINA. Presidente (2003-2007: Néstor Carlos Kirchner). **Discurso de Asunción del Presidente Néstor Kirchner a la Asamblea Legislativa el 25 de mayo del 2003**. [S. l.]. Disponível em: <https://www.cfkargentina.com/discurso-de-asuncion-del-presidente-nestor-kirchner-a-la-asamblea-%20legislativa-el-25-de-mayo-del-2003/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ARGENTINA. Presidente (2007-2011: Cristina Fernández de Kirchner). **Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa**. [S. l.], 10 dez. 2007. Disponível em: <https://www.casarsada.gob.ar/informacion/archivo/16462-blank-35472369>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ARMAS, Gustavo. Sociedad y políticas sociales en Uruguay desde la transición democrática al gobierno del frente amplio. **América Latina Hoy**. [S. l.], v. 44, 2006, p. 41-46. ISSN 1130-2887. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2484/2532>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ARMELINO, Martín. Los sindicalistas en el parlamento argentino (2013-2015). **Revista Agenda Política**. [S. l.], v. 4. n. 3. set.-dez. 2016. ISSN 2318-8499. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/117/112>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**. 9. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. **Perguntas frequentes**. [S. l.]. Disponível em: http://www.aladi.org/sitioaladi/?page_id=1589&lang=pt. Acesso em: 27 jan. 2021.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Clássica, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. 3. ed., aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique de Oliveira; LESSA, Antônio Carlos Moraes (org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 2, dez. 2002, p. 135-146. e-ISSN 1983-3121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fvD3ZxTMx79JzdCxS4rZTSt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Luciana Aparecida. **Avaliação do desempenho comercial do Mercosul: 1994-2005**. Orientador: Osvaldo Luis Angel Coggiola. 2008. 158 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-17082009-150750/publico/LUCIANA_APARECIDA_BASTOS.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

BATALLA, Isabel Clemente. Política exterior de Uruguay en el Mercosur durante el gobierno de José Mujica. **SÉCULO XXI**. Porto Alegre, v. 4, n. 2, jul-dez 2013. e-ISSN 2236-6725. Disponível em: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1866>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BATALLA, Isabel Clemente. Transiciones en la política exterior de Uruguay (2000-2011). **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**. [S. l.], v. 6. n. 11. enero-jun. 2011. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/34126/articulo5.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BAUMANN, Renato. **Integração regional: teoria e experiência latino-americana**. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

BELOQUI, Juan Ignacio H. El conflicto de las papeleras entre Argentina y Uruguay. entre Argentina y Uruguay. ¿Resolución o transformación?. **Institut Català Internacional per la Pau**. Barcelona, jul. 2013. ISSN 2013-5793. Disponível em: [http://www.icip.cat/wp-content/uploads/2020/11/2013.3.el conflicto de las papeleras.pdf](http://www.icip.cat/wp-content/uploads/2020/11/2013.3.el%20conflicto%20de%20las%20papeleras.pdf). Acesso em: 19 mar. 2021.

BERNAL-MEZA, Raúl; MASERA, Gustavo. El retorno del regionalismo. Aspectos políticos y económicos en los procesos de integración internacional. **Revista Aportes para la Integración Latinoamericana**. [S. l.], año XIV, n. 18, jun. 2008, p. 1-18. ISSN 1667-8613.

Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/aportes/article/view/3338/3633>. Acesso em: 19 maio 2020.

BIELSA, Rafael. **Desde el Sur**: conversaciones con Hernán Gómez Bruera. Buenos Aires: Altamira, 2005.

BIRDSALL, Nancy; DE LA TORRE, Augusto; CAICEDO, Felipe Valencia. The Washington Consensus. Assessing a Damaged Brand. **Policy Research Working Paper 5316**. The World Bank Office of the Chief Economist Latin America and the Caribbean Region & Center for Global Development. May 2010. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/848411468156560921/pdf/WPS5316.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

BOUZAS, Roberto. El Mercosur diez años después: proceso de apredizaje o déja vu?. Centro de Estudios Monetarios Latino americanos. **CEMLA Boletín**. Durango, v. XLVIII, n. 54, 2002. ISSN 0186 7229. Disponível em: https://www.cemla.org/PDF/boletin/pub_bol_xlviii-1.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Nomenclatura e tarifa externa comum do mercosul**. [S. l.]. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/tarifa-externa-comum-tec/tarifa-externa-comum>. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL. **Representação brasileira no parlamento do mercosul**: tratado de integração. [S. l.], 29 nov. 1988. Brasília: 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/eventos/livros.html/legislacaotextosbasicos.html/tratadointegracao.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BURIAN, Camilo López. **Partidos políticos y política exterior en Uruguay (1985 – 2015)**. Tutor: Carlos Luján. 2015. 406 f. Tesis (Doctorado en Ciencia Política) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, [S. l.], 2015. Disponível em: [Partidos políticos y política exterior en Uruguay \(1985 – 2015\) \(udelar.edu.uy\)](http://udelar.edu.uy). Acesso em: 15 jan. 2021.

CABRAL, José Pedro Cabrera. **Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia: 1964-2004**. Orientação: Werner Altmann. 2006. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2163/Trajectoria%20politico-ideologica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CAETANO, Gerardo. **Parlamento regional y sociedad civil en el proceso de integración**. Montevideo: Cadernos Friedrich Ebert Stiftung, 2006.

CARMO, Márcia. Greve dos ruralistas aumenta pressão sobre governo argentino. **BBC Brasil**. [S. l.], 27 ago. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/08/090827_argentinaruralcarmo. Acesso em: 20 abr. 2021.

CARMO, Márcia. Néstor Kirchner é eleito secretário-geral da Unasul. **BBC Brasil**. [S. l.], 04 maio 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100504_unasulkirchnermcebc. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARMO, Márcia. Possível acordo com EUA gera crise no Uruguai. **BBC Brasil**. [S. l.], 06 jan. 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060106_tabaremarciacarmofn. Acesso em: 30 mar. 2021.

CARMO, Márcia. Uruguai fica no Mercosul para evitar racha interno. **BBC Brasil**. [S. l.], 05 out. 2006a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061005_uruguaimc_ac. Acesso em: 30 mar. 2021.

CASTELLS, Manuel. A nova economia: informacionismo, globalização e funcionamento em rede. In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CAVLAK, Iuri. A Alalc como auge da integração sul-americana no século XX. **História: Debates e Tendências**. [S. l.], v. 12, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 38-59. e-ISSN 2238 8885. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2708>. Acesso em: 10 maio 2020.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

CLÉRICO, Lilia Ferro. *Democracia y Política exterior: Uruguay (1985-2006)*. **América Latina Hoy**. [S. l.], v. 44, 2006, p. 115-13. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2487/2535>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CLÉRICO, Lilia Ferro; LUZURIAGA, Wilson Fernández; NILSON, Diego Hernández. La estrategia de inserción internacional de Uruguay en el gobierno del Frente Amplio. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. [S. l.], v. 15, 2006, p. 129-150. e-ISSN 1688-499X. Disponível em: <http://rucp.cienciassociales.edu.uy/index.php/rucp/article/view/253>. Acesso em: 19 jul. 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **Anuário estadístico de América Latina y Caribe**. [S. l.], 2003. e-ISSN 1684-1379. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/917/1/S0312938_mu.pdf. Acesso: 05 jan. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **Desarrollo productivo en economías abiertas**. Santiago, 2004.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **El regionalismo abierto en América Latina: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago, 1994.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. Panorama social de América Latina 2005. Santiago, 2006. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1223/1/PanoramaSocial2005.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **Social Panorama of Latin America 2004**. [S. l.], Sept. 2005. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1222/1/S0411873_en.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTICIA. **CASO DE LAS PLANTAS DE CELULOSA SOBRE EL RÍO URUGUAY (ARGENTINA c. URUGUAY)**. [S. l.], 20 abr. 2010. Disponível em: <https://www.dipublico.org/cij/doc/177-full.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

CROSSLEY, Pamela Kyle. **O que é história global?**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015.

CRUCE DE OPINIONES durante un almuerzo de Luxemburgo. Un nuevo roce con Brasil por el Consejo de Seguridad de la ONU. **CLARÍN**. [S. l.]. Disponível em: https://www.clarin.com/ediciones-anteriores/nuevo-roce-brasil-consejo-seguridad-onu_0_BJkEpRuyAte.html. Acesso em: 04 mar. 2021.

DANTAS, Rafael Macedo. **Ascensão e consolidação da Frente Ampla Uruguiaia: da clandestinidade às vias democráticas, da esquerda tradicional ao progressismo**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

DRI, Clarissa; PAIVA, Maria Eduarda. Parlasul, um novo ator no processo decisório do Mercosul? **Revista de Sociologia e Política**. [S. l.], v. 24, n. 57, mar. 2016, p. 31-48. ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n57/0104-4478-rsocp-24-57-0031.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ESCUDE, Carlos. **An introducton to peripheral realism**. International Relations Theory and the Third World. Nueva York, 2008.

FERNANDES, Ananda Simões. A Reformulação da doutrina de segurança nacional pela escola superior de guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**. [S. l.], v. 2, n. 4, jul.-dez. 2009, p. 831-856.

FERNANDEZ, Andrea Delbono. Cambio institucional em el Uruguay moderno e inserción em la economía internacional: transformaciones entre 1870 y 1913. **Revista Uruguaya de Ciencias Sociales**. Montevideo, n. 94-95, año 30, serie 2. 2007, p. 143-163.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André M. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 17, n. 2, ago. 2008, p. 47-80. ISSN 1982-3533. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n2/a03v17n2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FERREIRA, André Lopes. A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da unidade popular no processo de criação da frente ampla. **Revista Perseu**. [S. l.], n. 9, Ano 7, 2013, p. 93-114. ISSN 1982-4289. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/58>. Acesso em: 03 out. 2020.

GABETTA, Carlos. José Mujica: 'Vale a pena lutar para que as pessoas passem tempo no planeta da melhor forma possível'. **OperaMundi**. [S. l.], 01 mar. 2015. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/39662/jose-mujica-vale-a-pena-lutar-para-que-as-pessoas-passem-tempo-no-planeta-da-melhor-forma-possivel>. Acesso em: 04 abr. 2021.

GRANATO, Leonardo. As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**. [S. l.], v. 1, n. 2, ago-dez/2012, p. 69-95. ISSN 2238-3425. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/18995>. Acesso em: 18 out. 2020.

GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração**: o Mercosul e a Unasul. 1ed. Curitiba: Appris, 2015.

GUIMARÃES, Samuel P. **Relatório ao conselho de ministros**. [S. l.], 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/eventos/relatorio-ao-conselho-de-ministros>. Acesso em: 30 out. 2019.

HAAS, Ernest. Regionalism, Functionalism and Universal Organization. **World Politics**. Cambridge, v. 8, n. 2, 1956, p. 238-263.

HAGE, José Alexandre. A teoria da dependência: uma contribuição aos estudos de relações internacionais. **Revista Política Hoje**. [S. l.], v. 22, n. 1, 2013. ISSN 0104-7094. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3776/3080>. Acesso em: 15 nov. 2020.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações internacionais**: história e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUDSON, Patrick. La Política Comercial de la República Oriental de Uruguay: La Integración en el MERCOSUR y las Negociaciones de Libre Comercio con los Estados Unidos. **Independent Study Project Collection**. 2006. Disponível em: https://digitalcollections.sit.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1285&context=isp_collection. Acesso em: 14 mar. 2021.

HURRELL, Andrew. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. **International Affairs**. [S. l.], v. 83, n.1. 2007, p. 127-146. ISSN 0020-5850.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Evolución de la pobreza por el método del ingreso**: Uruguay 1986-2001. Montevideo, 2002. Disponível em: <https://ine.gub.uy/documents/10181/35933/Evolucion+de+la+pobreza+en+el+Uruguay.pdf/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **The IMF and Argentina**: 1991-2001. Washington, 2004.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Tradução de Bárbara Duarte. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

JAGUARIBE, Helio. Dependencia y autonomía en América Latina. *In*: JAGUARIBE, Helio; FERRER, Aldo; WIONCZEK, Miguel; SANTOS, Theotonio. **La dependencia político-económica de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2017, p. 23-80.

JAGUARIBE, Helio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

KAN, Julián. **La integración desde arriba**: Los empresarios argentinos frente al Mercosur y el Alca. 1. ed. Buenos Aires, 2015.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and Interdependence Revisited. **International Organization**. [S. l.], v. 41, n. 4, 1987, p. 725 – 753. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/internationalorganization/article/abs/power-and-interdependencerevisited/F9A484FBBF233AC29FE8BE79D16C382D>. Acesso em: 23 fev. 2020.

KIRCHNER, Néstor; DI TELLA, Torcuato. **Después del derrumbe**: teoría y práctica política en la Argentina que viene. Buenos Aires: Editorial Galerna, 2003.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 20, n. 42, jun. 2012, p. 93-110. ISSN 0104-4478.

LAGOS, Rafael Bayce Garcia. La rivalidad Argentina-Brasil-Uruguay Fútbol. **Revista ALESDE**. Curitiba, v. 11, n. 2, set. 2019, p. 118-136. ISSN 2238-0000.

LANZARO, Jorge. El Frente Amplio: un partido de coalición, entre la lógica de oposición y la lógica de gobierno. **Revista Uruguay de Ciencia Política**. Montevideo, 2001.

LANZARO, Jorge. Os partidos uruguaios: a transição na transição. **Opinião Pública**. Campinas, v. 9, n. 2, p. 46-72, out. 2003. ISSN 1807-0191.

LANZARO, Jorge: La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda: claves del desarrollo del Frente Amplio. *In*: LANZARO, Jorge (coord.). **La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004.

LEO, Sergio. Dilma pede compreensão da Europa com a Argentina. **Valor Econômico**. [S. l.], 11 out. 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/474766/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LUZURIAGA, Wilson Fernández. El presidente electo en la transición, trazos de la política exterior del gobierno de José Mujica. Unidad Multidisciplinaria Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República. **Serie Documentos de Trabajo**. [S. l.], n. 78, abr. 2010.

MARCHESINI, Lucas; RODRIGUES, Lorena. EUA voltam a liderar compra de manufatura brasileira. **Valor Econômico**. [S. l.], 24 out. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/10/24/eua-voltam-a-liderar-compra-de-manufatura-brasileira.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o estado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. [S. l.], v. 71, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/J5MPkrXppmjTLzM9pQgcN5G/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MARIANO, Karina Pasquariello; ROMERO, Ana María Suárez; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Percepções governamentais sobre a integração regional na América do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional**. [S. l.], n. 21, set.-dez. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6474/1/BEPI_n21_Percep%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

MARINGONI, Gilberto. Mercosul: uma história que vem de longe. **Ipea**. [S. l.], Edição 67, Ano 8, 20 set. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2574:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 05 dez. 2020.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João. Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. **Revista História da Historiografia**. [S. l.], n. 17, abr. 2015, p. 30-49. ISSN 1983-9928.

MARTINI, Florencia. **Los discursos de José Mujica y el comercio exterior de Uruguay en el periodo de 2010-2015**. Orientador: Marcelino Lisboa. 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

MARTINS, Estevão Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 73-94.

MATIAS-PEREIRA, José. A conexão entre a crise política e econômica na Argentina e o fracasso das políticas de corte neoliberal na América Latina. **Revista de Administração Mackenzie**. [S. l.], v. 3, n. 1, 2002, p. 115-133. ISSN 1678-6971.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional: algumas considerações sobre a historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n. 10, jul.-dez. 2013, p. 06-38. e-ISSN 2175-1803. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013006>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MERCOSUL suspende Paraguai e anuncia adesão da Venezuela. **Portal G1**. [S. l.], 19 jun. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/mercosul-suspende-paraguai-e-anuncia-adesao-da-venezuela.html1>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MERCOSUL. Composição, objetivos e estrutura institucional. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum (CMC). **Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul**. [S. l.], n. 39. 15 dez. 2008. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/2862_DEC_039-2008_PT_ComCoordMinAsunSoc.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

MERCOSUL. Cúpula Social do MERCOSUL. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/cupula-social-do->

mercotel#:~:text=A%20C%C3%BApula%20Social%20do%20MERCOSUL,a%20sociedad e%20civil%20no%20MERCOSUL.&text=Formalizou%20se%20assim%20a%20sua,o s%20resultados%20da%20C%C3%BApula%20Social.. Acesso em: 10 abr. 2021.

MERCOSUL. **Fundo para convergência estrutural do Mercosul**. [S. l.], n. 45. 16 dez. 2004. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/11280_DEC_045-2004_PT_FOCEM.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

MERCOSUL. **Fundos Estruturais**. [S. l.], n. 27. 15 dez. 2003. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/11554_DEC_027-2003_PT_Fundos%20Estruturais.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

MERCOSUL. **Integração e funcionamento do Fundo para a convergência estrutural e fortalecimento da estrutura institucional do Mercosul**. [S. l.], 19 jun. 2005. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/12489_DEC_018-2005_PT_FERR_IntegFuncFOCEM.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

MERCOSUL. **Portam empresarial do grupo de integração produtiva no Mercosul**. [S. l.], n. 07. 24 dez. 2009. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/10056_DEC_007-2009_PT_PortalEmpresarialGrupolntegProduc.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021.

MERCOSUL. **Programa de Integração Produtiva do Mercosul**. [S. l.], n. 12. 30 jun. 2008. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/2741_DEC_012-2008_PT_Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Produtiva.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

MERCOSUL. **Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006**. [S. l.], n. 26. 15 dez. 2003. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/12826_DEC_026-2003_PT_FE_Prog%20Trab%20Merc%202004-2006.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

MERCOSUL. **Programa-Quadro de ciência, tecnologia e inovação do Mercosul para o período 2008-2012**. [S. l.], n. 3. 30 jun. 2008. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/89_DEC_003-2008_PT_Programa-Quadro%20CeT.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

MERCOSUL. Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul. [S. l.]. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/40-normativa/tratados-e-protocolos/120-protocolo-de-ouro-preto>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MERCOSUL. **Protocolo constitutivo do parlamento do Mercosul**. [S. l.], n. 23. 08 dez. 2005. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/10698_DEC_023-2005_PT_Acordo%20%20Parlamento.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile**. Ushuaia, 24 set. 1998.

MERCOSUL. Quais são os Estados Associados ao MERCOSUL? O que são os Estados Associados?. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MERCOSUL. **Regimes especiais de importação**. [S. l.], n. 32. 15 dez. 2003. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/normativas/12851_DEC_032-2003_PT_FERR_Reg%20Espec%20Exporta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

MERCOSUR. **Comunicado conjunto de los presidentes de los Estados Partes del Mercosur**. [S. l.], 1999.

METHOL-FERRÉ, Alberto. **Los Estados continentales y el Mercosur: historia, cultura y destino**. Buenos Aires: Editorial Instituto Superior Dr. Arturo Jauretche, 2009.

MIRANDA, Priscila Xavier. **Desenvolvimentismo latino-americano: a análise das recentes diretrizes da CEPAL**. 2015. Unipampa. [S. l.], Disponível em: <https://dSPACE.unipampa.edu.br/bitstream/riu/857/1/Miranda%2C%20Priscila%20Xavier%20de.%20%20Desenvolvimentismo%20latino-americano%20a%20an%C3%A1lise%20das%20diretrizes%20da%20cepal.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

MONTOYA, Marco Antonio. O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Economia**. [S. l.], v. 56, n. 4, out. 2002. ISSN 0034-7140. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402002000400004. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORASSO, Carla. La orientación autonomista de la política exterior argentina (2003-2015). **Cuadernos de Política Exterior Argentina**. [S. l.], v. 123, enero-jun. 2016, p. 3-22. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/84263774.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MOREIRA, Assis. Crise na Argentina deve prejudicar negociação do acordo Mercosul-UE. **Valor Econômico**. [S. l.], 28 jan. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/coluna/crise-na-argentina-deve-prejudicar-negociacao-do-acordo-mercosul-ue.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2021.

MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Opinião pública**. Campinas, v. VI, n. 1, 2000, p. 17-54. ISSN 1807-0191.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORGENFELD, Leandro Ariel. Del TIAR a la OEA: Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano. **CONfines**. [S. l.], v. 6, n. 12 agosto-dic. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-35692010000200002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 08 abr. 2020.

MUJICA critica o Mercosul: “é uma má união aduaneira”. **Terra**. [S. l.], 01 mar. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/mujica-critica-o-mercosul-e-uma-ma-uniao-aduaneira,e16f75ba4d72d310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MUJICA diz que Argentina atrapalha o Mercosul. **Carta Capital**. [S. l.], 1 mar. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/mujica-diz-que-argentina-atrapalha-mercotel-5371/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MUJICA: "Creamos muchos países porque fracasamos en la fundación de una nación". **LaRed21**. [S. l.], 08 dez. 2009. Disponível em: <https://www.lr21.com.uy/politica/391901-mujica-creamos-muchos-paises-porque-fracasamos-en-la-fundacion-de-una-nacion>. Acesso em: 09 abr. 2021.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2016, p. 200-221. ISSN 1413-0904.

NILSON, Diego Hernández; POSE, Nicolás; RAGGIO, Andrés. Entre el Norte y el Sur. La política exterior de los gobiernos del Frente Amplio (2005-2014). **Cadernos do Tempo Presente**. [S. l.], n. 23, jun.-jul. 2016, p. 38-53. ISSN 2179-2143.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOVO PRESIDENTE argentino confirma calote. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 dez. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u38169.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2021.

O'DONNELL, Guillermo. Argentina em crise. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 jun. 2001. Índice geral. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1504200107.htm>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OLIVEIRA, Alessandra C. A integração regional como mecanismo para uma melhor inserção da América Latina em um mundo globalizado. 2017. **Anais [...]**. IV Congresso Internacional FoMerco. "Integração regional em tempos de crise: desafios políticos e dilemas teóricos". [S. l.]. Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1508097248_ARQUIVO_AlessandraCOliveirarevisado.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

OLIVEIRA, Leonardo Vieira. O Direito dos investimentos no Mercosul e o novo protocolo de facilitação e cooperação em investimentos. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**. [S. l.], año 8, n. 16, sept. 2020, p. 145-162. ISSN 2304-7887. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/pdf/rstpr/v8n16/2304-7887-rstpr-8-16-145.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

PAMPLONA, João Batista; FONSECA, Juliana Fernanda Alves. Avanços e recuos do Mercosul: um balanço recente dos seus objetivos e resultados. **Cadernos PROLAM/USP**. [S. l.], v. 2, n. 13, ano 7, jul/dez. 2008. ISSN 1676-6288.

PARANAGUÁ, Paulo. Cúpula das Américas mantém os latinos divididos. **UOL**. [S. l.], 12 nov. 2005. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2005/11/12/ult580u1751.jhtm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. PARLASUL. [S. l.]. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/4495/2/parlasur/historia.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais:** temas, autores e visões. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. O Mercosul e os desafios da cooperação Norte-Sul: breves considerações. In: PENNAFORTE, Charles. RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Mercosul 25 anos:** avanços, impasses e perspectivas. Pelotas: Centro de Integração do Mercosul da UFPel, 2016.

PEIXOTO, Gabriel. Artigas e a Pátria Grande: considerações Introdutórias sobre a estratégia integracionista da Ligas De Los Pueblos Libres. **Anais (...).** VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe. Espirales, 2021. ISSN 2595-9721.

PEÑA, Félix. ¿En que se diferenciaría UNASUR de un MERCOSUR ampliado?. **Comunidad Andina.** [S. l.], 2008. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/Prensa.aspx?id=582&accion=detalle&cat=AP&title=en-que-se-diferenciaria-unasur-de-un-mercosur-ampliado>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PENNAFORTE, Charles. **América Latina e o neoliberalismo:** Argentina, Chile e México. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2001.

PENNAFORTE, Charles. **Movimentos antissistêmicos na América Latina:** o caso venezuelano. Rio de Janeiro: Cenegri Edições, 2013.

PEREGIL, Francisco. A Argentina denunciará o Uruguai em Haia devido a uma empresa de papel. **El País.** [S. l.], 14 jun. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/14/internacional/1402716145_631271.html. Acesso em: 12 abr. 2021.

PERÓN, Juan Domingo. **La hora de los pueblos** – Latinoamérica: ahora o nunca. JPD los trabajos e los días. Tomo XVII, v. I. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017. Disponível em: <http://bcn.gob.ar/uploads/la-hora-de-los-pueblospara-visualizar.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; TELES, Reinaldo Miranda de Sá; OLIVEIRA, Fabiana de. **Breve história da integração latino-americana:** entre o monroísmo e o bolivarianismo. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2015.

PINTO, Jacques Salomon Crispim. **Confiança, governos e estabilização econômica:** os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina. Orientador: Maria das Graças Rua. 2006. 249 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2436/1/2006_Jacques%20Salomon%20Crispim%20Soares%20Pinto.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

PORZECANSKI, Roberto. ¿Por qué Uruguay no firmó un TLC con Estados Unidos?. **Sistema de revistas y publicaciones de la Universidad ORT Uruguay.** [S. l.], 15 jul. 2010. Disponível em: <https://revistas.ort.edu.uy/letras-internacionales/article/view/1518/1501>. Acesso em: 01 abr. 2021.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1623/111_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 fev. 2020.

PREBISCH, Raúl. **The economic development of Latin America an its principal problems**. New York: United Nations, 1950.

PREMICI, Sebastián. Riesgo de desabastecimiento. **Página 12**. [S. l.], 06 jun. 2008. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-105545-2008-06-06.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

Presidente do Uruguai se desculpa com Cristina Kirchner após gafe. **Portal G1**. [S. l.]. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/mujica-pede-desculpas-cristina-kirchner-apos-declaracao-polemica.html>. Acesso em: 05 mar. 2021.

PUCCI, Adriano Silva. O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai. **Fundação Alexandre de Gusmão**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/685-O-estatuto-da-fronteira-brasil-uruguai.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo xx. **Integración Latinoamericana**. [S. l.], enero-feb. 1986, p. 40-62. ISSN 2468-9912.

RAMANZINI Júnior, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul**: uma análise considerando a posição do Brasil. n. 27, año XI. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. Buenos Aires: Ariel, 2006;

REBOSSIO, Alejandro. El veto uruguayo a Kirchner encona la crisis entre Argentina y Uruguay. **El País**. [S. l.], 20 nov. 2008. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2008/11/21/actualidad/1227222001_850215.html. Acesso em: 04 abr. 2021.

RÊGO, Elba Cristina Lima. O Processo de integração no Mercosul. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jun. 1995, p. 167-196. ISSN 0104-5849 Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13337/2/RB%2003%20O%20Processo%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20no%20Mercosul_P_BD.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

REISS, Daniel. Reduzindo custos de comércio no Mercosul. **Revista Tempo do Mundo**. [S. l.], v. 5, n. 1, abr. 2013. ISSN 2675-150X. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6301/1/RTM_v5_n1_Reduzindo.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

RITTNER, Daniel; EXMAN, Fernando. UE cobra firmeza do Brasil em reação a barreira argentina. **Valor Econômico**. [S. l.], 24 jan. 2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/01/24/ue-cobra-firmeza-do-brasil-em-reacao-a-barreira-argentina.ghtml>. Acesso em: 04 abr.2021.

RITTNER, Daniel; RESENDE, Thiago. Barreiras argentinas e PIB do Brasil preocupam Mercosul. **Valor Econômico**. [S. l.], 10 dez. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/10/barreiras-argentinas-e-pib-do-brasil-preocupam-mercosul.ghtml>. Acesso em: 04 mar. 2021.

RODRIGUES, Bernardo. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. **Revista Neiba**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2016, p. 1-18. e-ISSN: 2317-3459. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27486/20224>. Acesso em: 27 jan. 2021.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan.-abr. 2018, p. 217-243. ISSN 1808-5245.

ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. 6. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

ROZENBERG, Ricardo; SVARZMAN, Gustavo. **Informe Mercosul**. Buenos Aires, n. 8, ano 7, 2003, p. 6-26.

SANTOS, Raquel Paz dos. A revitalização do Mercosul no contexto da diplomacia de Lula para a América do Sul. **Pólis: Revista Latinoamericana**. [S. l.], v. 13, n. 39, 2014, p. 63-82. ISSN 0718-6568. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-65682014000300004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 nov. 2019.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **História das Relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, mar. 2010, p. 46-57. e-ISSN 1981-6278. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/698>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SCHLEE, Paula. Transparência em arbitragens internacionais investidor-estado. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**. [S. l.], n. 5, año 3, marzo 2015, p. 95-114. ISSN 2304-7887. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/pdf/rstpr/v3n5/2304-7887-rstpr-3-05-00095.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, Carolina; MARTINS, José Renato. **As cúpulas sociais do MERCOSUL: história e acervo**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://incidir.org/wp-content/uploads/2021/03/7-As-Cupulas-Sociais-do-MERCOSUL-I-Historia-e-acervo.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, Fabricio Pereira da. Até onde vai a “onda rosa”? **Análise de Conjuntura OPSA**. Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2010, p. 1-20. ISSN 1809-8924. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fabricio-Pereira-Da-Silva/publication/325543470_Ate_onde_vai_a_onda_rosa/links/5b149626a6fdcc4611e1f89e/Ate-onde-vai-a-onda-rosa.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**. [S. l.], n. 5, 2015, p. 67-94. ISSN 2317-2738. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/viewFile/295/279>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SILVA, Luiz Fernando da. As Novas configurações políticas na América Latina e os ajustes estruturais neoliberais. In: GOULART, Jefferson (org.). **Mídia e Democracia**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, Otto Telfser. **Análise das reações protecionistas da Argentina a partir de 2008**. Orientador: Pedro Paulo Zahluth Bastos. 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SIMONOFF, Alejandro (org.). **La Argentina y el mundo frente al bicentenario de la Revolución de Mayo: Las relaciones exteriores argentinas desde la secesión de España hasta la actualidad**. La Plata: Editorial UNLP, 2010.

SISCOMEX. **Mercosul – Peru (ACE 58)**. [S. l.]. Disponível em: <http://siscomex.gov.br/acordos-comerciais/mercosul-peru-ace-58/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

TAIANA, Jorge. Objetivos e desafios da política exterior argentina. **Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. [S. l.], abr.-jun. 2006, p. 5-15. Disponível em: http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP04_Portugues.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

TESSARI, Gustavo. Integração regional, fundos estruturais e estabilidade institucional no Mercosul: a criação do FOCEM. **Perspectivas**. São Paulo, v. 42, jul.-dez. 2012, p. 115-137. ISSN 0102-5473. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106875/ISSN1984-0241-2012-42-115-137.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2021.

TIMERMAN, Héctor. **Discurso del canciller Héctor Timerman en el cierre del encuentro organizado por la cámara argentina de comercio y el council of the Americas**. [S. l.], 26 ago. 2010. Disponível em: <https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/discurso-del-canciller-hector-timerman-en-el-cierre-del-encuentro-organizado>. Acesso em: 14 abr. 2021.

TIMERMAN, Héctor. **Palabras del canciller Héctor Timerman en el almuerzo del “Foro De Liderazgo Mundial”**. [S. l.], 22 set. 2010. 2010a. Disponível em: <https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/discursos/hector-marcos-timerman-24?page=3>. Acesso em: 14 maio 2021.

TRATADO DE ASSUNÇÃO. 26 mar. 1991. [S. l.]. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/tratado-de-assuncao-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

URUGUAI, Presidente (2010-2015: José Mujica). **Mujica: “Esta obra no la hizo este gobierno ni el otro, es del pueblo uruguayo”**. [S. l.], 27 ago. 2013. Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/Comunicacion/comunicacionNoticias/mujica-planta-desulfurizadora-gobierno-pueblo-uruguayo>. Acesso em: 13 abr. 2021.

URUGUAI, Presidente (2010-2015: José Mujica). **Discurso del presidente de la república, Jose Mujica, en el acto realizado en el Palacio Legislativo**. [S. l.], 01 mar. 2005. Disponível

em: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/discursos/presidentes-rou/3713>. Acesso em: 05 abr. 2021.

URUGUAI, Presidente (2010-2015: José Mujica). **Discurso del presidente de la república, José Mujica en la Cumbre de la CELAC en Venezuela**. [S. l.], 03 dez. 2011. Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/sala-de-medios/videos/discurso-mujica-celac-venezuela>. Acesso em: 15 abr. 2021.

URUGUAI. PRESIDENCIA. **“El mundo solo se divide entre los que se comprometen con una causa y los que no”**. [S. l.], 4 dez. 2014. Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/mujica-homenaje-ecuador-trayectoria-unasur>. Acesso em: 14 mar. 2021.

URUGUAI. PRESIDENCIA. **Mujica instó a los países latinoamericanos a considerar la propuesta global de China**. [S. l.], 29 set. 2014. Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/mujica-cumbre-plenaria-venezuela->. Acesso em: 03 abr. 2021.

URUGUAI. Presidente (2005-2010: Tabaré Vázquez). **Discurso del Presidente de la República, Tabaré Vázquez, en el acto realizado en el Palacio Legislativo**. [S. l.], 01 mar. 2005. Disponível em: <http://archivo.presidencia.gub.uy/web/noticias/2005/03/2005030111.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

Uruguay y Argentina inaugurarán la modernizada refinería de La Teja (Uruguay). **La información**. [S. l.], 27 ago. 2013. Disponível em: https://www.lainformacion.com/economia-negocios-y-finanzas/uruguay-y-argentina-inauguraran-la-modernizada-refineria-de-la-teja-uruguay_ycXX6VwqlueA49pC3l5lu/. Acesso em: 10 abr. 2021.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

VAZQUEZ, Mariana; RUIZ, José Briceño. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**. [S. l.], 2009, p. 33-48. ISSN 0102-6445. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/p7-3_1.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

VENERANDA, Marcelo. Giro en el largo conflicto por Botnia. Gualeguaychú levantará el corte de la ruta por 60 días. **La Nación**. [S. l.], 17 jun. 2010. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/gualeguaychu-levantara-el-corte-de-la-ruta-por-60-dias-nid1275905/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Venezuela assina o protocolo de adesão ao Mercosul. **UOL**. [S. l.], 4 set. 2006. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2006/07/04/ult1767u70797.jhtm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems analysis**: an introduction. Londres: Duke University Press, 2004a.

YAFFE, Jaime. Del Frente Amplio a la Nueva Mayoría: la izquierda uruguaya. **Secuencia**. [S. l.], n. 60, sept.-dic. 2004, p. 175-209. ISSN 0186-0348. Disponível em: <http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/article/view/885/777>. Acesso em: 15 out. 2020.

ZELICOVICH, Julieta. El lugar del MERCOSUR en la política exterior argentina durante los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner. **Relaciones Internacionales**. [S. l.], n. 41, 2011. e-ISSN: 2215-4582. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/1192/1147>. Acesso em: 20 abr. 2021.



TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Nairana Karkow Bones, matrícula nº 19104125 declaro para todos os fins que o texto em forma de (x) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado A Bacia do Prata: Argentina e Uruguai face ao processo integracionista do Mercosul (2003-2015), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 24 de setembro de 2021.

Nairana Karkow Bones
ASSINATURA